

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ

DEPARTAMENTO DE DIREITO

MARÍLIA CASSOL ZANATTA

**NATURALIZAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A
MULHER**

FLORIANÓPOLIS, SC

2014

MARÍLIA CASSOL ZANATTA

**NATURALIZAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A
MULHER**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Alexandre Morais da Rosa

FLORIANÓPOLIS, SC

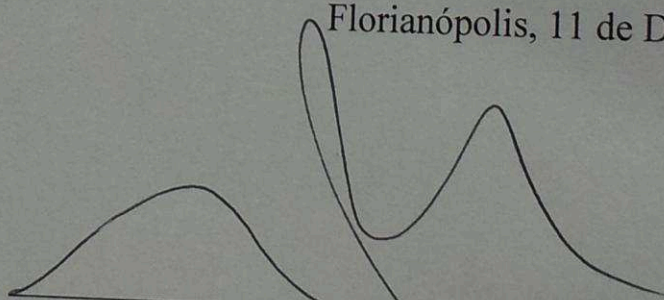
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

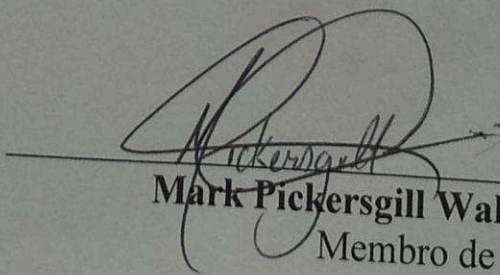
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "**A violência sexual contra a mulher como relação de gênero e a culpabilização da vítima**", elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Marília Cassol Zanatta**, defendido em **11/12/2014** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10 (dez), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

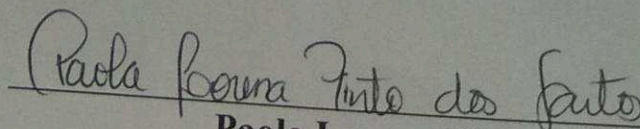
Florianópolis, 11 de Dezembro de 2014



Alexandre Moraes da Rosa
Professor(a) Orientador(a)



Mark Pickersgill Walker de Medeiros
Membro de Banca



Paola Lorena Pinto dos Santos
Membro de Banca

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos – amigos, professores, colegas e namorado – que exaltaram as alegrias e amenizaram as dificuldades desses anos acadêmicos, e àqueles que são e foram meu refúgio e minhas doses diárias de sorrisos, abraços e compreensão. Na universidade ou fora dela, obrigada por fazerem parte da minha vida e a tornarem mais completa. Indubitavelmente, minha maior gratidão, juntamente com todo o meu amor e admiração, é e sempre será destinada aos meus pais, razão de orgulho e de sorte em todos os meus dias.

Considerando – Que o estupro, assim como todas as outras agressões sexuais cometidas contra as mulheres se ligam a uma relação de força e agressividade do homem contra a mulher; – Que todas as agressões sexuais supõem um tipo de relação de dominação homem-mulher, sintomática de certa escolha da sociedade; – Que elas não podem ser analisadas como uma infração banal ou mesmo de direito comum; – Que, consciente ou inconscientemente, um mundo de valores masculinos justificou efetivamente o estupro pela “natural virilidade agressiva” do homem e pela “passividade masoquista” da mulher, noções que procedem de uma espécie de fatalidade fisiológica; – Que esse esquema explica a culpabilização e o mutismo das mulheres estupradas; – Que as mulheres entendem, doravante denunciar publicamente o estupro– Parte de um projeto de lei sobre as agressões sexuais, da Associação “Choisir-la cause des femmes”, apresentado na década de 70 e citado por Georges Vigarello em “História do estupro”.

Permitam-me imaginar, já que é tão difícil descobrir fatos, o que teria acontecido se Shakespeare tivesse tido uma irmã maravilhosamente dotada, chamada, digamos, Judith. [...] Sua extraordinariamente bem-dotada irmã, suponhamos, permanecia em casa. Era tão audaciosa, tão imaginativa, tão ansiosa por ver o mundo quanto ele. Mas não foi mandada à escola. Não teve oportunidade de aprender gramática e lógica, quanto menos ler Horácio e Virgílio. Pegava um livro de vez em quando, talvez algum do irmão, e lia algumas páginas. Mas nessas ocasiões, os pais entravam e lhe diziam que fosse remendar as meias ou cuidar do guisado e que não andasse no mundo da lua com livros e papéis. - Um teto todo seu, Virginia Woolf.

RESUMO

O presente trabalho aborda a questão da legitimação da violência sexual contra a mulher, elucidando determinados instrumentos que, engendrados, possibilitam, estruturam e mantêm sua naturalização. Para isso, inicialmente são tecidas considerações a respeito da construção de gênero, da formulação da inferioridade feminina e da sociedade patriarcal, bem como da violência sexual como uma das vertentes da violência de gênero, enfatizando-se como a mulher foi, histórica e socialmente, relegada à submissão masculina. Em seguida, realiza-se uma análise de como o ordenamento jurídico, mediante a formulação e aplicação das leis, corroborou para a naturalização da referida violência, enfatizando-se a imagem da mulher e a culpabilização da vítima de violência sexual sob a ótica do Direito, como também as alterações legais tangentes, sobretudo, ao crime de estupro. Por fim, problematiza-se o tema relacionado à violência simbólica, revelando-se os meios de exercício do controle informal do feminino, as cotidianas manifestações sexistas e a reprodução das assimetrias sociais de gênero perpetrada como violência institucionalizada pelo sistema de justiça criminal.

Palavras-chave: Violência sexual, inferioridade feminina, construção de gênero, culpabilização da vítima, violência simbólica, violência institucionalizada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	3
1.1 CONSTRUÇÃO DE GÊNERO E A INFERIORIDADE FEMININA	3
1.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E VIOLÊNCIA SEXUAL.....	17
2 O DIREITO E A HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER.....	25
2.1 ASPECTOS GERAIS DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA E LEGAL DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER (MORMENTE O ESTUPRO) NA EUROPA	25
2.2 TIPIFICAÇÃO PENAL DOS CRIMES SEXUAIS NO DIREITO BRASILEIRO	48
2.2.1 Das Ordenações Filipinas até o Código de 1940.....	48
2.2.3 Alterações da Lei 12.015/2009 e o conceito atual de estupro	58
3. VIOLÊNCIA SIMBÓLICA	64
3.1 CONCEPÇÃO DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA.....	64
3.2 O EXERCÍCIO DO CONTROLE INFORMAL DO FEMININO – MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA.....	68
3.3 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER E O SISTEMA DE JUSTIÇA: VIOLÊNCIA SIMBÓLICA INSTITUCIONALIZADA	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

INTRODUÇÃO

Primeiramente, cabe frisar que a violência sexual contra a mulher, sobretudo perpetrada mediante o estupro, configura-se como um fenômeno praticamente universal, e, analisando-se sua trajetória sob uma ótica conjuntural, denota-se que é um comportamento extremamente caracterizado e caracterizante da desigualdade de gênero. Afirma-se, assim, como uma relação de poder indissociável do controle formal exercido pelo sistema de justiça criminal e do controle informal desenvolvido por outros âmbitos – como escola, família, instituições religiosas – e que encontra sua principal fonte de legitimação na reprodução de premissas patriarcais.

Desse modo, o referido crime se consolida como forma de imposição da manutenção dos papéis de gênero, do controle do corpo e da sexualidade feminina, expressando, refletindo e construindo também manifestações de violência simbólica nas relações sociais e institucionais, constituintes e mantenedoras de uma cultura do estupro – a qual culpabiliza a vítima devido à análise moral de seu comportamento e “reputação” sexual, centralizando e restringindo a análise de uma forma de violência de gênero sob o viés da moral social dominante.

Pesquisando-se acerca do estupro, vislumbra-se que a ótica de percepção sobre ele se modificou ao longo dos anos. Por muito tempo, o ato não era condenável – nem moral, nem criminalmente – sendo visto até como um “prêmio”: em casos de guerras, o vencedor detinha o direito de ter relações sexuais, independentemente de qualquer consentimento, com as mulheres residentes no território da parte derrotada.

Diante de tais premissas, muito me preocupa (e justifica a necessidade de debate sobre o tema) a aceitação e/ou naturalização do emprego da violência contra a mulher, e também torna inadiável e imprescindível o reconhecimento desta como sujeito de direitos, desconstruindo-se a ideia de legitimação da agressão sexual.

Consideradas tais assertivas, o presente trabalho objetiva explicar, nos próximos três capítulos, determinados conceitos primordiais, acompanhados de um apanhado conjuntural – histórico, social, cultural e normativo – em que se manifestou e se manifesta a violência sexual contra a mulher, enfatizando determinados instrumentos que, engendrados, possibilitam, estruturam e mantêm sua naturalização.

Nesse sentido, no primeiro capítulo serão explanadas considerações preliminares a respeito da construção de gênero, das origens da formulação da inferioridade feminina e da sociedade patriarcal, bem como da violência sexual como uma das vertentes da violência de gênero, destacando-se como a mulher foi, histórica e socialmente, relegada à submissão masculina. Por conseguinte, diversos conceitos serão expostos para que se tenha uma apreensão da dimensão da hipótese em comento como uma relação de poder e de como esta começou a ser estruturada, refutando-se a concepção da submissão feminina fundamentada no determinismo biológico.

Em seguida, no segundo capítulo, será realizada uma análise de como o ordenamento jurídico ocidental, mediante a formulação, a interpretação e a aplicação das leis, corroborou para a naturalização da referida violência, com ênfase em dispositivos legais dos sistemas jurídicos francês, alemão, espanhol e brasileiro. Será demonstrado, então, como o Direito, dotado da legitimidade característica de seu discurso formal e legal, constitui-se como um instrumento de organização e legitimação da violência, caracterizado por seus procedimentos instrumentais impregnados de representações ideológicas. Ou seja, analisar-se-á como o Direito e seu arcabouço contemplam a dominação, fenômeno preponderante nas relações sociais, e a reproduz historicamente.

Por fim, no último capítulo será problematizado o tema relacionado à violência simbólica, despontando-se as expressões camufladas de manifestações de violência contra a mulher nas relações sociais e institucionais, bem como os meios de exercício do controle informal do feminino, as cotidianas manifestações sexistas e a reprodução das assimetrias sociais de gênero perpetradas como violência e poder institucionalizados e legalizados pelo sistema de justiça criminal, pela religião, pela mídia, pela escola e pela família tradicional, esta como estrutura básica da sociedade patriarcal. Nesse contexto, será elucidado o processo histórico da dominação masculina sob o viés das formas de manutenção dessa opressão e de como se incorporam determinadas premissas como se fossem naturais e imutáveis, mediante esquemas inconscientes de percepção e apreciação, internalizando-se as estruturas históricas da ordem masculina por meio de concepções que são produto dessa mesma ordem.

Portanto, diante de todo o explicitado, torna-se urgente conhecer a forma com que as relações de gênero e de poder se movimentam, complementam e consolidam para que sejam desconstruídas, desnudadas e desmistificadas.

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1 CONSTRUÇÃO DE GÊNERO E A INFERIORIDADE FEMININA

A origem do patriarcado e da subordinação feminina são objeto de análise de diversas pesquisas e implicaram a formulação de determinadas teorias – sobre as quais serão abordadas considerações gerais, uma vez que tais premissas são necessárias para o entendimento da manutenção e legitimação da dominação masculina, mas não constituem a finalidade principal do presente trabalho.

Para Engels, as primeiras sociedades humanas eram nômades e matriarcais, constituídas a partir da figura feminina e cujos papéis sexuais e sociais eram flexíveis e até igualitários em algumas tribos – desconhecia-se a participação masculina no processo de reprodução. Quando as sociedades passaram a se organizar conforme a agricultura e a se fixarem em locais determinados, os homens começaram o trabalho de caça e as mulheres geralmente cuidavam dos filhos e do cultivo da terra. Ele cita que:

[...] existiu uma época primitiva em que imperava, no seio da tribo, o comércio sexual promíscuo, de modo que cada mulher pertencia igualmente a todos os homens e cada homem a todas as mulheres. [...] Em todas as formas de família por grupos, não se pode saber com certeza quem é o pai de uma criança, mas sabe-se quem é a mãe. [...] É claro, portanto, que em toda parte onde existe o matrimônio por grupos a descendência só pode ser estabelecida do lado materno, e, por conseguinte, apenas se reconhece a linhagem feminina.¹

Assim, na pré-história e nas sociedades em que vigia o direito materno (descendência contada pela linhagem feminina), com a norma geral de herança segundo tal preceito, os bens deixados pelo falecido eram designados primeiramente aos irmãos e irmãs, e aos filhos destes ou descendentes das irmãs de sua mãe, enquanto os próprios filhos eram deserdados.

Desse modo, consoante a acumulação de riquezas, o homem passou a ocupar um espaço mais importante que a mulher no âmbito familiar, bem como pretender uma mudança nos princípios concernentes à herança para que a ordem beneficiasse seus filhos – o que implica afirmar a necessidade de derrubar a filiação nos moldes do direito materno. Tal alteração ocorreu com a simples decisão de que, a partir daquele momento, os descendentes de um homem permaneceriam na *gens*, mas os descendentes de uma mulher sairiam dela,

¹ FRIEDRICH, Engels. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, p. 4-5.

passando à *gens* (linhagem) do seu pai. Portanto, impuseram-se a filiação masculina e o direito hereditário paterno.²

Regina Lins afirma que, até o momento em que se desconhecia a ligação entre sexo e procriação, os homens não detinham ciência de sua participação nesta. Entretanto, a autora não denotou aspectos relevantes para se concluir que havia alguma subordinação do homem em relação à mulher. Diante da liberdade sexual e da poligamia, em que a mulher pertencia a todos os homens e cada homem a todas as mulheres, em igualdade, não se poderia precisar a paternidade dos filhos.³

Com a progressiva fixação das tribos em determinados locais, a agricultura e a criação de animais começaram a se desenvolver, implicando uma maior demanda de mão-de-obra e a consequente divisão do trabalho entre os membros da família. Desse modo, coube ao homem providenciar os alimentos e garantir a propriedade dos animais, plantas e dos meios de produção, enquanto à mulher, como central de reprodução, coube ser vista como objeto e mercadoria, sendo trocada e até roubada.⁴

Com a valorização do capital, a ciência da participação do homem na procriação e a instituição da propriedade privada, as questões concernentes à herança tornaram-se mais relevantes e, baseando-se na ideia de núcleo familiar heteronormativo e monogâmico, a herança passou a ser masculina. Passou-se a exigir limites à liberdade feminina como garantia de filhos legítimos e se fortaleceu a monogamia, como também a sexualidade e o corpo da mulher começaram a ser controlados, eixos centrais da formação do patriarcado. Contudo, a liberdade sexual do homem foi mantida sem restrições. Em seus termos: “A forma de família que corresponde à civilização e vence definitivamente com ela é a monogamia, a supremacia do homem sobre a mulher, e a família individual como unidade econômica da sociedade.”⁵ Desse modo ocorreu:

[...] o desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heróicos e, ainda mais, entre os

² FRIEDRICH, Engels. *op. cit.*, p.14-19.

³ LINS, Regina Navarro. **A Cama na Varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo: novas tendências.** 6 ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2007, p. 14-17. Disponível em: <https://www.academia.edu/7507742/Regina_Navarro_Lins_-_A_Cama_na_Varanda_pdf_rev_>

⁴ LINS, Regina Navarro. *op. cit.*, p. 19-20.

⁵ FRIEDRICH, Engels. *op. cit.*, p.64.

dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida.⁶

Dessa forma se iniciou o processo pelo qual ao homem foi permitido o espaço público e a representatividade política, enquanto a mulher se manteve no âmbito privado, responsável pelos cuidados domésticos e obrigações parentais. Ademais, sua liberdade sexual era controlada primeiramente pelo pai e posteriormente pelo esposo, preservando-se, assim, o capital acumulado e a linhagem legítima.

Já Gayle Rubin se afasta do viés marxista para abordar a origem da subordinação feminina, focalizando sua análise em pesquisadores que estudaram o aparato social que percebe as mulheres como matérias-primas e passa a moldá-las, modificá-las, domesticá-las. Embora reconheça a contribuição marxista à apreciação em comento, para a autora, questões relacionadas ao gênero e à sexualidade ficaram em segundo plano.⁷

Para Pateman, o contratualismo supõe que o contrato sexual do direito masculino de sujeitar as mulheres, afirmando-se somente como fraternal e, logo, retomando o patriarcado fraternal com a reprodução do mesmo patriarcado moderno. Enquanto Pateman diagnostica a generalização da ideologia contratualista como artefato para camuflar o contrato sexual desigual, sob o aspecto de um contrato universal, Machado enfatiza os efeitos dos movimentos feministas e das mobilizações das mulheres, os quais, baseados nos valores da ideologia do contratualismo universal, denotaram a ocultada e ilegítima desigualdade de gênero, pondo em conflito os valores dos direitos naturais da sujeição sexual.⁸

Por sua vez, Joan Scott assegura que:

As teóricas do patriarcado têm dirigido sua atenção à subordinação das mulheres e encontrado a explicação dessa subordinação na “necessidade” masculina de dominar as mulheres. Na engenhosa adaptação que Mary O’Brien fez de Hegel, ela definiu a dominação masculina como o efeito do desejo dos homens de transcender sua alienação dos meios de reprodução da espécie. O princípio da continuidade geracional restaura a primazia da paternidade e obscurece o trabalho real e a realidade social do esforço das mulheres no ato de dar à luz. A fonte da libertação das mulheres reside numa “compreensão adequada do processo de

⁶ FRIEDRICH, Engels. *op. cit.*, p.15.

⁷ GAYLE, Rubin. **O tráfico de mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do Sexo**. 1975, p. 3. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>>.

⁸ MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Série Antropologia, Brasília, 2000, p. 12. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MACHADO_GeneroPatriarcado2000.pdf>

reprodução”, numa avaliação das contradições entre a natureza do trabalho reprodutivo das mulheres e a mistificação ideológica masculina deste. Para Sulamith Firestone, a reprodução era uma “amarga armadilha” para as mulheres.⁹

Simone de Beauvoir escreveu a respeito da condição das mulheres e da relação entre os sexos em sua obra *O segundo sexo*, na qual quis demonstrar como a concepção de feminilidade foi criada como um limite às mulheres. A autora também questionou toda a legitimação da inferioridade e submissão feminina, bem como a necessidade de desnaturalizar esse processo.

Beauvoir sustenta a premissa de que cada indivíduo, mediante sua consciência, detém uma hostilidade fundamental direcionada a qualquer outra consciência, e que cada sujeito se dispõe como Essencial ao se opor a todos os outros. Em outros termos, significa dizer que as relações humanas são profundamente opostas, sendo mútua a referida hostilidade e observando-se que nenhuma coletividade se determina sem colocar imediatamente a Outra diante de si. Assim, quem não consegue se opor ao Outro, aceita dele seus valores e a ele se subordina.

É nesse sentido que suscita o questionamento de quais condições levaram as mulheres a não se oporem aos homens como estes o fizeram em relação a elas e também como outros grupos se dispuseram diante de seus conquistadores. Ela alega que, quando há uma desproporcionalidade numérica, há um privilégio ao grupo que conta com uma maioria de indivíduos, mas que isso não ocorreu no que tange às mulheres.

Desse modo, Beauvoir aduz que não houve oposição feminina à soberania masculina, e sim uma aceitação de se tornar apenas o Outro como característica primordial da mulher, evitando-se o reconhecimento como um sujeito autônomo para não renunciar às benesses provenientes da submissão. Como razões para tal, Beauvoir elenca alguns fatores como: as mulheres não dispõem de instrumentos concretos, tampouco de organização; não detêm uma história própria; vivem conforme as premissas ditadas pelos homens e conquistam o que eles lhes permitem; ao invés de se unirem a outras mulheres, aliam-se aos homens de sua classe e raça; não estariam descontentes quanto ao seu papel secundário e sua definição segundo o Outro. Em suas próprias palavras:

A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto;

⁹ SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 77. Disponível em: < https://archive.org/details/scott_gender >

ela é o Outro.[...] Assim, a mulher não se reivindica como sujeito, porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de Outro [...] Todo indivíduo que se preocupa em justificar sua existência, sente-a como uma necessidade indefinida de se transcender. Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro.¹⁰

Portanto, denota-se, ainda que sob prismas e justificativas diferentes, como se foi delineando um processo de objetificação e inferiorização da mulher, tornando-a um meio de satisfação para as vontades masculinas e restando sob o seu controle como esposas, filhas ou mães de seus filhos. Os contornos desse desenvolvimento histórico implicaram efetivamente que a mulher se tornasse o *segundo sexo*, o sexo frágil, uma projeção do Outro e de como se desenrolam suas relações com estes. Com o controle da fecundidade e a divisão sexual do trabalho, formou-se uma divisão polarizada em que a mulher passou a representar o passivo/negativo, e o homem ativo/positivo.

O vocábulo “família” provém do latim *famulus*, ou seja: escravo doméstico. O núcleo familiar se firmou como instituição na Roma Antiga, tendo no homem sua figura central – o patriarcado se caracteriza pelo poder masculino, não necessariamente do pai, e foi o primeiro efeito da dominação masculina..¹¹

O patriarcado, como teoria universal e totalizante, é um assunto controverso no campo dos estudos feministas. Para Lobo¹² e Rowbotham¹³, o termo "patriarcado" não é completamente pertinente diante do caráter a-histórico, fixo e determinante intrínseco ao seu significado. Castro e Lavinias¹⁴ também enfatizam que a concepção de patriarcado, formulada por Weber, detém limites históricos, tendo sido empregada para delinear uma forma de dominação sustentada pela tradição. Por isso, seria impróprio se falar atualmente em "sociedade patriarcal". Ademais, na medida em que a família e as relações entre os sexos

¹⁰ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Fatos e Mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p.11-24.

¹¹ FRIEDRICH, Engels. *op. cit.*, p.15-16.

¹² LOBO, Elisabeth Souza. **O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho**, 1992, p. 5. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=420&Itemid=435>

¹³ ROWBOTHAM, Sheila. **Lo malo del patriarcado**, 1984. IN: LOBO, Elisabeth Souza. *op. cit.*, p. 5.

¹⁴ CASTRO, Mary. & LAVINAS, Lena. **Do feminino ao gênero: a construção de um objeto**, 1992. IN: NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Sílvia H. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa**. Psicol. Soc., vol. 18, n. 1. Porto Alegre, jan./abril., 2006, p.3 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100007>.

foram evoluindo, a noção de patriarcado sedimenta a dominação masculina, uma vez que impede a reflexão sobre a mudança. Nessa seara, Elisabeth Lobo afirma que:

Como aponta Sheila Rowbothan, a palavra “ patriarcado” coloca muitos problemas: remete a uma forma universal e histórica de opressão, com fortes marcas biologizantes ou ainda produz ‘um modelo feminista de base-superestrutura’, uma estrutura fixa, enquanto que as relações entre homens e mulheres são tanto mutáveis quanto fazem parte de heranças culturais e institucionais, implicam reciprocidades tanto quanto antagonismos. Como conceito pertinente para pensar as relações no trabalho — que são um aspecto das relações sociais entre homens e mulheres, a divisão sexual do trabalho não esgota a problemática destas relações, na medida em que elas comportam construções culturais e históricas, interdependentes e complementares. As relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto relações entre o que é definido como masculino e feminino — os gêneros. Neste sentido a divisão sexual do trabalho é um dos muitos *locus* das relações de gênero. Por que o uso do gênero como categoria analítica? Porque justamente constrói ao mesmo tempo uma relação social/simbólica sem estabelecer um a mecânica de determinação.¹⁵

Para Narvaz e Koller, não se pode incumbir ao patriarcado toda a explicação das desigualdades e opressão femininas, devendo-se observar a interação de gênero sob os prismas de classe social e de etnia, bem como sua articulação com o sistema capitalista – fatores que determinam a criação e a reprodução das relações de dominação e de expropriação atualmente, sobretudo por meio do aprisionamento dos corpos e da limitação da autonomia feminina.¹⁶

Weber coloca o patriarcalismo como a circunstância em que, em uma associação, “na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas.”¹⁷ Assim, configura-se como um conceito típico-ideal que comporta distintas formas históricas de organização social, desde que a autoridade esteja centrada no patriarca de uma comunidade doméstica, consistindo em uma referência a-histórica no sentido de que não se restringe a apenas um momento histórico.

¹⁵ LOBO, Elisabeth Souza. *op. cit.*, p. 5

¹⁶ NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Sílvia H. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa.** Psicol. Soc., vol. 18, n. 1. Porto Alegre, jan./abril, 2006, p.4. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100007>

¹⁷ WEBER, Max. **Economia y Sociedad.** 1964. IN: MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confrontot: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Série Antropologia, Brasília, 2000, p. 3. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MACHADO_GeneroPatriarcado2000.pdf>.

Para Saffioti, capitalismo e patriarcado se estabelecem simultaneamente, observando-se que os conceitos de classe e de gênero são usados para, respectivamente, abarcar as relações capitalistas e as relações patriarcais.¹⁸

Lins coloca o patriarcado uma organização social sedimentada no poder do pai, em que a linhagem e o parentesco seguem a figura masculina, bem como as mulheres são vistas como inferiores e por eles dominadas.¹⁹ Na verdade, como já referido, tal poder é representado pela figura masculina – não necessariamente paterna – em análise como categoria social.

O patriarcado também pode ser conceituado como uma forma de organização social em que as relações são determinadas por duas premissas fundamentais: a) as mulheres são subordinadas aos homens hierarquicamente; b) os jovens se encontram subordinados aos homens mais velhos hierarquicamente. Nesse sentido, a superioridade masculina imposta pelos princípios patriarcais designou um maior valor às funções tidas como masculinas, justificando o controle da sexualidade e do corpo da mulher, bem como determinando os papéis sexuais e sociais de forma mais benéfica aos homens.²⁰

Conforme assevera Gerda Lerner, o patriarcado se estabeleceu mediante um processo de aproximadamente 2500 anos, de 3100 a 600 A.C., ocorrendo em ritmos e tempos distintos segundo as sociedades.²¹ Quanto ao Brasil, a história da composição familiar remete à imposição do sistema patriarcal adaptado ao sistema colonial latifundiário e escravagista, configurando-se como um dos cerne da organização social brasileira.

A título exemplificativo, lembra-se que em 1932 foi garantido o direito da mulher ao voto: direito somente às mulheres casadas, com autorização dos maridos, e às viúvas e solteiras que detivessem renda própria. Em 1934, tais restrições foram eliminadas do Código Eleitoral, ainda que a obrigatoriedade do voto tenha sido mantida como um dever masculino. Por fim, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres em 1946.

¹⁸ SAFFIOTI, Heleieth. **Força de Trabalho Feminina: no interior das cifras**, 1985. IN: MACHADO, Lia Zanotta, *op. cit.*, p. 5.

¹⁹ LINS, Regina Navarro. *op. cit.*, p. 29.

²⁰ MILLET, Kate. **Sexual politic**, 1970. SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**, 1995. IN: NARVAZ, Marcha G.; KOLLER, Silvia H. *op. cit.*, p. 3.

²¹ LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**, p. 4. Disponível em: <<http://catsfordestroypatriarchy.wordpress.com/2014/10/24/traducao-introducao-do-livro-a-criacao-do-patriarcado-gerda-lerner/>>

No que tange ao trabalho feminino, este só foi regulamentado com a CLT de 1941 e a mulher casada passou a trabalhar sem autorização de seu esposo somente a partir de 1962 (mediante alterações no Código Civil).

Já o novo Código Civil de 2002 retirou o termo “pátrio poder” quanto à família, e a Constituição Federal de 1988 determinou a igualdade entre homens e mulheres como um direito fundamental (art. 5º), além de estipular que os direitos e deveres da sociedade conjugal devem ser efetivados também igualmente (art. 226). Entretanto, ainda é vigente a concepção de que o homem deve ser o chefe da família, de que as mulheres devem usar o sobrenome do esposo e de que esse processo é natural.

Realizadas tais considerações, é necessário enfatizar que todo esse processo de inferiorização feminina foi sustentado e até hoje é corroborado por diversos elementos, tais como: religião, leis, poder estatal, dependência econômica em que a mulher se vê diante de seu marido, divisão entre “mulheres respeitáveis” e as demais e desvalorização feminina – fatores que serão objeto de análise em capítulo posterior. Ainda assim, conclui-se que as variadas formas de violência e de opressão da mulher não são fenômenos isolados, e sim provenientes da manifestação de muitos séculos de relações de poder assimétricas.

Nesse contexto, é extremamente relevante uma análise acerca de noções gerais sobre gênero, para que seja possível apreender os elementos relacionados à violência contra mulher como uma relação de poder.

A concepção de gênero começou a ser vista de forma mais acentuada a partir dos anos 70, sob a influência do movimento feminista e da transformação de marcos científicos, tornando-se extremamente necessária no que concerne à apreensão dos papéis sexuais sociais, das relações entre homens e mulheres, da formação da identidade e da sexualidade. Nas palavras de Amâncio, gênero se vinculada a uma orientação política, a qual, por identificar as dificuldades de cunho cultural que “impediam o usufruto dos direitos humanos por parte das mulheres, se traduz na adoção de medidas e instrumentos destinados a eliminar a discriminação, em vez de se contentar com a sua proibição.”²²

Atualmente, o conceito referido vem ganhando maior espaço e solidificado de forma relacionada à veiculação internacional dos direitos humanos e objeto de novas políticas públicas. O termo passou a ser estruturado com a concepção de que o feminino e o masculino

²² AMÂNCIO, Lúcia. **O gênero no discurso das ciências sociais**. Análise Social, vol. XXXVIII (168), 2003, p. 2. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218791078B9rDE5id4Po89MU8.pdf>>

não são naturais ou biológicos, e sim construções sócio-culturais, em que se revelam características representativas e valorizadas em determinada sociedade e em um momento histórico específico.

Para o Direito, a insurgência da concepção de gênero representou uma forma inédita de romper com a invisibilidade da mulher nos estudos e na construção dos saberes, uma vez que, até então, praticamente a totalidade destes se desenvolveu sob a perspectiva masculina e colocando-a como universal, como único ponto de referência. Assim, passou-se a problematizar as relações existentes entre criminalidade, sistema de justiça criminal e mulher/feminino, bem como a se questionar como os marcos teóricos das ciências sociais mantinham a superioridade androcêntrica e, concomitantemente, escondiam-na, deixando as diferenças entre homens e mulheres disfarçadas sob uma aparente neutralidade.²³

Cabe lembrar, aqui, que os termos “sexo” e “gênero” representam conceitos distintos. O primeiro se refere a uma característica biológica: tange à dicotomia macho-fêmea, sendo geralmente definido conforme os órgãos sexuais com que se nasce. Entretanto, tal abordagem demonstra-se simplista e com um fim primordialmente didático, uma vez que os dogmas sociais acarretaram uma noção de que determinado tipo anatômico equivale a uma identidade específica, denotando-se a necessidade de enquadrar os indivíduos em padrões e classificações pré-estabelecidos.

A questão da sexualidade também é fruto de construção histórica e social, bem como a repressão sexual se apresenta mediante a imposição de um sistema de normas, regras, leis e valores explícitos que são determinados quanto a permissões e proibições nas práticas sexuais genitais. Tais premissas são definidas pela religião, pela moral, pelo direito e pela ciência.²⁴ Rubin corrobora esta concepção na medida em que assevera ser a seara da sexualidade também um meio de política interna, constituído por desigualdades e opressões – o que implica ter o sexo também teor político.²⁵

Conforme Rachel Soihet, a expressão “gênero” foi inicialmente utilizada pelas feministas americanas para enfatizar o caráter primordialmente social das distinções

²³ BARATTA, Alessandro. **O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana**. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Criminologia e Feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999, p. 21.

²⁴ CHAUI, Marilena. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida**. 12a ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 76.

²⁵ RUBIN, Gayle S. **Pensando o Sexo: notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade**. 1984, p.1. Disponível em: <<http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf>>.

fundamentadas no sexo, indicando uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de vocábulos como "sexo" ou "diferença sexual".²⁶

Tal significação refere-se a uma identificação individual, e, segundo Joan Scott, inicialmente simbolizava o viés relacional das definições de feminilidade, introduzindo uma ideia de que os homens e as mulheres deveriam ser estudados em termos recíprocos, sem se poder apreendê-los apenas mediante uma “história das mulheres” – retomando-se a ideia de Beauvoir de que a mulher se define a partir do Outro. Ademais, a questão de gênero busca “reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens”, uma vez que as estruturas hierárquicas se fundamentam em apreensões generalizadas das relações supostamente naturais entre homem e mulher.

Scott estabelece o conceito de gênero como organização social, como “categoria social imposta sobre um corpo sexuado”, moldada conforme a noção de diferenças sexuais inerentes às relações assimétricas de poder e vinculada aos papéis considerados pertinentes aos homens e mulheres – o que implica dizer que os indivíduos só podem ser vistos como pertencentes a uma determinada cultura, a um discurso específico. A autora aborda a necessidade de análise da conexão entre o passado e o presente, sobre como o gênero funcionou e funciona nas relações sociais humanas, como explica e significa a organização e a percepção do conhecimento histórico e como enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, porém não é diretamente determinado por ele, tampouco condiciona diretamente a sexualidade.²⁷

Gayle esquematizou o “sistema sexo/gênero”, o qual se utiliza de uma matéria-prima (fêmea) e a modifica para se tornar um produto (o gênero feminino). Em seus termos, tal sistema constitui: “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nas quais estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”.²⁸

Já Judith Butler suscitou o debate sobre a estrutura do sexo, objetivando historicizar o sexo e o corpo, sem opor a questão de gênero à significação do sexo. Constatou que prevalece

²⁶ SOIHET, Rachel. **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres** / organizado por Neuma Aguiar. Rosa dos Tempos, 1997, p. 96.

²⁷ SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 74-77. Disponível em: <https://archive.org/details/scott_gender>

²⁸ RUBIN, Gayle S. **O tráfico de mulheres: Notas sobre a ‘Economia Política’ do Sexo**. 1975, p. 1. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>>.

uma lógica condicionante no que tange à necessidade de cada indivíduo se classificar com sexo e gênero determinados, bem como que estes se vinculem à heterossexualidade. Assim, enfatiza ser imprescindível a subversão dessa “ordem compulsória”, como também esclarece que o conceito de gênero legitima tal sistema quando é usado como instrumento para limitar o indivíduo e considerar suas diferenças sexuais de forma alheia à esfera social, endossando a padronização dos corpos femininos e masculinos de maneira estereotipada.²⁹

Nesse sentido, Joan Scott alega que a identidade de gênero se constitui mediante uma linguagem de significações, em que o gênero representa o primeiro modo de significar as relações de poder. Tal conceito abarca símbolos culturais que aludem a representações (como os símbolos católicos de Eva e Maria, por exemplo), noções normativas expostas em doutrinas religiosas, jurídicas, educativas, etc. Elas restringem a interpretação daqueles, assegurando sentidos dicotômicos para masculino e feminino e firmando os papéis de mulher e de homem, bem como a formulação das identidades subjetivas de gênero e sua relação com as organizações sociais e os aspectos culturais estabelecidos historicamente:

Sem dúvida, está implícito que as disposições sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães cuidem da maioria das tarefas de criação dos filhos, estruturam a organização da família. Mas a origem dessas disposições sociais não está clara, nem o porque delas serem articuladas em termos da divisão sexual do trabalho. Não se encontra também nenhuma interrogação sobre o problema da desigualdade em oposição àquele da simetria. Como podemos explicar, no seio dessa teoria, as associações persistentes da masculinidade com o poder e o fato de que os valores mais altos estão mais investidos na qualidade de masculino do que na qualidade de feminino? Como podemos explicar o fato de que as crianças aprendem essas associações e avaliações mesmo quando elas vivem fora dos lares nucleares ou dentro de lares onde o marido e a mulher dividem as tarefas parentais? Eu acho que não podemos fazer isso sem dar uma certa atenção aos sistemas de significação, isto é, às maneiras como as sociedades representam o gênero, utilizam-no para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido não há experiência; sem processo de significação não há sentido. [...] Como sistemas de significado, as identidades subjetivas são processos de diferenciação e de distinção, que exigem a supressão das ambiguidades e dos elementos opostos a fim de assegurar (de criar a ilusão de) uma coerência e uma compreensão comuns. O

²⁹ SENKEVICS, Adriano. **O conceito de gênero por Judith Butler: a questão da performatividade**. 2012. Disponível em: <<http://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/05/01/o-conceito-de-genero-por-judith-butler-a-questao-da-performatividade/>>

princípio de masculinidade baseia-se na repressão necessária dos aspectos femininos – do potencial bissexual do sujeito; e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino. Desejos reprimidos estão presentes na unidade e subvertendo sua necessidade de segurança. Ademais, as idéias conscientes do masculino e do feminino não são fixas, já que elas variam segundo os usos do contexto. Portanto, existe sempre um conflito entre a necessidade que o sujeito tem de uma aparência de totalidade e a imprecisão da terminologia, relatividade do seu significado e sua dependência em relação à repressão. Esse tipo de interpretação torna problemáticas as categorias “homem” e “mulher”, sugerindo que o masculino que o masculino e o feminino não são características inerentes, mas construções subjetivas (ou fictícias). Essa interpretação implica também que sujeito se encontra num processo constante de construção e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente, referindo-se à linguagem como um lugar adequado para a análise. [...] ³⁰

Por conseguinte, as relações de gênero são, essencialmente, relações de poder, uma vez que, ao se determinar significados aos indivíduos – valor, hierarquia social e familiar, privilégios, identidade, etc...- criam-se preconceitos e modelos estereotipados e dicotômicos, justificados e legitimados, na maioria das vezes, na pretensa naturalidade das relações entre homem e mulher.

Para Lia Machado, o gênero se constitui como uma categoria classificatória e um novo paradigma metodológico para se aludir ao caráter estruturante da construção cultural das diferenças sexuais, sendo que tais definições são interpretadas conforme as determinações culturais de gênero. Essa concepção objetiva questionar as formas simbólicas e culturais do engendramento das relações sociais sexuais de todas as maneiras em que a classificação do que se considera masculino e feminino é adequada e acarreta efeitos sobre múltiplos âmbitos de sociedades e culturas diversas. Assim, permite-se uma ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero, sem se deixar de revelar o privilegiamento metodológico das relações de gênero e a transversalidade de gênero, esta como construção social. ³¹

Assim, a questão de gênero foi corroborada diante da exposição das diferenças entre os sexos como tema de análise, retirando-a do território biológico e buscando uma investigação atenta às condições históricas e sociais de produção dos saberes sobre os sexos e de justificação das divisões sociais conforme o sexo. Nesse contexto, tornou-se mais notória a

³⁰ SCOTT, Joan Wallach. *op. cit.*, p. 13.

³¹ MACHADO, Lia Zanotta. *op. cit.*, p. 5-6.

desigualdade caracterizadora das relações sociais, embora se tenha enfatizado que não há universalidade na configuração das relações de gênero, excetuando-se o fato de serem sempre construídas cultural, histórica e socialmente, observadas suas bases estruturantes como subjetivadas e simbolizadas. Em outras palavras, quer dizer que não há um determinismo biológico que condicione que o feminino e o masculino se estabeleçam e se relacionem de uma forma específica. Busca-se, portanto, a desnaturalização biológica das categorias sociais de homem e mulher e da radicalização da construção simbólica (de âmbitos social e cultural) das concepções de feminino e masculino.

Machado também faz uma crítica à colocação dicotômica dos termos “patriarcado” e “gênero”, alegando que pertencem a âmbitos distintos, e, por isso, não podem ser considerados opostos, bem como que as relações de gênero não podem se resumir à concepção de patriarcado. Este implica um sentido rígido, uma estrutura sedimentada que concerne automaticamente ao exercício e à dominação androcêntrica, revelando-se como uma forma de organização social, circunscrita a formas sociais aprisionadas nesse conceito, enquanto a significação de gênero abrange um caráter de flexibilidade quanto às relações entre homens e mulheres, uma vez que as considera construídas e transformáveis socialmente, sem a imposição de premissas universais, possibilitando questionar tal processo de constituição das relações. Para a autora, não é inapropriado utilizar o conceito de “patriarcado”, e afirma que:

As relações patriarcais, devidamente definidas em suas novas formas e na sua diversidade encontram-se presentes na contemporaneidade, mas seu uso implica um sentido totalizador, quer seja na sua versão adjetiva ou substantiva, e empobrece os sentidos contraditórios das transformações. Entendo que as transformações sociais contemporâneas dos lugares das mulheres e dos homens e dos sentidos das diferenças de gênero, fogem ao aprisionamento do termo “patriarcado”. A utilização do conceito de relações de gênero, não define, *a priori*, os sentidos das mudanças, e permite construir metodologicamente uma rede de sentidos, quer divergentes, convergentes ou contraditórios.[...] O conceito de gênero não implica o deixar de lado o de patriarcado. Ele abre a possibilidade de novas indagações, muitas vezes não feitas porque o uso exclusivo de “patriarcado” parece conter já, de uma só vez, todo um conjunto de relações : como são e porque são. Trata-se de um sistema ou forma de dominação que, ao ser (re)conhecido já (tudo) explica : a desigualdade de gêneros. O conceito de gênero, por outro lado, não contém uma resposta sobre uma forma histórica. Sua força é a ênfase na produção de novas questões e na possibilidade de dar mais espaço para dar conta das transformações na

contemporaneidade. O conceito de “relações de gênero” não veio substituir o de “patriarcado”, mas sim, o de “condições sociais da diferença sexual”, o de “relações sociais de sexo”, e o de “relações entre homens e mulheres”. Entendeu-se que estas expressões permaneciam aprisionadas nas narrativas da naturalização e da biologização das relações entre homens e mulheres, dificultando o desenvolvimento das análises que pretendiam chegar à radical ruptura com a naturalização da situação das diferenças sexuais.[...] O olhar utópico feminista que reivindica a desnaturalização do poder político, politizou o conceito da desconstrução de gênero. Além de fazê-lo trabalhar enquanto conceito teórico e analítico, fez dele um conceito político e uma invenção feminista, por mais que queiram domesticá-lo.³²

Para Mary Castro e Lena Lavinas, a utilização do termo “patriarcado” remete apenas à dominação masculina, impedindo a reflexão acerca de uma mudança paradigmática, uma vez que fortifica tal modelo de hegemonia e condena a mulher à inferioridade – ainda que o objetivo da discussão sobre o patriarcado seja justamente revelar o engendramento deste sistema.³³ Portanto, denota-se que a importância da apreensão do termo, uma vez que estrutura as relações sociais sem formar uma lógica de determinação, possibilitando maior abertura à reflexão a respeito da divisão sexual do trabalho.

Essa construção de papéis de gênero implica uma atribuição de oposição e hierarquia de designações aos sexos, em que são contrárias qualidades masculinas em relação às femininas e estas são inferiorizadas, vistas como negativas. A título exemplificativo, já que tal tópico já foi exaustivamente abordado, não se pode olvidar que a imagem feminina criada por toda essa rede de processos históricos é relatada por diversos autores. Engels relata que, entre os jônios, seguidores o regime de Atenas, as donzelas eram ensinadas a fiar, tecer e coser, e, em raras vezes, a ler e a escrever, restringindo-se praticamente ao contato com outras mulheres. Além disso, só saíam de casa acompanhadas de uma escrava e estavam sempre sob vigilância.³⁴ Já Schopenhauer expôs suas infelizes percepções nestes termos:

As mulheres são adequadas para cuidar de nós e nos criar na infância justamente pelo fato de elas próprias serem infantis, tolas e míopes, em uma palavra, por serem eternas crianças grandes: ocupam uma espécie de estágio intermediário entre a criança e o homem, que constitui o verdadeiro ser humano. Basta observar uma jovem, o modo como passa dias inteiros a brincar, dançar e cantar com uma criança, e imaginar o que um homem, na melhor das hipóteses, faria no seu lugar. [...] No

³² MACHADO, Lia Zanotta. *op. cit.*, p.3-4.

³³ CASTRO, Mary e LAVINAS, Lena. **Do Feminino ao Gênero: a Construção de um Objeto**, 1992. IN: MACHADO, Lia Zanotta. *op. cit.*, p.5.

³⁴ FRIEDRICH, Engels. *op. cit.*, p. 17.

fundo, as mulheres são destinadas unicamente à propagação da espécie humana, e nisso se completa sua missão; desse modo, vivem quase sempre mais para a espécie do que para o indivíduo: defendem com mais seriedade os interesses da primeira do que os do segundo. Isso confere a todo o seu ser e à sua ação uma certa leviandade e, em geral, uma orientação basicamente diferente da do homem, da qual deriva a desarmonia tão freqüente e quase normal no casamento.³⁵

Portanto, essa conotação estereotipada e excludente de gênero revela o antagonismo entre o feminino e o masculino, bem como que o objetivo da discussão de gênero se coloca justamente nesse ponto: desnaturalizar tais premissas e reestruturar o gênero sob um viés igualitário, reconstruindo as subjetividades dos sujeitos e reconhecendo que “ ‘homem’ e ‘mulher’ são [...] categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo, e transcendente; transbordantes porque, mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas.”³⁶

1.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E VIOLÊNCIA SEXUAL

Primeiramente, faz-se mister esclarecer alguns conceitos para se abarcar a noção de violência. Para Marilena Chauí, a concepção de poder refere-se à capacidade coletiva para se decidir a respeito da existência pública de um referencial de grupo, na medida em que se imponha como justiça pela lei, sem coação, como um âmbito de criação de direitos. Em outras palavras, o poder não dispõe de seu significado pelas instituições em que se manifesta – as quais expressam interesses específicos – e sim mediante o reconhecimento de direitos sociais, políticos, culturais e econômicos, em que a justiça não é meramente formal e o direito não é puramente interesse. Quanto à ideia de força, Chauí alega ser a ausência de poder, imperando um desejo de opressão de uma categoria social por outra, característica que configura as diversas espécies de exploração.

Já a noção de violência perpassa tais conceitos, identificando-se como uma realização específica e referente às relações de força, tanto no que tange às classes sociais quanto a questões interpessoais. É, assim, a incorporação da desigualdade por meio de uma relação

³⁵ SCHOPENHAUER, Arthur. VOLPI, Franco. **A arte de insultar**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 74.

³⁶ SCOTT, Joan Wallach. *op. cit.*, p. 24.

hierárquica, inerentemente baseada em dois polos antagônicos e determinantes: de dominação e de submissão.³⁷

Nas palavras da autora, a violência perfeita se configura quando se obtém “a interiorização da vontade e da ação alheia pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas, submersa numa heteronímia que não se percebe como tal.”³⁸ Sob a mesma premissa, tem-se a ideia de Spinoza de que a liberdade se refere à capacidade de autodeterminação para pensar, sentir, agir e querer, e não a escolha voluntária dentre as possibilidades.³⁹

Assim, se observada essa noção de que a liberdade, a violência é uma violação a esta, uma vez que silencia o outro e sua capacidade de escolher, tratando-o como coisa e maculando também os direitos humanos, o direito de cada sujeito e a sua autonomia.

Diante de todas as premissas já sustentadas, denota-se como a mulher se encontra muito mais suscetível à violência, observando-se que a violência de gênero se caracteriza quando executada contra a vítima por conta da sua identidade de gênero – mulher –, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição.

Rachel Soihet explicita as formas de violência específicas da condição feminina:

O desconhecimento do corpo, a ignorância sobre sua sexualidade, a exigência da virgindade como símbolo de honra eram algumas das mazelas impostas à mulher, impedida não só de usufruir do prazer, como de obstar a possibilidade de um filho não desejado, mergulhando tantas mulheres no desespero, no crime, na loucura, na prostituição. A imposição da maternidade, considerada ‘natural’ ao sexo feminino, em termos de uma determinação biológica, se constitui numa violência imposta a este sexo e que coloca a mulher num impasse existencial. [...] As relações assimétricas próprias do relacionamento homem-mulher, presentes desde formas primárias do poder masculino, apoiadas nos estereótipos de ‘minoridade’ ética da mulher, identificáveis no controle da conduta da mulher nas relações dentro do casal, até formas mais agressivas de violação da integridade física se constituem, igualmente, em formas de violência.⁴⁰

³⁷ CHAUI, Marilena. **Sobre mulher e violência**. Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro, Zahar, 1985, p. 34-35.

³⁸ CHAUI, Marilena. Sobre mulher e violência... *op. cit.*, p. 35.

³⁹ ARAÚJO, Maria de Fátima. **Violência e Abuso Sexual na Família**. Psicologia em Estudo, Maringá, v.7, n.2, jul./dez.2002, p. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722002000200002&script=sci_arttext>

⁴⁰ SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1989, p.9.

Para Heleieth Saffioti, a violência de gênero se dispõe como um conceito amplo, englobando vítimas como mulheres, crianças e jovens de ambos os sexos, porquanto a utilização do termo “violência contra a mulher”, apesar de transcender a violência doméstica, não abarca a violência de gênero caracterizada nas relações com crianças e jovens, tampouco os atos exercidos por mulheres agressoras. Assim, configura-se um tipo específico de violência que busca a manutenção da organização social de gênero, baseado na hierarquia e desigualdade de posições sociais sexuais, e é criado no interior das relações de poder, visando ao controle de quem o detém em menor escala.⁴¹

Como manifestação do sistema patriarcal, os homens, detentores do poder de designar condutas como corretas ou não, contam com a permissão ou, ao menos, a tolerância social para penitenciar aquilo que lhes simboliza um erro, sobretudo mediante o emprego da violência. Não significa que é impossível que uma mulher se utilize da força contra o homem (marido/namorado/companheiro), mas, além de ser isso não ocorrer com frequência, não é um ato sustentado pelo objetivo de uma categoria social manter sua dominação sobre a outra.⁴²

Ademais, a autora sinaliza que a manutenção dessa ordem patriarcal de gênero não implica necessariamente o uso de força física, bem como que a dominação está sempre vinculada à exploração: são duas dimensões do mesmo processo e constituem, em si, uma violência. Diante disso, dá-se a necessidade de uma educação de gênero pautada de forma alternativa, que se afaste dos princípios norteadores da matriz dominante atual – gênero implica a significação das relações de poder; é importante sua releitura como um fenômeno extremamente determinante no que tange à opressão, e igualmente necessária uma análise de como determinadas concepções se interiorizam aquém da consciência (tópico abordado mediante as premissas de violência simbólica, no capítulo 3).⁴³

María Acale Sánchez elucida que, pela expressão violência de gênero, pode-se auferir uma classe de violência que afeta os distintos gêneros pelo próprio pertencimento a eles e pela função que cada um desempenha tradicionalmente. Ainda assim, é prioritariamente perpetrada contra o gênero feminino, uma forma de violência a que a mulher é submetida por sua própria

⁴¹ SAFFIOTI, Heleieth. I.B. & ALMEIDA, S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro, Revinter, 1995. IN: ARAÚJO, Maria de Fátima, *op. cit.*, p. 3.

⁴² SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. *Cad. Pagu [online]*. 2001, n.16, p. 1-2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007&lang=PT>

⁴³ SAFFIOTI, Heleieth I.B. *op. cit.*, p. 9-11.

condição de mulher e pelo papel social que tradicionalmente lhe foi determinado, e que não se limita ao contexto familiar.⁴⁴

Azevedo e Guerra abordam a violência de gênero, de forma geral, como um fenômeno das relações interpessoais, como se fossem constituídas externamente à estrutura social, separando tais relações da divisão de classes. Entretanto, as relações sociais se estabelecem conforme normas que moldam a sociedade por inteiro, não podendo ser concebidas como alheias a essa contextualização.⁴⁵

Ao se afastar da noção de gênero, tem-se um encobrimento da violência contra a mulher, sobretudo ao se situar como violação aos direitos humanos. Com a busca pela democracia brasileira e a criação de Delegacias de Mulheres, no começo dos anos 80, as mulheres começaram a debater temas como as relações de gênero e a sexualidade, e as denúncias de violência contra a mulher aumentaram – revelando a necessidade de sua abordagem mediante ações de políticas públicas.

Nesse contexto, os Direitos Humanos começaram a abarcar a proteção às mulheres no fim do século XX, passando-se também a entender a violência de gênero como uma das formas de sua violação. No Brasil, foram ratificadas Convenções Internacionais que lidam com o tema em comento, como a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.⁴⁶

Na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, ratificada pelo Brasil em 1984, a discriminação contra a mulher foi definida como:

Toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.⁴⁷

⁴⁴ SÁNCHEZ, María Acale. **La discriminación hacia la mujer por razón de género en el Código Penal**. Madrid: Editorial Reus, 2006, p. 74.

⁴⁵ AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane Nogueira Azevedo. **Vitimação e vitimização: questões conceituais**. IN: SAFFIOTI, Heleieth I.B., *op. cit.*, p. 21.

⁴⁶ TELES, M. A. A.; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002, p. 60.

⁴⁷ ONU. **Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)**. 1979. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/cedaw.htm>>

Ademais, na Conferência Mundial dos Direitos Humanos, organizada pela ONU em 1993, os direitos humanos das mulheres e das meninas foram expressamente dispostos como parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais. Assim, a violência de gênero foi explicitada, no art. 18 de sua Declaração, como incompatível com a dignidade e o valor da pessoa humana, sendo definida como “qualquer ato violento baseado no gênero que resulte em, ou é passível de resultar em, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico.”

Já a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, OEA, 1994), ratificada pelo Brasil em 1995, prescreve, em seu art. 6º, que o direito de toda mulher a viver livre de violência inclui o direito de ser livre de toda forma de discriminação. Ademais, a Convenção conceitua violência contra a mulher como "qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado" (art. 1º). Ainda esclarece que esta violência pode ocorrer "dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual;" (art. 2º, a), bem como ser exercida na comunidade e por qualquer pessoa (art. 2º, b) e “perpetrada ou tolerada pelo Estado e seus agentes, onde quer que ocorra" (art. 2º, c).⁴⁸

O relatório da IV Conferência Mundial da Mulher, da ONU, Beijing, China, de 1995, também aduz que a violência contra a mulher representa um impedimento para que se atinjam objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz, bem como que viola os direitos humanos e das liberdades fundamentais. A Plataforma de Ação de Beijing estipulou que os direitos humanos da mulher incluem “o seu direito a ter controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, inclusive sua saúde sexual e reprodutiva, e decidir livremente com respeito a estas questões, livres de coerção, discriminação e violência”. A referida Plataforma também recomendou aos governos que assegurassem a eficácia das leis concernentes à violência contra a mulher, promovendo a conscientização sobre o tema e garantindo o trabalho justo às vítimas.⁴⁹

⁴⁸ OEA. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – “Convenção de Belém do Pará”**. 1994. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm>>

⁴⁹ ONU. **Declaração e plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. 1995. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf>

Portanto, conclui-se que a violência de gênero perpassa a violência intrafamiliar, doméstica, física, psicológica, moral, sexual, econômica, patrimonial e institucional. Como objeto de estudo do presente trabalho, a violência sexual se caracteriza por uma ação que obriga o indivíduo a manter contato sexual (seja físico ou verbal), ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidações, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro meio que invalide ou limite a vontade pessoal. Também se considera violência sexual o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar um/alguns desses atos com terceiros. Sob outro olhar e caracterizando o estupro, Vigarello relata brilhantemente:

O estupro provoca uma lesão ao mesmo tempo semelhante e diferente das outras. Semelhante porque é o efeito da brutalidade. Diferente porque é muitas vezes pouco consciente no agressor, apagada pela efemeridade do desejo, ao passo que intensifica a vergonha na vítima, a idéia de uma contaminação pelo contato: a indignidade atravessando a pessoa atingida para transformá-la aos olhos dos outros. Daí a sensação de aviltamento criando obstáculos à queixa, inclinando a vítima a se calar e os observadores a acusá-la. Situação muito especial, em que a violência pode se tornar menos visível, empurrada para segundo plano, mascarada pela rejeição de que a vítima é objeto; situação aguçada ao extremo [...] por um conjunto de referências culturais, morais e sociais, transformadas em feixe de efeitos convergentes. Como o crime era antes de tudo blasfêmia e pecado, tinha consequências particulares sobre a vítima do estupro: aquela que fazia os gestos reprovados, mesmo contra sua vontade, podia ser implícita e silenciosamente condenada por esse próprio fato. Daí a especificidade muito nítida da violência sexual, acentuando a relativa tolerância a seu respeito: a vítima temia falar, o juiz temia inocentá-la. Isso equivale a dizer que a principal característica desses estupros [...] é a ausência frequente da ideia de violência por parte do agressor, o que os diferencia dos outros atos brutais. A visão do prazer apaga a agressividade, impondo o desejo como uma evidência à qual a vítima é confusamente associada.⁵⁰

Entretanto, cabe enfatizar que o limiar entre as formas de violência é muito tênue, considerando-se que, não raras vezes, os atos de agressão não se dão de maneira isolada, tampouco deixam de repercutir em outros âmbitos diversos daqueles inicialmente violados.

O conceito de gênero demonstra que os papéis designados às mulheres e aos homens, sedimentados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e pela dominação masculina, levam a relações violentas entre os sexos. Ou seja, o emprego da violência nesse caso provém de um processo de histórico e de estereotipagem dos indivíduos e de suas categorias sociais. Especificamente quanto à violência sexual, esta se revela como um ato de abuso de poder e desejo de dominação, e não simplesmente um ato sexual. Nesse sentido:

Constatamos que ou a força ou a ira dominam, e que o estupro, em vez de ser principalmente uma expressão de desejo sexual, constitui, de fato, o uso da

⁵⁰ VIGARELLO, Georges. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. Tradução de: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 50.

sexualidade para expressar questões de poder e ira. O estupro, então, é um ato pseudo-sexual, um padrão de comportamento sexual que se ocupa muito mais com o status, agressão, controle e domínio do que com o prazer sexual ou a satisfação sexual. Ele é comportamento sexual a serviços de necessidades não sexuais.⁵¹

Em termos numéricos, uma pesquisa organizada em 2010 pela Fundação Perseu Abramo entrevistou 2.365 mulheres e 1.181 homens em todo o país. Revelou-se que 18% das entrevistadas alegaram já ter sofrido alguma vez algum tipo de violência causada por algum homem, conhecido ou não. Quando citadas 20 modalidades de violência, 40% afirmaram já ter sofrido alguma, ao menos uma vez na vida, mormente algum tipo de controle ou cerceamento (24%), violência psíquica ou verbal (23%), ou uma ameaça ou violência física propriamente dita (24%). Entre os tipos de violência mais frequentes, 16% já ouviram ofensas acerca de sua conduta sexual e 15% foram controladas sobre os lugares para onde iriam e com quem sairiam.⁵²

A Central de Atendimento à Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres, criada em 2005 para auxiliar as mulheres em situação de risco e violência, elucidar seus direitos e indicar onde buscar ajuda, registrou, desde sua criação até 31 de janeiro de 2013, 3.058.432 atendimentos, com diversas solicitações (em média 2.000 por dia), sendo mais frequente o pedido de informações.⁵³

Excetuando-se as modalidades de violência sexual e assédio, em todas as outras referentes à violência o parceiro (esposo ou namorado) é o responsável por mais de 80% dos casos reportados.

Conforme o Mapa da Violência de 2012,⁵⁴ no ano anterior, dos 107.572 atendimentos registrados no SINAM (Sistema Nacional de Informação de Agravos e Notificação, do Ministério da Saúde), 70.270 se referiam a mulheres vítimas de violência, compondo 65,4% do total. Além disso, verificou-se que em mais de 70% dos casos a residência da mulher é o

⁵¹ KOLODNY, Robert. C.; MASTERS, William H.; JOHNSON, Virginia E. **Manual de medicina sexual**. Tradução por Nelson Gomes de Oliveira. 1982. IN: ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/viewFile/15185/13811>>, p. 26.

⁵² **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado**. Fundação Perseu Abramo/Sesc. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa_org_br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf>

⁵³ BRASIL. Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. **Relatório de Dados Consolidados – 2012**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM_RELATORIO Ligue180 Nacional Anual 2012.pdf>

⁵⁴ WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: Homicídios de Mulheres. CEBELA. FLASCO/Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf>

local em que a violência é exercida, e a violência sexual foi a causa de atendimentos de 13 mil mulheres no mesmo ano (12,2% dos atendimentos por violência no SUS).

Segundo o IPEA, estima-se que a cada ano no Brasil 0,26% da população sofre violência sexual, o que representa anualmente 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados, dentre os quais 10% são reportados à polícia. Em 2012, por exemplo, foram notificados 50.617 casos de estupro no Brasil.⁵⁵

Em relação ao total das notificações ocorridas em 2011, 88,5% das vítimas eram do sexo feminino, mais da metade tinha menos de 13 anos e 46% não possuíam o ensino fundamental completo, bem como que 51% dos indivíduos eram de cor preta ou parda e que mais de 70% dos estupros foram perpetrados contra crianças e adolescentes.

Dos estupros registrados no Sinan também em 2011, 70% foram cometidos por parentes, namorados ou amigos/conhecidos da vítima, e em 15% dos casos foram exercidos por dois ou mais agressores. Ademais, a maioria esmagadora dos agressores é do sexo masculino, independentemente da faixa etária da vítima, enquanto as mulheres são autoras do estupro em 1,8% dos casos.

Pelos registros do SINAN quanto a crianças e adolescentes, foram atendidas, em 2011, 10.425 vítimas de violência sexual. A grande maioria do sexo feminino: 83,2%. Com poucas oscilações entre as faixas etárias, entre os 15 e os 19 anos os índices femininos atingiram sua máxima expressão: 93,8%. Foram, ao todo, 16,4 atendimentos para cada 100 mil crianças e adolescentes. Ademais, o estupro representou a violência sexual mais frequente entre aquelas que resultaram em atendimentos do SUS e verificou-se geralmente perpetrado por um conhecido da vítima.⁵⁶

Por conseguinte, conclui-se que a violência de gênero, que tem no elemento cultural seu grande baluarte, como forma de produção e de reprodução de violações contra as mulheres, é proveniente da objetificação da mulher como propriedade de um homem, restringindo sua independência ao limitar sua autonomia e liberdade. Assim, a violência contra as mulheres não é só uma manifestação da desigualdade sexual, e sim um instrumento para a manutenção dessa assimetria.

⁵⁵ CEORQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo dados da Saúde**. IPEA, 2014, p. 7-20. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/03/IPEA_estupronobrasil_dadosdasaude_marco2014.pdf>

⁵⁶ WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. Crianças e adolescentes do Brasil. CEBELA. FLASCO/Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf>

2 O DIREITO E A HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER

2.1 ASPECTOS GERAIS DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA E LEGAL DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER (MORMENTE O ESTUPRO) NA EUROPA

Primeiramente, cabe frisar que a violência sexual, mormente o estupro, é um fenômeno praticamente universal, e, analisando-se sua trajetória sob uma ótica conjuntural, denota-se que é um comportamento extremamente caracterizado e caracterizante da desigualdade de gênero, afirmando-se como uma relação de poder indissociável do controle formal exercido pelo sistema de justiça criminal e do controle informal desenvolvido por outros âmbitos— como escola, família, instituições religiosas.

Desse modo, o referido crime se consolida como forma de imposição da manutenção dos papéis de gênero, do controle do corpo e da sexualidade feminina, expressando, refletindo e construindo também manifestações de violência simbólica nas relações sociais e institucionais, constituintes e mantenedoras de uma cultura do estupro, a qual culpabiliza a vítima devido à análise moral de seu comportamento e “reputação” sexual. E aqui reside o objetivo do presente trabalho: elucidar como se deu o processo de naturalização desse tipo de violência e quais são os instrumentos mantenedores dessa lógica sexista.

Pesquisando-se acerca do estupro, vislumbra-se que a ótica de percepção sobre ele se foi alterando ao longo dos anos. Por muito tempo, o ato não foi condenável – nem moral, nem criminalmente – sendo visto até como um “prêmio”: em casos de guerras, o vencedor detinha o direito de ter relações sexuais, independentemente de qualquer consentimento, com as mulheres da parte derrotada. Nesse sentido, o estupro era “desculpado” pelos juízes nos casos de guerra, representando uma espécie de “posse de território”. Cabe lembrar que em 1635, durante a campanha de Flandres, o Coronel Bénédict-Louis de Pontis proibiu o saque e o estupro no convento de Tourlement – e obteve como resposta o seu grupo de soldados armados contra ele.⁵⁷

Conforme Michel Foucault, a sociedade é que determina, devido aos seus próprios interesses, o que deve ser criminalizado, utilizando-se a lei de linguagem própria, mediante um discurso e uma concepção de justiça pertencentes a uma determinada classe. Para o autor, a lei é moldada para todos em nome de todos, e “é prudente reconhecer que ela é feita por

⁵⁷ VIGARELLO, *Georges. op. cit.*, p. 21.

alguns e se aplica a outros; que nos tribunais não é a sociedade inteira que julga um de seus membros, mas uma categoria social encarregada da ordem que sanciona outra”, observando que a lei e a justiça não deixam de revelar a assimetria de classes.⁵⁸

Entretanto, da mesma forma que outras formas de violência antigas, a violência sexual era extremamente condenada pelos ordenamentos jurídicos clássicos, e não era assim penalizada pelos julgadores, caracterizando uma espécie de “tolerância difusa” em relação à brutalidade sexual, em que se deflagravam um modo peculiar e insensível de analisar atos violentos e pouco interesse para verificar os ultrajes e lesões perpetrados contra as mulheres. Os parlamentos pareciam entender e até mesmo justificar determinadas crueldades, condenando e perdoadando tais atos simultaneamente: a resposta jurídica ao estupro refletia parcialmente aquela concedida à violência comum, em que o ato nem sempre implicava um processo, mormente por se tratar de mais um crime em um universo de violência exacerbada, cotidiana e sem propósito – como se configurava no Antigo Regime.⁵⁹

Sobre o tema, Vigarello lembra Norbert Elias e fala a respeito de “normas de agressividade”, em como se alteram com o passar dos anos e se “civilizam” mediante ajustes de instituições, atitudes, consciências, e também como a referida tolerância da violência faz com que os atos brutais sejam punidos de forma mais amena.⁶⁰

No Código de Hamurabi, por exemplo, o crime mais próximo da atual ideia de estupro se encontrava tipificado no art. 130, nesses termos: “se alguém viola a mulher que ainda não conheceu homem e vive na casa paterna e tem contato com ela e é surpreendido, este homem deverá ser morto e a mulher irá livre.”⁶¹

Já entre os egípcios, o agressor era punido com mutilação. Na Grécia Antiga, a pena original consistia em multa, substituída posteriormente pela pena de morte, afastada a anterior

⁵⁸ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões**. Tradução por Ligia M. Pondé Vassalo. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. p. 243.

⁵⁹ “Os parlamentos se mostram prontos a ‘compreender’ outras brutalidades físicas, ou até a justificá-las. Eles as condenam e perdoam ao mesmo tempo, oscilando entre indulgência e repressão, jogando com o que seriam hoje uma inaceitável tolerância e uma inaceitável crueldade. A resposta jurídica ao estupro repercute, até certo ponto, a resposta jurídica à violência comum: ato de homem fora de si, frenético, algumas vezes castigado com sangue, em geral esquecido na banalidade da vida. É esse paralelo com a violência familiar e cotidiana que é preciso encarar. **O estupro, na França antiga, é coerente com o conjunto de um universo de violência.** [...] um mundo em que o ato de sangue nem sempre desencadeia o processo, onde os golpes de espada conservam sua compensação financeira e, os homicídios deliberados, sua fatalidade.” (grifo nosso). VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 15.

⁶⁰ ELIAS, Norbert. **La civilisation des mœurs**. Paris, Calmann-Lévy, 1973. IN: VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 17.

⁶¹ PRADO, Luis Regis. **Curso de direito penal brasileiro. 7. ed.** Parte especial. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 636.

possibilidade de se eximir da culpabilidade do delito mediante o casamento com a vítima sem a obtenção de dote.⁶²

Nesse contexto, observa-se que o ato violento em questão sempre foi acompanhado de uma dúvida quanto ao consentimento da vítima, e essa se constitui, ao longo dos anos, como uma das maiores influências no julgamento do agressor: uma eterna concepção acerca da moralidade sexual da mulher como um dos fatores determinantes da inocência ou não do acusado. Nas palavras de Vigarello:

[...] Nessa resistência a desculpar a vítima, mistura-se a imagem da mulher. Todo preconceito ou suspeita prévia sobre a acusadora, toda dúvida *a priori*, mesmo ínfima, torna inapreensível seu possível terror, sua ilusão, sua submissão incontrolada, essas atitudes mentais cujo esquecimento ou negligência pelo observador poderiam fazer pensar que a mulher cedeu voluntariamente. Toda suposta “fraqueza” ou “inferioridade” de sua parte tornam suspeito seu testemunho suspeito. É justamente porque essa suspeita varia com o tempo que pode haver uma história do estupro: nesta, as mudanças são paralelas às dos sistemas de opressão exercidos sobre a mulher, a sua permanência, seu refinamento, seus deslocamentos.⁶³

Nesse diapasão, recorda-se que a repressão sexual e a relação sexual forçada há muito tempo se estabeleceram primordialmente contra a mulher, observando-se que:

Punir, castigar, proibir e ameaçar pressupõem a existência de regras ou normas que, se não forem obedecidas e se forem transgredidas, levam ao ato de repressão. No entanto, o sentido de reprimir muda bastante quando passa a significar opressão, violência e tirania. Nesse caso, observa-se que reprimir é exercer ação pela força, submetendo o reprimido. Oprimir é esmagar; violentar é contrariar a natureza de alguma coisa ou de alguém; tiranizar é manter alguém sob o poder uma vontade alheia à sua, apoderando-se de outrem pela força e dominando-o. A repressão aparece, assim, como ato de domínio e dominação e o reprimido como submissão à vontade e à força alheia – como que uma alienação.⁶⁴

Adentrando com mais especificidade na seara jurídica, o Código Penal francês de 1791 foi o precursor no que tange à punição do estupro em si, e não vinculado a uma violação contra a honra ou a família. Consoante seu artigo 29: “*O estupro será punido com seis anos de ferro.*” Ademais, a compilação normativa anterior exigia que o crime referido estivesse

⁶² HUNGRIA, Nelson e Romão Côrtes de Lacerda. **Comentários ao Código Penal. Parte Especial. Vol. VIII.** Rio de Janeiro. Editora Revista Forense, 1947. P. 104-105.

⁶³ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 9.

⁶⁴ CHAUI, Marilena. **Repressão sexual...***op. cit.*, 12a ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 14.

vinculado ao rapto para se configurar como um delito, e a partir do século XIX se introduziu a concepção do atentado ao pudor (como um ato de mesma natureza, porém mais brando que o estupro).

Entretanto, cabe aqui retomar os ensinamentos de Vigarello acerca da violência sexual na França, abarcando as transformações quanto ao tema no período dos séculos XVI a XX. O autor realizou uma abordagem extremamente complexa, relatando as mudanças quanto à tolerância do estupro, às formas com que ele atingiu e atinge as mulheres e seus corpos e mentes, bem como explicitou o desenvolvimento do ordenamento jurídico ao se adaptar (ou não) à evolução social. Acerca dos processos envolvendo estupro no Antigo Regime, imerso em um universo de tolerância, severidade e castigo, Vigarello relata que:

Os textos existentes reservam aos estupradores uma sentença exemplar. Não têm a aparência de leis formais e codificadas para melhor atribuir a indispensável parte de ‘arbítrio’ ao juiz, determinada pela antiga tradição judiciária. Estão longe de fixar uma penalidade global unificada, que graduaria em qualquer circunstância julgamentos previsíveis e idênticos. Cedem lugar ao costume, às opiniões dos jurisconsultos, à lembrança do direito romano, mas sua fragmentação em decretos ou editos regularmente citados e comentados faz papel de lei: artigos consuetudinários, referências de jurisprudência, compilações de matéria criminal. A ‘violação das mulheres’ é um crime ‘execrável’, dizem esses textos; ele destrói as famílias e desafia o rei. ‘É um crime capital punido de morte’; um ato de ‘tigre esfomeado’, um gesto de ‘bode fétido’, exigindo vingança solene e pública: enforcamento, mas às vezes também ‘a morte acompanhada de cruéis tormentos’, a tortura, a roda. [...] A queixa é pouco ouvida, os fatos pouco aprofundados, o acusado pouco interrogado, principalmente quando a vítima é uma mulher adulta, e também quando não há nem assassinato nem ferimento físico grave. Muitas penas, quando há processo, se limitam a uma compensação financeira para os mais afortunados, à chibata para os mais humildes. Os textos que prometem atrozes suplícios aos estupradores muitas vezes são esquecidos, como também o são, sem dúvida alguma, para outras violências.⁶⁵

Nesse contexto, cabe enfatizar que o ato detinha graus de gravidade, observando-se que o erro do acusado era agravado ou relativizado diante da fraqueza ou “inocência” da vítima. Nas palavras de Chauí, durante a Idade Média e a Renascença a imagem da mulher

⁶⁵ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 21.

remete a “um ser lascivo, destinado à luxúria, insaciável e que a beleza demoníaca de suas formas é a causa do enfraquecimento masculino, de homens destinados à força da guerra.”⁶⁶

Assim, o estupro de uma jovem impúbere era mais condenável do que o de uma mulher adulta, conforme ditavam os tratados de matéria criminal do *Ancien Régime*, bem como o estupro contra virgem deveria ser punido, pelo menos, com morte, podendo haver tortura, e o incesto era severamente inadmitido.⁶⁷

Portanto, denota-se o vínculo entre a responsabilidade do agressor e a mácula ao pudor, à castidade, à defloração, uma vez que a virgindade era considerada o “ornamento dos costumes, a santidade dos sexos, a paz das famílias e a fonte das maiores amizades”, consistindo em condição para o casamento como símbolo da honra da mulher. Apesar da referida severidade de algumas leis, os julgamentos eram falhos, refletindo a cultura tradicional de tolerar a brutalidade física e legitimá-la.

Revelavam-se também distinções entre os atos praticados pelos domésticos contra suas patroas e dos patrões contra suas criadas, em que o primeiro era punido de forma severa, e o segundo geralmente era condenado por perdas e danos para dar à criada um dote. A jurisprudência afirmava que “a doméstica não merece crédito como a moça de boa conduta”, refletindo uma “indignação seletiva”, em que a gravidade do ato não era realmente discutida, e sim pesada conforme outras circunstâncias alheias ao fato, relacionadas às posições sociais ocupadas pelas partes.⁶⁸

Tal abuso realizado contra empregadas aumentou com a transformação da estrutura familiar na Europa moderna do século XVIII - diante da ascensão da restrição da família nuclear em detrimento da família ampliada ou estruturada em clãs, do crescimento das cidades e da (necessidade de vanglória da) “criadagem hierarquizada”.⁶⁹

Nessa época, acentuaram-se as tentativas de acordo realizadas mediante o pagamento de indenização ao ofendido, mormente quando este era hipossuficiente. Além disso, os crimes de furtos de objetos costumavam ensejar penas mais pesadas do que os delitos contra as pessoas - porquanto a agressão física se mantinha relativizada, sem promover comoção social, e a insegurança dos bens comprometia a estabilidade de uma ordem.⁷⁰

⁶⁶ CHAUI, Marilena. **Repressão sexual...** *op. cit.*, p. 101.

⁶⁷ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, 19-21.

⁶⁸ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, 22-30.

⁶⁹ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 24-26.

⁷⁰ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 29.

Segundo Vigarello, o estupro seguido de assassinato era um crime frequente, mas praticamente não aparecia em processos por ser negligenciado nas estatísticas criminais e jurisprudenciais, restando, na maioria dos casos, referência exclusiva ao homicídio. A moral antiga e tradicional desvirtuava a atrocidade do estupro, buscando minimizar e naturalizar esse tipo de violência.⁷¹

Reinava o que hoje se atrela à ideia de culpabilização da vítima, como aludido anteriormente, em que o estupro consistia em um ato cuja violência era pouco consciente no agressor, e intenso no que tange à vergonha da vítima, que passava a ser considerada indigna. Assim, esclarece-se o baixo número de queixas, pois, em diversas hipóteses, a vítima preferia se calar a se ver acusada e condenada pelo próprio crime que a atingiu, a se expor e ter sua honra denegrida, sua intimidade exposta aos comentários e ao desprezo social, a carregar uma “mancha definitiva”. O estupro consistia em uma violência ocultada:

Muitas razões tendem aqui a fazer do ato uma violência ignorada, repelida para as zonas mais obscuras da consciência coletiva, tão rapidamente negada quanto incidentalmente percebida. Em primeiro lugar, um risco permanente de vingança impõe o silêncio: necessidade urgente de ocultar os fatos sofridos, exigência imperativa, embora especifique claramente a violência sexual.[...] É o contato sofrido que causa a indignidade da vítima, os corpos comunicando suas marcas, transformando em sordidez pública o efeito de sua promiscuidade. A suspeita inicial se funda nesse imaginário do contato: a pessoa atingida não é capaz de acusar, pois parece, ela própria, contaminada. O que torna contraditório o trabalho do juiz clássico, que afirma claramente a independência do corpo e da alma, restringindo a lesão do estupro apenas à esfera do corpo, ao passo que sente imediatamente o contrário, diante da realidade do crime, e tende muitas vezes a não condenar. Raridade das queixas, raridade das penas, a vítima é encerrada no impudor que desejava denunciar.⁷²

Como exemplo da mentalidade da época, o autor cita um caso de 1767, em que o agressor era vendedor de bebidas e tinha 18 anos, acusado de estuprar uma menina de dez anos. Ele confessou ter tocado na criança, mas alegou não se tratar de estupro, uma vez que a menina havia levantado as roupas e já tinha sido tocada por outros. Em outras hipóteses, a defesa se fundamentava na ideia de que a criança era extremamente sedutora:

O mais impressionante é a negligência relativa do agressor quanto à idade das vítimas, a alusão às crianças como ‘voluntárias’, capazes de seduzir e decidir,

⁷¹ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 29-30.

⁷² VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 34-36.

parceiras ‘lógicas’ e espontâneas de uma lubricidade: a convicção de Remont, por exemplo, enforcado em 1769 pelo estupro de uma menina de cinco anos, cuja defesa reiterada foi descrever a vítima como ‘uma pequena libertina que diz coisas como moças ou mulheres que sabem tudo do assunto.’ O agressor sempre julga crível mencionar um comportamento sedutor das crianças mais jovens, apesar de sua proteção pela lei.⁷³

Sob esse viés, o autor afirma que todo o contexto demonstrava uma convergência da opinião pública com o universo do agressor, admitindo a violência abrupta e a promiscuidade como banalidades, em que havia, nas palavras de Nicole Gonthier, “a procura do gozo físico, mas também a vontade de demonstrar uma superioridade sobre um ser fraco.”⁷⁴

Quanto aos estupros coletivos, havia uma relativa ausência de investigação, e, em geral, só eram denunciadas agressões que deixavam indícios visíveis, com atos realizados em pleno dia, com raridade de queixas e condenações em geral e muitos casos que terminavam em suspensão das investigações. Quando a mulher não era “donzela”, seus agressores costumavam ser inocentados. A título exemplificativo, contaram-se apenas 49 casos denunciados entre 1540 e 1692 no Parlamento de Paris.⁷⁵

A sodomia, o estupro contra meninos e o incesto eram, em geral, ocultados, considerados tabus, e dificilmente confessados até pela própria vítima. O pecado moral predominava em relação à violência sofrida, e o ato era limitado à infâmia, à transgressão da sexualidade natural, a um insulto a Deus. Já o incesto era considerado, na maioria das vezes, um pecado comum à vítima e ao agressor, uma indignidade compartilhada, observando-se que em alguns casos a filha era também condenada (ainda que não houvesse previsão legal para tal).

O crime de “rapto” também era tipificado, configurando-se como um intermediário entre “roubo” (sequestro) e estupro da mulher, enquanto o estupro contra criança não era uma categoria criminal distinta, mas estimado como mais grave, mais visível e mais condenável moralmente, destacando-se a presença das dúvidas quanto à perícia médica e à sedução por parte da própria criança.⁷⁶

Já quanto ao desenvolvimento dos processos judiciais, Georges Vigarello aduz que havia uma dificuldade no que tange ao julgamento e à elucidação do estupro:

⁷³ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 30-33.

⁷⁴ GONTHIER, Nicole. Les victimes de viol devant les tribunaux à la fin du Moyen Age d’après les sources dijonnaises et lyonnaises. *Criminogie*, n.2, 1994. IN: VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 32.

⁷⁵ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 32.

⁷⁶ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 37-40; 62.

É preciso acompanhar a investigação da justiça clássica para avaliar como o processo sobre o estupro tem suas dificuldades próprias: o ato pode ocorrer sem testemunhas, a queixa ser imprecisa, as ‘provas’ precárias, como o exame das partes genitais, ou a procura de eventuais vestígios. Os recursos da investigação são mais frágeis do que para os crimes de sangue, enquanto o número de indícios deixam adivinhar, aqui e ali, cálculos sórdidos, conflitos obscuros que a ausência deliberada de debates nas minutas dos processos não permite esclarecer; querelas antigas e confusas entre vizinhos, entre patrões e empregados, entre maridos e amantes.[...] A ambiguidade existe, mas o que caracteriza a justiça antiga é a maneira de tratá-la. A escolha dos sinais é uma maneira muito particular de avaliar a vontade da vítima, por exemplo, uma maneira de relacionar sua resposta e seu não-consentimento apenas a atos visíveis e ouvidos. O magistrado exige referências patentes, ostensivas, quase públicas. Faz-se a investigação, que explora vestígios, mas seus objetos são muito rigorosamente selecionados. O confronto brutal, por exemplo, nessa transgressão muito particular que é o estupro, só é levado em conta se o tumulto e o ruído da luta foram amplamente percebidos.⁷⁷

Denota-se, assim, a necessidade de testemunhas, de visibilidade do crime e a demonstração de que a vítima exerceu, durante todo o ato, a resistência física contra o agressor. Nos crimes cometidos às escuras, as condições suficientes para culpar o agente consistiam na reputação e na honestidade da vítima – e não nos aspectos do fato em si. As perícias médicas limitavam-se quase exclusivamente à análise da perda da virgindade e/ou de ferimentos do hímen, olvidando-se de marcas de ferimentos e hematomas, por exemplo. Assim, a falta de sinais imediatos considerava-se em favor do acusado e causava a suspeita ainda maior quanto ao consentimento da vítima, constatações imersas a uma concepção amplamente difundida de que a mulher detinha força suficiente para sua defesa em relação a um homem sozinho – ou seja, se não resistiu, consentiu; a violência era tida como aceita pela vítima, e a mulher se caracterizava pela ausência de posse de si mesma, recusando-se a ela um estado de sujeito.⁷⁸

Já a mulher casada era considerada posse de seu esposo e, por isso, um estupro contra ela era uma ofensa a este, a quem se voltava a atenção do juiz – relativizando-se e mascarando-se a violência por meio da ofensa à honra. Ademais, a jurisprudência do Antigo Regime considerava menos grave o crime cometido contra prostituta solteira do que contra a

⁷⁷ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 44.

⁷⁸ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 47-50.

casada e alguns juristas até defendiam a nulidade do crime nesses casos, dizendo não haver violação de “pudicícia” contra uma prostituta.⁷⁹

Reinava a lógica cultural de que a gravidade designada à suposta sedução da mulher em relação ao agressor atenuava a gravidade da violência por este perpetrada. Além disso, quando a mulher era considerada “convencida” a ter relação sexual com o homem, o estupro também era amenizado, uma vez que não se denotava violência física (a ideia de ameaça e/ou pressão psicológica não eram levadas em consideração).

Por fim, o autor sintetizou o universo da violência sexual no *Ancien Regime* com as seguintes palavras:

A visão da violência, primeiramente, com sua tolerância difusa, seu tratamento muitas vezes infrajurídico, favorecendo os silêncios e os arranjos ‘entre si’, e também sua tolerância social, tornando quase impossível a queixa de uma doméstica, assim como a acusação de um poderoso. Em segundo lugar, a visão do ato, prioritariamente considerado um crime moral, um gesto blasfematório em que a violência é minimizada em relação à devassidão ou ao pecado. A visão da vítima, também, a suspeita quanto à mulher, por exemplo, porém mais amplamente a tendência a envolver no impudor o ser violentado, a dificuldade de analisar seus movimentos íntimos, suas resistências interiores, suas recusas. E enfim a visão do corpo, o estudo alusivo dos sinais anatômicos, a ideia ainda precária de poder transformá-los em provas possíveis. Esse conjunto de referências e convicções converge para fazer do estupro um crime gravemente condenado nos textos e pouco processado pelos tribunais, temido ou negligenciado segundo os atores, os acontecimentos, os lugares. Essas referências não se limitam - é preciso insistir - à imagem da violência; elas se estendem às representações da feminilidade, à maneira de levar em conta a consciência, o indivíduo, seu corpo, sua anatomia. Cada uma dessas causas compõe a realidade desse crime e olhar dirigido para ele, com uma consequência maciça: processos esparsos e raros, geralmente limitados ao estupro de crianças.⁸⁰

Já no período referente à segunda metade do século XVIII, época de publicação de “Dos delitos e das penas”, iniciou-se uma nova concepção acerca do direito penal e da violência, menos tolerante à crueldade aplicada aos condenados e ansiosa por uma maior distinção entre os atentados exercidos contra as pessoas e aqueles contra os bens, bem como um pequeno afastamento da influência da religião na transgressão moral do crime. Isso implicou uma maior diferença entre um ato de violência e um ato de consciência e também

⁷⁹ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 52.

⁸⁰ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 63.

um deslocamento sobre os critérios de julgamento, ainda que não tenha havido à época uma mudança concomitante na prática jurídica, mantendo-se a impunidade dos privilegiados, e que tal violência ainda fosse vista de forma global, e não sexual, em que o foco continuava sendo a lesão física.

Algumas circunstâncias do estupro e certas impunidades julgadas excessivas passaram a ser reconsideradas, implicando uma pequena mudança e novos paradigmas quanto ao tema. Nessa época, a palavra “estuprador” nem existia, havendo apenas referência à satíriase, um distúrbio orgânico que consistia numa ereção incontrolável, que tomava conta do doente, em que a retenção muito longa de líquido seminal poderia acarretar o “delírio epilético e convulsivo”.⁸¹

Na mesma época, também se tornaram mais evidenciados e denunciados os estupros contra crianças, o que intensificou as relações afetivas entre filhos e pais como meio de proteção, denotou a fragilidade dos infantes, aumentou a sensibilidade dos juízes quanto a tais hipóteses e tornou as perícias mais detalhadas e seguras. Assim, iniciou-se o processo de sensibilidade à violência sexual, e não difusa, com a concomitante alteração de determinados saberes, como os elementos definidores de defloração e as formas de interpretar as lesões ocorridas. Entretanto, o estupro seguido de assassinato, o incesto e o estupro contra meninos ainda eram pouco registrados; havia uma grande dificuldade de apontar a diferença entre graus de violência sexual e não se extinguia a dúvida quanto à possível “libertinagem” da criança violada, muitas vezes deslocando-se a esta a culpabilidade para atenuar a responsabilidade do agressor.⁸² Quanto às alterações ocorridas, Vigarello afirma que:

O primeiro deslocamento está inteiramente contido na Declaração dos direitos humanos, na fórmula de Sieyès lida como preâmbulo à Constituição, a 20 de julho de 1789: ‘Todo homem é o único proprietário de sua pessoa e essa propriedade é inalienável.’ Esse ‘primeiro dos direitos’, uma inabalável posse de si mesmo, a ‘inteira disposição de sua pessoa’, pode revolucionar a imagem tradicional da violência sexual: promover definitivamente a vítima como sujeito, concentrar o dano sobre seu ser privado e não sobre seus tutores, fazer do estupro sempre mais um ferimento e menos um roubo.⁸³

Ademais, partindo do pressuposto de que a lei só detém o direito de proibir as ações que sejam socialmente nocivas à sociedade, houve um afastamento ainda maior quanto à

⁸¹VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 80.

⁸²VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 86-91

⁸³VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 92

alusão religiosa nos julgamentos dos delitos, concedendo o Código prioridade ao perigo social ao invés da significação moral de atos tipicamente pertencentes à vida privada, não aptos a serem normatizados e regulados pelo Estado. Desse modo, os crimes e atentados contra as pessoas foram distinguidos dos delitos contra a propriedade, ambas as categorias designadas pelos “crimes contra os particulares”.⁸⁴ Alteraram-se, então, as referências do julgamento, substituindo-se a ideia de pecado pela concepção de perigo físico e ameaça social, e o código afastou-se da blasfêmia, verificando a violência por um novo viés – uma lógica de igualdade. O art. 29 do Código Penal francês de 1791, por exemplo, não tratava mais de rapto, inovando com a palavra “estupro” e se distanciando da noção de roubo – ainda que não contemplasse o conceito do novo termo.

Já em 1792, surgiu a lei do divórcio, corroborando para o processo de maior autonomia da mulher. Entretanto, a posição de patriarca ainda concedia direitos a este e mantinha a desigualdade de fato, legitimada pelos costumes e pela tutela masculina expressa no Código Civil - em que constava que a mulher, sem autorização do marido, não poderia ter um trabalho, estudar, educar os filhos ou dispor de seu salário.⁸⁵

Nessa conjuntura, tal distanciamento da religião não bastou para apagar a vergonha sentida pela vítima, tampouco para dizimar a desconfiança acerca da culpa da mulher no crime, retornando-se à ideia de que ela teria como se defender de um homem.⁸⁶

Os homens do fim do século XVIII e começo do século XIX não consideravam as mulheres como verdadeiros indivíduos, enquanto médicos e moralistas tratavam de estabelecer diferenças como dados científicos, em que novas certezas médicas justificavam e corroboravam a desigualdade entre homens e mulheres:

A medicina acrescenta uma legitimidade a essa dependência da mulher, que contradiz os direitos de 1789, dando continuidade à dependência jurídica, fundando a desigualdade sobre as coisas do corpo, transformando a submissão em necessidade ‘comprovada’: ‘A mulher é apenas um ser naturalmente subordinado ao homem por suas necessidades, seus deveres e principalmente sua constituição física’, fraqueza muscular, mas sobretudo ‘pequenez do tamanho e do cérebro’.⁸⁷

⁸⁴ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 97.

⁸⁵ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 93

⁸⁶ A título exemplificativo, cita-se a explanação do médico legista Jean Jacques Balland: “O ato venéreo não pode ser obtido à força e se transformar em estupro a menos quando produto da reunião das forças de muitos.” IN: VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 99.

⁸⁷ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 94.

Tal avanço quanto à autonomia feminina trouxe formas de camuflar e atenuar atos masculinos, não se fazendo muita distinção entre o consentimento livre e o “consentimento” extorquido pela coação, sedução ou outro meio de violência moral. Por outro lado, diante de sua autonomia, a vítima detinha mais consciência acerca do dano que lhe era causado, da transgressão e da violência peculiar a ela perpetrada, sendo mais estudados os limites de consciência e de imputabilidade.⁸⁸

O Código de 1791 ainda ignorava a sodomia, explicitando a resistência em normatizar a violência sobre a vítima masculina, enquanto o Código Penal de 1810 foi o primeiro a citar o atentado realizado “contra indivíduos de um ou outro sexo.”⁸⁹

Por fim, Vigarello esclarece os principais pontos de mudanças acontecidas no fim do século XVIII na França no que tange à violência sexual, explicitando que a inovação mais visível nos julgamentos consistia na letra da lei, uma vez que os códigos hierarquizavam as gravidades do ato e tornavam a vítima mais independente de seus tutores, bem como do erro moral em que era inserida:

A teoria é completamente modificada: atos melhor categorizados, atores melhor designados. Entretanto, os limites dessa renovação continuam inabaláveis, pois a autonomia da vítima acaba por ser de fato restringida, a contaminação dessa vítima pela promiscuidade do crime continua sendo intuitivamente convincente e a vergonha se faz presente de imediato. A distância entre os textos e os costumes é clara, as queixas não aumentam repentinamente com o advento do código. O estupro mistura demais a obscenidade, a moral e o corpo para que seus componentes se desembaracem por decreto. Mas os textos dão início a renovações maiores; a diferença que é feita entre o ataque sexual aberto e o simples vício privado é decisiva, instalando uma fronteira definitiva entre o estupro e os comportamentos luxuriosos, ‘fornicação ilícita’, libertinagem, sodomia; assim como também é decisiva a nova hierarquia entre os crimes, a diferenciação de violências sexuais ‘intermediárias’, atos durante muito tempo ignorados, díspares, ainda mal definidos, mas renovando fortemente a penalidade ao diversificar suas formas e graus. O efeito dos textos é real, embora limitado.⁹⁰

Além disso, também houve o lento crescimento de queixas de violências contra crianças, uma ascensão que começou nas últimas décadas do século XVIII, sugerindo que o deslocamento da sensibilidade se concentrou primeiramente sobre as vítimas mais frágeis e

⁸⁸ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 96-99

⁸⁹ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 100.

⁹⁰ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 103.

mais dificilmente suspeitas. A *Gazette des Nouveaux Tribunaux* registrou nove casos de estupro entre 1791 e 1799, dos quais seis foram cometidos contra crianças, enquanto a antiga *Gazette* registrava somente um caso de estupro por década. O crime contra crianças passou a simbolizar o estupro nos tribunais do fim do século XVIII.

Uma terceira mudança consistiu na presença da opinião pública nos processos ou nos acordos que os substituíam, incluindo cartas, reações coletivas, abaixo-assinados de prefeitos, proprietários ou comerciantes. A pretensão a uma maior severidade, a certeza da necessidade de estigmatizar “a licenciosidade sem limites da juventude dessas regiões” se colocou nos dispositivos comunitários mais visíveis, ainda que os processos por estupro no tribunal criminal, no fim do século XVIII, não atingissem mais de 1% do total de ações.⁹¹

O século XIX foi marcado pelo uso de novos termos (como “atentado ao pudor”) e pela hierarquia da violência e indignação seletiva, esta voltada prioritariamente ao estupro contra crianças e aos atos cometidos de forma extremamente explícita (à luz do dia, com vários agressores e testemunhas, por exemplo). Ademais, no começo do século, o delito contra os bens continuava sendo o crime mais temido, enquanto o estupro representava uma transgressão típica das aldeias e povoados, não civilizados, e nem sempre visto como um perigo social.⁹²

Logo, houve um deslocamento quanto à concepção de violência, ressaltando mais uma face de astúcia e de fraude do que de brutalidade física. Alterou-se a imagem do criminoso e de sua punição, denotando menor tolerância quanto à violência explícita, bem como se iniciou uma cultura do crime, propagada principalmente pelos jornais.

Em 1810, surgiu um novo Código Penal, o qual ratificou tal hierarquia de delitos, o uso de novos termos, a avaliação da violência na tentativa de controlá-la e a especificação dos atos tentados. Distinguiram-se, pela primeira vez na legislação francesa, o atentado ao pudor e o estupro, tornando crimes os gestos realizados “com violência contra uma pessoa com a intenção de ofender seu pudor”. Apesar disso, o Código não definiu explicitamente a conceituação do novo vocábulo, variando conforme critérios provisórios. Houve, então, duas novidades: a criminalização de uma ofensa de cunho sensual e a abrangência quanto ao sujeito passivo do crime, que deixou de ser somente a mulher.

⁹¹ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 104-107.

⁹² VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 112.

Deve-se destacar aqui que eram os costumes que determinavam o conteúdo do pudor, e não a lei. Apesar das referidas alterações desta, os juízes ainda julgavam os crimes sexuais com base nas diferenças de sexo e de força física, influenciados pelas demais significações já citadas - lembrando-se que a tentativa ainda não era condenada (embora punível legalmente) e que havia confusão para se determinar o que era o atentado ao pudor, por exemplo – podendo variar de beijo na boca até agressões mais severas. Chegava-se ao extremo de comparar a dimensão dos órgãos sexuais do agressor e da vítima e, assim, delimitar que o acusado não poderia ser culpado, demarcando a impunidade principalmente no que tange ao atentado ao pudor perpetrado sem o uso de força.⁹³

Abordava-se também a questão da demência coexistente com a integridade do funcionamento mental – ou seja, a ideia de pulsões incontroláveis, apesar da lucidez do raciocínio – e se iniciaram estudos médicos acerca dos atos de violência sexual, de possíveis distúrbios e do criminoso. Nesse sentido, o Código vigente na época previa em seu art. 64 que “não há nem crime nem delito quando o acusado estiver em estado de demência no tempo da ação, ou quando for obrigado por uma força à qual não puder resistir.”⁹⁴

Pela primeira vez, houve um título para reunir os atos relacionados à violência sexual: “os atentados aos costumes” – pertencentes anteriormente aos “delitos e crimes contra particulares”. Tal alteração foi importante na medida em que criou uma divisão criminal para uma violência específica.

Em 1832 houve a revisão do código penal, a qual abrangeu a ideia do estupro para atos não necessariamente físicos, universo até então desconsiderado, e estipulou 11 anos como a idade abaixo da qual qualquer atentado ao pudor se presumia violento. Em 1863, a faixa etária foi alterada para 13 anos, balizando-se o poder moral parental ao punir também o atentado perpetrado por “todo ascendente na pessoa de um menor, mesmo acima de 13 anos, mas não emancipado pelo casamento”.

A jurisprudência, por sua vez, equiparou os ascendentes jurídicos, por adoção ou naturalização, os tutores e curadores e até o segundo marido que detivesse a autoridade de sua esposa sobre os filhos menores, não emancipados e de outro casamento, aos ascendentes “naturais”. –⁹⁵

⁹³ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 123-136.

⁹⁴ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 128.

⁹⁵ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 138-139.

Já após 1870, os dicionários também passaram a alterar os conceitos de estupro, incluindo a violência moral como uma das formas de caracterização do crime, iniciando, aos poucos, a considerar mais a violação do livre-arbítrio e a falta de consentimento da vítima em detrimento da violência física. Entretanto, tal avanço não foi concomitantemente revelado na prática jurídica.⁹⁶

Tornou-se, portanto, mais nítida a análise acerca da sedução, da ameaça, do abuso de autoridade, das relações sexuais forçadas por um superior. A corte de Dijon foi a primeira a condenar, em 1861, um homem que “seduziu” uma menina de 13 anos, empregada doméstica da irmã dele. Na sentença, constava que o crime de abuso se caracterizara diante da disparidade da idade, de esperteza, da posição social e também da força física, explicitando a coação moral. A jurisprudência passou a definir o “abuso de situação” como “o estado de inferioridade, de modo que o dom de si mesma não é inteiramente livre e é determinado por considerações independentes de sua vontade.”⁹⁷

O exame anatômico passou a ser mais detalhado e preciso, bem como se buscou encontrar no corpo uma espécie de escala de indícios físicos paralelamente ao escalonamento de violências. Houve, ainda, um aumento no número de denúncias, mormente de estupro contra crianças, uma vez que esta era a violência menos tolerada socialmente – não houve um real aumento no número de casos, e sim quanto ao ato de denunciar. Já o crime contra mulher adulta era pouco processado e raramente punido, principalmente se ocorrido no espaço privado, sem testemunhas. A título ilustrativo, entre 1860 e 1890, em mais da metade dos casos de estupro contra a mulher adulta o agressor foi absolvido, enquanto menos de um quarto o era quanto ao crime exercido contra crianças, denotando a distância entre os costumes e a literalidade da lei.⁹⁸

A criança como vítima continuava sendo um “substituto banal” de uma sexualidade contida e revelava-se uma grande quantidade de estupros cometidos por professores e clérigos - a porcentagem de celibatários representava dois terços dos acusados de atentado e estupro contra mulheres adultas em 1840.⁹⁹

Por conseguinte, nos meados do século XIX, houve três principais transformações quanto ao entendimento do delito sexual: o escalonamento das violências, buscando

⁹⁶ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 141.

⁹⁷ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 143.

⁹⁸ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 149 - 155.

⁹⁹ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 166

determinar atos diferentes do estupro ou de menor gravidade que este; a consideração da violência moral, com a denotação de coações independentes da agressão física e do emprego da força; o aumento do número de queixas e dos atos declarados, bem como a diminuição dos crimes de sangue. Deu-se mais atenção às ameaças do agente, concomitante à necessidade de uma nova análise acerca da liberdade dos sujeitos. Entretanto, tal evolução quanto à apreensão da violência sexual não acarretou muitas diferenças quanto à forma de julgá-la, mantendo-se os elementos referentes à vergonha da vítima e à dúvida acerca de sua culpabilidade no ato.

100

Já no fim do século XIX e no começo do século XX, passou-se a observar e temer mais o estupro seguido de morte, bem como a traçar um perfil do estuprador e a priorizar o estudo atinente à perícia médica, sobretudo diante de indícios de um crime em série.¹⁰¹

O referido período foi marcado pela consolidação da ideia de estupro como violência física e violência moral, incluindo a chantagem e a ameaça; pela figura do criminoso, seu desejo e livre arbítrio como objetos de análise; pela consideração do estupro seguido de morte; pela determinação da perícia obrigatória; por uma estatística mais organizada, que revelou o aumento dos crimes sexuais, instigando pesquisas sobre o tema.

Houve uma recomposição e uma nova significação da violência sexual, com um sentimento coletivo de extrema intolerância ao estupro de crianças, ato ainda perpetrado, em grande parte, por homens mais velhos, incluindo muitos clérigos, professores primários e pais da vítima. Entretanto, a maioria dos casos foi levada a julgamento por boatos que chegaram aos ouvidos de governantes, e raros foram aqueles denunciados pela vítima ou pela mãe desta, principalmente quando se tratava de incesto.¹⁰²

Ademais, também se passou a traçar um perfil do estuprador, com aspectos gerais e físicos, e ele se tornou centro do debate jurídico da época. Iniciou-se uma estigmatização, mormente pelos estudos do italiano Cesare Lombroso, de sinais idênticos a diversos condenados por atos sexuais, em que traços como “aparência feroz”, “olhos cinzentos”, “rosto repugnante de testa achatada”, “pescoço alargado”, “mãos e braços curtos”, “lábios espessos”, “cabelo negro” e até um suposto desenvolvimento excessivo do cerebelo foram explicitados como característicos daquele, sem uma análise propriamente dita acerca de seu comportamento. Demarcou-se, assim, o começo de uma ciência sobre o delinquente,

¹⁰⁰ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 168.

¹⁰¹ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 174.

¹⁰² VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 176.

influenciada pela antropologia racial e impulsionada pela antropologia criminal, delimitando-se detalhes anatômicos extremamente específicos para estabelecer uma “linhagem de delinquentes”, semiloucos tomados por instintos animais.

As violências sexuais passaram a ser vistas e estudadas sob um novo viés, o qual estabeleceu classificações para os crimes e os comportamentos para elucidar distúrbios do criminoso e as causas do crime, colocando a personalidade do estuprador como discussão central. Constatou-se uma aproximação do “horror” e do “normal”, do o banal e do severo, bem como a constante proximidade entre a vítima e seu agressor.¹⁰³

Em 1907, em um texto sobre as “causas dos atentados aos costumes”, o médico legista Paul Brouardel, *apud* Vigarello, analisou as particularidades da vida sexual do estuprador e atentou-se à ideia de (in) satisfação, asseverando que a falta de reciprocidade nas relações amorosas e afetivas poderia ser a causa de “atos imorais”. Colocou, assim, o crime sexual como produto de um prazer reprimido, e o prazer masculino como um direito.¹⁰⁴

Ademais, outro ponto importante da época reveste-se pela ratificação do afastamento social, lembrando que a miséria caracterizava, para a opinião pública, o meio em que o crime sexual mais se manifestou. O homem pobre e vagabundo, que não trabalhava, “de natureza animal” e cujo contentamento se concentrava na fome e no prazer sexual passou a equivaler à figura do estuprador. Em menor grau, o estrangeiro também ocupou este espaço de criminoso e excluído socialmente.

Surgiu, então, o problema da periculosidade do agente e da possibilidade de ser condicionado biologicamente a ser sempre criminoso, concomitantemente à tentativa de explicar o ato pelo estado dos centros nervosos, fatores que suscitaram estudos sobre as penas e o “tratamento” do transgressor.¹⁰⁵

No fim do século XIX, também houve um foco de análise sobre o agressor e sobre a vítima, destacando-se a violência moral e trazendo à tona a concepção acerca da hipnose, como uma “falha da vítima” que facilitava o cometimento do estupro. Mantinha-se, ainda, a aludida ideia de que uma mulher conseguia se defender de um agressor que estivesse sozinho. Nas palavras do médico legista Charles Vibert, da faculdade de medicina de Paris, citado por Vigarello: “Quando se trata de uma mulher que sabe o que são relações sexuais, e que está de

¹⁰³ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 181-189.

¹⁰⁴ BROUARDEL, Paul. **Causas dos atentados aos costumes**, 1907. IN: VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 190

¹⁰⁵ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p.190-196.

posse de suas forças, é impossível acreditar que um homem sozinho consiga cometer um estupro contra ela.”¹⁰⁶

O médico parisiense Ambroise Tardieu, também lembrado por Vigarello, foi um dos primeiros autores a abordar a questão acerca da violência moral, afirmando em seu livro sobre o atentado aos costumes: “O estupro, que ofende os sentimentos mais íntimos da moça ou da mulher, ao menos tanto quanto fere o corpo, determina frequentemente uma perturbação moral e um abalo físico, mais ou menos grave, mais ou menos profundo, mais ou menos duradouro, da saúde geral”.¹⁰⁷ Entretanto, ainda não havia arcabouço científico que ratificasse os efeitos psíquicos do ato em comento, e os juízes ainda julgavam-no conforme seus danos aos costumes, muitas vezes desprezando os traumas e prejuízos íntimos causados à vítima.

A partir do século XX, apareceram duas principais alterações no que se refere à violência sexual: a consideração dos efeitos do ato em questão na saúde mental e psicológica da vítima e a cultura do corpo e da individualidade, reinventada pela iniciativa mais nítida e mais fortalecida da vítima para denunciar o abuso. Assim, a sensibilidade a esta violência foi aumentada, pela primeira vez, por condutas militantes.

Em um caso julgado em 1978 pelo tribunal de Aix-em-Provence, duas jovens turistas belgas, estupradas enquanto acampavam numa cidade perto de Marselha, buscaram ir além do delito em si para suscitar um debate sobre as relações entre homens e mulheres. Tal fato restou inserido no contexto de libertação em que se encontrava o novo prisma acerca da violência sexual, concomitantemente à insurgência do movimento feminista. As meninas utilizaram tribunais como tribunas para afirmar que ninguém detém o direito de se apropriar do corpo alheio impunemente, buscando afastar a concepção de processo e culpabilidade embasados na moralidade da vítima, bem como determinar o sentido do estupro de forma clara. Desse modo, incitaram um debate no Senado para mudanças legislativas - em geral sustentadas pela tentativa de evitar o estupro, e não de tornar sua punição mais grave.¹⁰⁸

Em nova lei promulgada em 1980, chegou-se à definição: “Todo ato de penetração sexual, de qualquer natureza, cometido contra a pessoa de terceiro, por violência, coação ou surpresa, constitui um estupro.” Impôs-se, então, uma nova e primordial discussão, que

¹⁰⁶ TARDIEU, Ambroise. *Étude médico-légale sur les attentats aux mœurs*. 1857. IN VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 206.

¹⁰⁷ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 200.

¹⁰⁸ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p.209-211.

permeou as relações entre os sexos, viu o estupro como um fenômeno social, começou a denotar a recusa feminina em relação a tal violência e sua autonomia, e explicitou o trauma interior causado. Percebeu-se a perda da identidade, da dignidade, da integridade moral e física. Nas palavras do aludido autor: “Não mais o peso moral ou social do drama, não mais a injúria ou o aviltamento, mas a desestabilização de uma consciência, um sofrimento psicológico cuja intensidade é medida por sua duração, ou até por sua irreversibilidade.”¹⁰⁹

Como nos outros momentos citados, os julgamentos ainda demoraram a se adaptar aos novos princípios, barrados pelos costumes. Na década de 80, por exemplo, os estupros contra prostitutas ainda eram considerados como casos não apresentáveis ao tribunal, enquanto as penas aplicadas às demais hipóteses se tornavam mais severas.¹¹⁰

Por outro lado, havia uma menor tolerância da mulher ao sofrimento causado pela violência sexual, bem como um desenvolvimento de sua autonomia e reconhecimento de igualdade – mormente observando que a lei do divórcio foi promulgada em 1975 na França.

No código penal francês de 1992, os termos “atentados aos costumes” foram substituídos por “agressões sexuais”, conceituando a violência sexual como “toda a iniciativa sexual cometida com violência, coação, ameaça ou surpresa.”¹¹¹ Foram retirados do código os vocábulos “pudor”, “costumes”, “ultraje”, enquanto o atentado ao pudor passou a ser visto como “agressão sexual diferente do estupro” e o ultraje ao pudor como “exibição sexual imposta à vista de terceiro, em lugar acessível ao olhar do público.” Ademais, não havia referências femininas ou masculinas a delimitar os sujeitos do crime.

Assim, a agressão em si começou a deixar, aos poucos, de ser encoberta e justificada por indícios morais implicados à vítima, e os atos que produziam e refletiam a dominação masculina, até então aceitos, passaram a ser denunciados, repudiados e deslegitimados. Retomou-se a antiga ideia de escalonamento da violência em graus, o qual se iniciava pelo assédio sexual, limitado a questões hierárquicas. A lei determinou a liberdade, mas cabia ao juiz decidir os limites desta, uma vez que o limiar entre a intenção sexual e a agressão se tornou mais tênue. As denúncias, além de muito mais frequentes, detiveram mais visibilidade, e muitas delas nem seriam consideradas no século anterior. A residência da vítima ou do agressor consistia no local do crime em mais de metade dos casos, enquanto anos antes o estupro contra mulheres adultas geralmente era perpetrado em locais abertos e ao livre.

¹⁰⁹ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p.213.

¹¹⁰ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 218.

¹¹¹ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 218-219.

A ofensa verbal e psicológica também passou a ser reconhecida como violência sexual e a “chamada telefônica malévola” apareceu no próprio Código Penal. Com a Lei de 1980, criminalizou-se o estupro entre cônjuges, ato até então ignorado e legitimado diante da premissa de que o consentimento era presumido, e a relação sexual, um dever que a mulher deveria prestar ao marido. Em 1984, a Corte de Cassação admitiu pela primeira vez um estupro entre marido e mulher, em que aquele utilizou uma faca para coagi-la. Já nos EUA, na mesma época a igualdade entre os sexos foi buscada de uma forma mais voltada à própria identidade individual, e o assédio não se caracterizava apenas mediante relações de hierarquia.¹¹²

Iniciava-se uma visão sobre a violência sexual sob o prisma de uma relação de poder, de afirmação da virilidade do agente, retornando-se à antiga concepção de rapto: tem-se posse de um corpo. Houve, nessa época, um aumento considerável do estupro contra crianças (as condenações em 1984 totalizavam 100, enquanto em 1993 chegaram a 578). Quanto às penas, a duração criminal estipulada aos agressores de crianças era, em média, 8,5 anos em 1984 e 11 anos em 1993.

O medo até então concentrado no desconhecido se alterou para o homem comum e próximo, diferente do século XIX em que o crime só era comentado na periferia, e instaurou-se uma insegurança diante da ameaça iminente. Um maior tempo de punição foi admitido como uma forma de evitar a reincidência, e se retomaram as análises sobre a personalidade do agente, definindo-se perfis e tratamentos específicos para medir sua periculosidade e auferir sua responsabilidade – numa “ilusão de erradicar o mal”.¹¹³

Em 1989 foi aprovada uma lei de maus-tratos, implicando maior atenção à violência sexual – sem se restringir à agressão física e com menor receio das próprias crianças para denunciar. Assim, a década de 90 na França se desenvolveu concomitantemente a um debate mais enfático quanto à pedofilia, ao trauma do infante e até à manipulação de lembranças, à diferença entre fantasia e realidade. O antigo foco no ato de sangue cedeu lugar à devastação psicológica da vítima, configurando-se como um delito que decompõe a consciência desta.¹¹⁴

Por fim, após traçar especificamente as linhas jurídicas e culturais da violência sexual na França durante todo o referido período, faz-se mister realizar algumas considerações acerca das alterações mais recentes efetuadas em outros países europeus.

¹¹² VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 219- 223.

¹¹³ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 241-243.

¹¹⁴ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 245-247.

No fim do século XX, iniciou-se uma onda de modificações no que concerne à legislação penal alemã, as quais influenciaram outros diplomas europeus – como o espanhol e o português.

Na década de 60, foi concebido o Projeto Alternativo, o qual visou ao afastamento da moral pela lei penal e se constituiu como oposição ao Projeto de Reforma de 1962. Nesse contexto, passou-se à ideia de que a esfera penal deveria se restringir à penalização de atos danosos à sociedade, buscando não mesclar Direito e moral.¹¹⁵

Em 1969 iniciou a vigência da 1ª Lei de Reforma Penal, a qual, da mesma forma que a 4ª Lei de Reforma Penal, de 1973, descriminalizou condutas como a sodomia, o adultério e o homossexualismo. Ademais, a primeira alterou o título “crimes contra a moralidade”, em que constavam os crimes sexuais, para “crimes contra a liberdade sexual”. Já em 1997, a violência sexual perpetrada mediante posição vulnerável da vítima passou a ser punida, bem como restou igualada a pena quanto à penetração – independentemente de ser oral, anal ou vaginal. Nas palavras de Jürgen Louis:

Según el Tribunal Supremo Federal el derecho penal no tiene la tarea de imponer um estándar moral en el plano sexual, sino simplemente la de proteger el orden social de la comunidad frente a perturbaciones y olestias graves. En otras palabras, el derecho penal debe hacerse cargo sólo de la conducta socialmente dañina, no de la conducta moralmente desvalorada.¹¹⁶

Em 1998, o Código Penal alemão foi revisto por meio da Lei de Reforma do Direito Penal, a qual aumentou os tipos penais e endureceu suas penas – denotando a influência do movimento feminista com uma iniciante apreensão acerca dos problemas de gênero.

No que tange ao direito espanhol, a Lei Orgânica n. 3/1989 alterou o Código Penal de 1973 acerca do título dos crimes contra a honestidade, os quais passaram a ser considerados “contra a liberdade sexual”, desenraizando, ao menos na letra da lei, a vinculação do bem jurídico ao sexo ou à orientação sexual da vítima, à moralidade e à discriminação que a antiga distinção implicava.

Posteriormente, em 1995, consolidou-se uma maior igualdade entre homens e mulheres, corroborando os ditames já expostos na Constituição Espanhola de 1978. O Código de 1995 incorporou a concepção de agressão sexual em seu art. 179, enquanto o abuso sexual

¹¹⁵ LOUIS, Jürgen. **Sistemas penales comparados - delitos contra la libertad sexual**. Traducción del prof. Dr. Héctor Hernández Basualto. Revista Penal nº 12, 2002. Disponível em: <<http://www.uhu.es/revistapenal/index.php/penal/article/viewFile/183/177>>

¹¹⁶ LOUIS, Jürgen. *op. cit.*, p. 2.

era explicitado em outro dispositivo (182.2). Já no art. 184, tinha-se a abordagem acerca do assédio sexual, determinando punição a quem requeresse favores de natureza sexual a si ou a terceiro, aproveitando-se de uma situação de superioridade laboral, docente ou análoga, visando prejudicar a vítima na seara das relações de trabalho.¹¹⁷ Sobre o panorama jurídico espanhol no fim do século XX, Maria Acale Sánchez assevera:

[...] a la par que ofrecía un «plus» discriminatorio de protección a la mujer la relegaba a una posición inferior a la del hombre, poniendo con ello de manifiesto el sexo masculino del legislador que articulaba tipos penales para «velar» por la dignidad de sus madres, esposas o hijas, es decir, para velar por el papel que tradicionalmente ha venido desempeñando la mujer en el ámbito familiar, quedando ella en sí misma considerada huérfana de protección; consagrado constitucionalmente el derecho a la igualdad en virtud del sexo (art. 14 y 2.2 de las Constituciones española y peruana, respectivamente) se ha ido abandonando semejante visión instrumentalizadora de la mujer, y se ha procedido a proteger sus intereses de forma paritaria a la de los hombres, bajo los auspicios de la dignidad humana. Todo lo que no sea partir de estas premisas, será pues una forma- legal en este caso- de mal trato hacia la mujer.¹¹⁸

Já as Leis Orgânicas n. 14/1999 e n.11/2003 alteraram o referido diploma penal para assegurar maior proteção às vítimas de maus tratos, observando-se que a violência doméstica havia sido exposta na Lei Orgânica n. 10, de 1995. Em 2004, passou a vigorar a Lei Orgânica n. 1/2004, de Medidas de Proteção Integral Contra a Violência de Gênero, por meio da qual foram criados o “Observatorio Estatal de Violencia sobre la Mujer” e os “Juzgados de Violencia sobre la mujer”.¹¹⁹

Denotou-se, então, uma maior preocupação do poder público quanto à proteção dos direitos fundamentais maculados pela violência de gênero, buscando-se medidas mais efetivas para a prevenção desta. Ademais, a referida lei explicitou tipos penais e agravantes voltados à especificidade da agressão em comento, apesar de não contemplá-la por completo – uma vez que excluiu da tutela as relações que não se manifestassem por matrimônio ou outra forma

¹¹⁷ Conforme disposto na exposição de motivos da referida lei: <<https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1995-25444>>

¹¹⁸ SÁNCHEZ, Maria Acale. **De La asexualidad de la ley penal a la sexualización Del problema de los malos tratos em el ámbito familiar.** Disponível em: <http://perso.unifr.ch/derechopenal/assets/files/anuario/an_1999_08.pdf>

¹¹⁹ HARRIS, Pedro. **Leys integrales contra violencia de género.** Disponível em: <<http://www.gobernabilidad.cl/modules.php?name=News&file=print&sid=2513>>

semelhante de união entre a mulher e o agressor.¹²⁰ Posteriormente, com a Lei Orgânica n. 11/2003, alterou-se o código diante de uma maior necessidade de combate à violência doméstica, concedendo maior proteção à vítima, enquanto a Lei Orgânica n. 5/2010 acrescentou dispositivos ao parágrafo 1º do artigo 173, tipificando o assédio laboral.¹²¹

Já quanto a Portugal, em 1982 foi aprovado o projeto de novo código penal, elaborado desde a década de 60. Tal diploma substituiu o termo “crimes contra a honestidade” por “crimes sexuais”, iniciando o processo de afastamento da moral no arcabouço jurídico, bem como conferindo ênfase ao interesse da vítima e à determinação de diversos delitos cujo processo apenas se iniciaria com a queixa. Entretanto, tal vocábulo ainda estava inserido no Capítulo “Dos crimes os fundamentos ético-sociais da vida Social”, sob o Título “Dos crimes contra valores e interesses da vida em sociedade”. Assim, também tipificou o crime de maus tratos conjugais, mas manteve a imagem da mulher como o indivíduo passivo, frágil e de pouca influência na estrutura familiar, denotando que o bem jurídico tutelado ainda não consistia especificamente na liberdade sexual, e sim em um interesse social.

Nesse contexto, observa-se que a Constituição Portuguesa de 1976 já havia explicitado a igualdade dos cônjuges (art. 36º), o que também foi determinado pelo Código Civil (art. 1671º), e a igualdade dos cidadãos, proibida qualquer sorte de discriminação em função de sexo (art. 13º, CRP). Com alterações no Código Penal de 1995, tal igualdade começou a se tornar mais efetiva: os crimes sexuais passaram a pertencer ao capítulo referente aos “crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”, incluso no título “dos crimes contra as pessoas”.¹²²

Foram tipificados os delitos de coação sexual e fraude sexual¹²³, bem como o vocábulo “mulher” foi mantido apenas nas hipóteses concernentes ao aborto (artigos 140º a 142º), à violação (art. 164º)¹²⁴ e à procriação artificial não consentida (art. 168º).

¹²⁰ O art. 1º da Lei Orgânica n. 1/2004 explicita que tal diploma pretende atuar contra “la violencia que, como manifestación de la discriminación, la situación de desigualdad y las relaciones de poder de los hombres sobre las mujeres, se ejerce sobre éstas por parte de quienes sean o hayan sido sus cónyuges o de quienes estén o hayan estado ligados a ellas por relaciones similares de afectividad, aun sin convivencia.”

¹²¹ FIGUEIREDO, Marco Aurélio Mellucci. **A habitualidade no crime de violência doméstica habitual no Direito Penal espanhol.** Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13565>

¹²² LOPES, José Mouraz. **Os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual no código penal.** De acordo com a alteração do código pena operada pela Lei nº 99/2001, de 25 de agosto. Coimbra: Coimbra Editora, 2002, p. 11-14.

¹²³ Conforme art. 163º e art. 167º.

¹²⁴ A violação consistia no abuso “da autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, econômica ou de trabalho, constranger outra pessoa a praticar cópula, coito anal ou oral.”

Posteriormente, iniciou-se a criminalização das condutas discriminatórias devido ao sexo, enfatizando-se que em 1998 foi incluído o delito de assédio sexual ao art. 163º, mediante a Lei n. 65/98. Este previa a concepção de constranger alguém, por meio de abuso de autoridade consequente de uma relação de “dependência hierárquica, econômica ou de trabalho”, com ordem ou ameaça, a sofrer ou a praticar ato sexual relevante, consigo ou com outrem. Nesse sentido, também se determinou ambos os sexos como possíveis sujeitos ativos e passivos dos crimes sexuais.¹²⁵

Outro importante avanço foi a imposição quanto aos maus tratos conjugais, em que se dispôs, no art. 152º, que “o procedimento criminal depende de queixa, mas o Ministério Público pode dar início ao procedimento se o interesse da vítima o impuser e não houver oposição do ofendido antes de ser deduzida a acusação.”

Assim, restou demonstrada a preocupação estatal em relação ao constante silêncio da vítima diante da violência doméstica. Mais tarde, houve o advento da Lei n. 07/2000, a qual instituiu a natureza pública do delito de maus tratos e possibilitou que se iniciasse o procedimento criminal independentemente da vontade da vítima, tanto de sua manifestação quanto de sua oposição.

2.2 TIPIFICAÇÃO PENAL DOS CRIMES SEXUAIS NO DIREITO BRASILEIRO

2.2.1 Das Ordenações Filipinas até o Código de 1940

Quanto ao ordenamento jurídico brasileiro, considera-se, como marco inicial sobre o tema, a legislação portuguesa que aqui foi imposta. Assim, lembra-se que as Ordenações Filipinas, parte das Ordenações Reais e cujas normas referentes ao direito civil apenas foram efetivamente revogadas com o surgimento do Código Civil de 1916, expunham em seu Livro V os seguintes títulos referentes aos crimes sexuais:

Titulo XVI: Do que dorme com a mulher, que anda no Paço, ou entra em casa de alguma pessoa para dormir com mulher virgem, ou viúva honesta, ou escrava branca de guarda;

¹²⁵ LOPES, José Mouraz, *op. cit.* O autor elucida que “na exposição de motivos da Proposta de lei nº 160/VII que esteve na origem da Lei nº 65/98, de 2 de setembro, refere o legislador que ‘estas formas de penetração sexual constituem, de acordo com os estudos de psiquiatria, violações da liberdade da vítima identicamente intensas e estigmatizantes’.”

Titulo XVII: Dos que dormem com suas parentas, e afins

Titulo XVIII: Do que dorme por força com qualquer mulher, ou trava dela, ou a leva por sua vontade”;

Titulo XXI: Dos que dormem com mulheres orfãs, ou menores, que estão a seu cargo;

Titulo XXII: Do que casa com mulher virgem, ou viúva, que estiver em poder de seu pai, mãe, avô, ou Senhor, sem sua vontade;

Titulo XXIII: Do que dorme com mulher virgem, ou viúva honesta por sua vontade;

Titulo XXIV: Do que casa, ou dorme com parenta, criada, ou escrava branca daquele, com quem vive;

Titulo XXV: Do que dorme com mulher casada;

Titulo XXVI: Do que dorme com mulher casada de feito, e não de direito, ou que está em fama de casada.¹²⁶

Nesse sentido, em geral, tutelava-se a honra da mulher virgem ou da viúva honesta, inexistindo o termo “estupro”, “violência sexual” ou qualquer outro vocábulo que lhe fizesse as vezes. As principais punições consistiam em: obrigatoriedade do matrimônio com a vítima; pagamento de um dote; pagamento em dobro do casamento; pena capital (como no caso do estupro violento, disposto no Título XVIII, acima transcrito, desde que a mulher não fosse prostituta ou escrava). Além disso, se o agressor detivesse uma posição social privilegiada, a ele seria imposta somente a pena de degredo – ou seja, a obrigação de se retirar do local de domicílio da ofendida.¹²⁷

Em 1830, foi promulgado no Brasil o Código Criminal do Império, primeiro código penal brasileiro, e este incluía o Capítulo II nomeado “Dos Crimes Contra a Segurança da Honra”, dividido nas Seções I e II – “Estupro” e “Rapto”, respectivamente. A título exemplificativo, cita-se a redação do art. 222: “*Ter cópula carnal por meio de violência ou ameaças com qualquer mulher honesta*”, observando-se que no art. 219 constava a vedação do ato de “*deflorar mulher virgem, menor de 17 anos*”. Nesse caso, o defloramento era punido com a saída da comarca em que residia a vítima, pelo período de um a três anos, além do pagamento de um dote a ela. Caso o autor do crime se casasse com a ofendida, as penas não seriam aplicadas.

Portanto, para ter sua honra restaurada (e era justamente a sua reputação o objeto jurídico tutelado), a mulher deveria se casar, atentando-se à causa de extinção da punibilidade

¹²⁶Disponível em:< <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5ind.htm>>

¹²⁷ PRADO, Luis Regis. *op.cit.*, 597.

novamente prevista no art. 225: “*Não haverão dos três artigos antecedentes os réus que casarem com as ofendidas*”¹²⁸ e também aplicável às hipóteses de rapto (o artigo 228 explicitava que: “*Seguindo-se o casamento em qualquer d’estes casos, não terão lugar as penas*”).¹²⁹ Quanto ao tema, Vera Lucia Raposo afirma que:

A virgindade era elevada característica impreterível da mulher solteira. As relações entre os sexos assemelhavam-se a uma bolsa de valores, na qual a mulher ‘desflorada’ perdia valor comercial, como se de uma mercadoria defeituosa se tratasse¹³⁰

No que concerne às penas, o crime de estupro previsto no art. 222 e perpetrado contra a mulher “honesta” era punido com prisão de três a doze anos e pagamento de dote à vítima, enquanto o mesmo delito exercido contra a prostituta previa pena de um mês a dois anos de prisão. Não havendo conjunção carnal (art. 223), a punição era mais branda, acarretando prisão de um a seis meses, além de multa equivalente à metade do tempo de condenação e possíveis outras que ao réu fossem incumbidas pelo delito.

No período compreendido entre os Códigos Penais de 1890 a 1940, os tipos penais “defloramento” e “estupro” constituíam os principais crimes sexuais que se materializavam em processos judiciais. No Rio de Janeiro, os inquéritos de defloramento totalizaram, entre 1920 e 1940, quase 500 a cada ano.¹³¹

Denota-se, então, que o bem jurídico protegido pelo Estado ainda era a honra e virgindade, mas, ao menos, a punição da violência em si foi iniciada. Portanto, apesar de as legislações absorverem as mudanças socioculturais de suas épocas, promovendo uma gradual alteração no texto normativo, diversificando o conteúdo da violência sexual e estabelecendo

¹²⁸ Tal extinção de punibilidade refere-se aos crimes dos art. 222, 223 e 224 do Código Criminal de 1830, expostos na “Secção I – Estupro”:

“Art. 222. Ter copula carnal por meio de violencia, ou ameaças, com qualquer mulher honesta.

Penas - de prisão por tres a doze annos, e de dotar a offendida.

Se a violentada fôr prostituta. Penas - de prisão por um mez a dous annos.

Art. 223. Quando houver simples offensa pessoal para fim libidinoso, causando dôr, ou algum mal corporeo a alguma mulher, sem que se verifique a copula carnal.

Penas - de prisão por um a seis mezes, e de multa correspondente á metade do tempo, além das em que incorrer o réo pela offensa.

Art. 224. Seduzir mulher honesta, menor dezasete annos, e ter com ella copula carnal.

Penas - de desterro para fóra da comarca, em que residir a seduzida, por um a tres annos, e de dotar a esta.”

¹²⁹No direito antigo francês, diferenciava-se o rapto violento do estupro: o primeiro implicava a subtração violenta de virgens, mulheres e viúvas contra a sua vontade e com um fim libidinoso, enquanto o segundo designava o uso da força por parte do réu contra virgens, mulheres e viúvas visando à conjunção carnal. NORONHA, E. Magalhães (Edgard Magalhães). **Direito Penal**. 22.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 67.

¹³⁰ RAPOSO, Vera Lúcia. **Da moralidade à liberdade: o bem jurídico tutelado na criminalidade sexual**. IN: **Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias**, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, p. 934-935.

¹³¹ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, Ed. UNICAMP, 2000, p. 38.

punições severas ao autor do crime em comento, o julgamento e a determinação punitiva deste estiveram sempre vinculados a características subjetivas da mulher como vítima, analisando seu comportamento sexual pregresso. Nesse norte, a lei punia o agente do crime, mas não se poderia considerar eficaz no que tange ao reconhecimento do direito da mulher a seu próprio corpo e ao livre exercício de sua sexualidade.

Em outras palavras, resta evidente que a proteção à moral era mais enfática do que a tutela aos próprios direitos individuais, destacando-se que o papel reservado à mulher se mantinha no âmbito privado.

Já no fim do século XIX, precisamente em 1890, passou a vigorar um novo Código Penal no Brasil, contendo em seu Título VIII: “Dos Crimes Contra a Segurança da Honra e Honestidade das Famílias e do Ultraje Público ao Pudor.” – de onde se pode perceber a existência da tutela da honra não só da vítima, e sim de sua família. No Capítulo I, “Da Violência Carnal”, encontrava-se o art. 266 com a seguinte formulação: “*Atentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violências ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral.*” A pena aplicada consistia em prisão de um a seis anos, equivalente também válido a quem corrompesse menor de idade a praticar, consigo, atos libidinosos (parágrafo único do referido dispositivo). Para quem cometesse o crime de posse sexual mediante fraude, a pena era de prisão de um a quatro anos (art. 267). Por fim, cabe lembrar que o art. 278 condicionava a mulher à fragilidade, utilizando os termos “fraqueza ou miséria” ao tipificar um delito no dispositivo referido.¹³²

Ademais, o novo código manteve a diferenciação entre mulher honesta e prostituta/ “mulher pública” quanto à punição do agente, mas a alterou para o mínimo de seis meses de prisão, com a mesma máxima estipulada anteriormente – dois anos. Cita-se, ainda, o art. 268, que continha o novo tipo penal quanto ao estupro: “*Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta*”, enquanto o artigo seguinte tratava de elucidar o conceito do delito, abrangendo a ideia de violência para além do uso da força física:

Chama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não. Por violência entende-se não só o emprego da força psíquica, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades psíquicas, e assim da

¹³² “Art. 278. Induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miseria, quer constringendo-as por intimidações ou ameaças, a empregarem-se no tráfego da prostituição; prestar-lhes, por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, assistência, habitação e auxílios para auferir, directa ou indirectamente, lucros desta especulação [...]”

possibilidade de resistir e defender-se, como sejam o hipnotismo, o clorofórmio, o éter, e em geral os anestésicos e narcóticos.¹³³

Por fim, em 1940 foi promulgado o Código Penal que é vigente até hoje, instituído pelo Decreto-Lei n. 2.848. O referido diploma contemplava originalmente o Título VI – “Dos Crimes Contra os Costumes” e o Capítulo I – “Dos Crimes Contra a Liberdade Sexual”, em que se tipificava o crime de estupro¹³⁴. Entretanto, tal compilação conservou apenas a mulher como sujeito passivo do crime, manteve o termo “mulher honesta” e, na exposição de motivos, formulada por Francisco Campos, este demonstrou a manutenção do conservadorismo e da culpabilização da vítima no que tange ao tema, alegando que: “Já foi dito, com acerto, que ‘nos crimes sexuais, nunca o homem é tão algoz que não possa ser, também, um pouco vítima, e a mulher nem sempre é a maior e a única vítima dos seus pretendidos infortúnios sexuais’”.¹³⁵

Demonstrando o cunho seletivo e discriminatório do sistema penal da época, Nelson Hungria conceituou mulher honesta como:

[...] não somente aquela cuja conduta, sob o ponto de vista da moral sexual, é irrepreensível, senão também aquela que ainda não rompeu com o *minimum* de decência exigido pelos bons costumes. Só deixa de ser honesta (sob o prisma jurídico penal) a mulher francamente desregrada, aquela que, inescrupulosamente, *multorum libidini patet*, ainda que não tenha descido à condição de autêntica prostituta. Desonesta é a mulher fácil, que se entrega a uns e outros, por interesse ou mera depravação (*cum vel sine pecunia accepta*). Não perde a qualidade de honesta nem mesmo a amásia, a concubina, a adúltera, a atriz de cabaré, desde que não se despeça dos banais preconceitos ou elementares reservas de pudor.¹³⁶

Sobre o Título “Dos Crimes contra os Costumes”, Cezar Roberto Bitencourt assevera que já era considerado ultrapassado mesmo quando da ocasião da promulgação do Código de 1940, porquanto não detinha equivalência em relação aos bens jurídicos que buscava proteger, transgredindo a concepção de que os vocábulos utilizados deveriam representar os bens tutelados ao identificar a imposição de um padrão mediano no que se refere à ética, ao moralismo sexual e ao aprisionamento da sexualidade feminina.¹³⁷

¹³³ Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=50260>>

¹³⁴ A redação original do crime de estupro no Código Penal de 1940 consistia em: “Art. 213 - Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”.

¹³⁵ Disponível em: <<http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinke.php?numlink=1-96-15-1940-12-07-2848-CP>>

¹³⁶ HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao código penal**. Vol. VIII. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1956, p. 148.

¹³⁷ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código penal comentado**. 6. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 13.

Nas palavras de Guilherme Nucci:

A disciplina sexual e o mínimo ético exigido por muitos à época do Código Penal, nos idos de 1940, não mais compatibilizam com a liberdade de ser, agir e pensar, garantida pela Constituição Federal de 1988. O legislador brasileiro deve preocupar-se (e ocupar-se) com as condutas efetivamente graves, que possam acarretar resultados igualmente desastrosos para a sociedade, no campo da liberdade sexual, deixando de lado as filigranas penais, obviamente inócuas, ligadas a tempos pretéritos e esquecidos. [...]

Foi-se o tempo em que a proteção penal destinava-se somente à mulher honesta. Não mais é época para imiscuir os costumes sexuais (os tais bons costumes) no contexto das violações sexuais violentas. Qualquer estupro é atentatório à dignidade humana e, como tal, precisa ser punido.¹³⁸

Portanto, como já explicitado, o código penal de 1940 é ainda vigente, mas, diante da necessidade de sua atualização, pelas razões já demonstradas quanto à obsolescência, o diploma começou a passar por alterações pontuais – as quais serão objeto da próxima subdivisão do presente capítulo.

2.2.2 Alterações pontuais posteriores ao Código de 1940

A Lei nº. 7.353/ 85 criou o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, sem poder executivo ou deliberativo, enquanto a Lei nº. 9.099/95 dispôs que a violência contra a mulher constituía uma infração penal de menor poder ofensivo, denotando o descaso legal com esse tipo específico de violência.

A lei n. 8.069/1990 instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual realizou inserções dispositivas quanto à liberdade sexual no código penal de 1940: ao art. 213, que tipifica o delito de estupro, foi acrescentado o parágrafo único, prevendo pena de quatro a dez anos de reclusão quando a ofendida detivesse menos de catorze anos; ao art. 214, o qual contempla o crime de atentado ao pudor, foi adicionada, também mediante parágrafo único, a determinação de pena de três a nove anos quando a ofendida fosse menor de catorze anos. Entretanto, tais alterações foram revogadas posteriormente, mediante a Lei n. 9.281/1996.

¹³⁸ NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes Contra Dignidade Sexual: de acordo com a Lei 12.015/2009**. 2ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 24; 55.

Em 1990 também foi promulgada a Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990), a qual aumentou as penas dos mesmos delitos supracitados: ambos passaram a implicar pena de reclusão de seis a dez anos. Além disso, as penas das formas qualificadas referentes às disposições gerais do capítulo IV também foram aumentadas.

Já em 2001, a Lei n. 10.224 tipificou o delito de assédio sexual, dispondo-o no art. 216-A. Em 2003, na justificação do Projeto de Lei nº 117 que resultou na Lei 11.106/2005, a deputada Iara Bernardi mencionou que:

Este momento, marcado pelas expectativas de mudança e pelas inovações introduzidas pelo novo Código Civil, é propício para que se reivindique a **imediata reformulação do Código Penal de 1940**, com sua parte geral modificada em 1984. **A peça contempla anacronismos, estereótipos, preconceitos, discriminação, logo, inconstitucionalidades em relação às mulheres.** Exemplos são os dispositivos que aludem à mulher honesta como sujeito passivo dos crimes de "posse sexual mediante fraude" e "atentado ao pudor mediante fraude", crimes previstos no título referente aos "crimes contra os costumes", não contra a pessoa. É inadmissível a manutenção de tais dispositivos, que não se coadunam com os valores sociais contemporâneos e violam os princípios constitucionais da igualdade entre os gêneros e da dignidade humana.¹³⁹ (grifo nosso)

A referida lei realizou significativas alterações na compilação penal brasileira, podendo-se citar entre elas que: eliminou o termo “mulher honesta” das assertivas dos crimes contra os costumes; descriminalizou determinadas condutas (como os delitos de adultério e de sedução); suprimiu integralmente o Capítulo III (que abarcava os crimes de rapto, constantes nos arts. 219 a 222); retirou a extinção de punibilidade em caso de matrimônio entre a ofendida e o agressor – previstas no art. 107, incisos VII e VIII; alterou o nome do Capítulo V de “Do lenocínio e do tráfico de mulheres” para “Do lenocínio e tráfico de pessoas”; modificou o crime de atentado violento ao pudor mediante fraude, o qual passou a admitir qualquer indivíduo como sujeito passivo e/ou ativo.¹⁴⁰

Assim, tal conjuntura revelou a extrema e urgente necessidade de a legislação penal pátria se adequar aos direitos das mulheres e extirpar as explicitações patriarcais e padrões de

¹³⁹Disponível em:

b<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=089F7B9059E4B1C99260B6697E0F9BBD.node2?codteor=230530&filename=Avulso+-PL+117/2003>

¹⁴⁰ O art. 216 passou a ter a seguinte disposição: “Art. 216. Induzir alguém, mediante fraude, a praticar ou submeter-se à prática de ato libidinoso diverso da conjunção carnal: Pena - reclusão, de um a dois anos. Parágrafo único. Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (quatorze) anos: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.”

comportamento, desvinculando o Direito Penal de anseios moralizantes. Entretanto, preocupou-se mais com a alteração e a retirada dos termos vexatórios citados do que com uma efetiva reformulação do ordenamento jurídico quanto à liberdade sexual.

Até pouco tempo antes, era considerada aceitável moralmente a prática do estupro marital, em que o marido tinha relações sexuais com sua esposa sem o consentimento desta. Para Nelson Hungria, por exemplo, não havia ilicitude em tal ato, uma vez que pertencia ao exercício regular de um direito, proveniente de compromissos matrimoniais (dever de coabitação- art. 1.566, inciso II, do Código Civil), e, portanto, só haveria estupro fora do casamento.¹⁴¹ Por outro lado, sobre a violência sexual perpetrada no âmbito doméstico, Rebeca Ferreira Brasil aduz que:

[...] O homem desenvolve o sentimento de posse sobre a mulher, acreditando que ela é apenas um objeto de complementação e satisfação em sua vida, bem como, surge o fenômeno da vitimização da mulher, que se sente obrigada a seguir os parâmetros impostos pela sociedade machista, portando-se como verdadeira 'vítima do sistema' [...] a mulher, subjugada pelo poder masculino, transforma-se em mera propriedade, ficando mais suscetível à violência.¹⁴²

E Guilherme de Souza Nucci corrobora:

É hipótese sustentada por alguns como sendo exercício regular de direito, decorrente do débito conjugal e do dever de fidelidade, que envolvem o casamento. Nessa ótica, conferir: "A mulher não pode se opor ao legítimo direito do marido à conjunção carnal, desde que não ofenda ao pudor nem exceda os limites normais do ato. Decorre daí o direito do marido de constrangê-la, mediante o uso de moderada violência" (Marcello Jardim Linhares, Legítima defesa, p. 308). Não é mais tempo para se acertar tal entendimento, tendo em vista que os direitos dos cônjuges na relação matrimonial são iguais (art. 226, § 5.0º CF) e a mulher dificilmente atingiria o mesmo objetivo agindo com violência contra seu marido, inclusive porque não existe precedente cultural para essa atitude.¹⁴³

¹⁴¹ HUNGRIA, Nelson. IN: MIRABETE, Julio Fabbrini e Renato N. Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. 27ª ed. Parte Especial. Vol. II. São Paulo. Editora Atlas, 2010, p. 387.

¹⁴² FERREIRA BRASIL, Rebeca. **Violência contra a mulher cearense: desafio da vitimologia..** Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/12916-12917-1-PB.pdf>>

¹⁴³ NUCCI, Guilherme. **Manual de Direito Penal**. 7ª edição, Editora RT, 2011, p. 287.

Celso Delmanto também compartilha do referido posicionamento exposto por Nucci, ao alegar que a lei civil não permite o uso de violência física, tampouco de coação moral, nas relações sexuais entre os cônjuges, fatos que implicariam mácula à dignidade da mulher.¹⁴⁴

A lei n. 11.106/2005 deu fim a tal discussão, conferindo nova redação ao art. 226, II, CP¹⁴⁵, ao acrescentar o cônjuge como um dos agentes que ensejam aumento de pena no crime em comento. Posteriormente, a hipótese também foi tutelada pela Lei Maria da Penha (11.340/2006), como se verá a seguir.

A luta feminista contra a violência de gênero passou a se consolidar na década de 80, concomitantemente ao processo de redemocratização. Nesse contexto, iniciou-se a busca pela instituição de delegacias especializadas na proteção da mulher, com medidas determinadas ao combate do problema social de violência contra esta. Portanto, tornou-se necessário um mecanismo que conferisse mais segurança e estímulo para que as mulheres denunciassem seus agressores.

A estrutura da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) foi formulada pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, sede da primeira DDM, em 1985, com o atendimento realizado somente por funcionárias – com o objetivo de que as mulheres se sentissem mais à vontade e sem serem estigmatizadas, como poderia acontecer em delegacias comuns.

Assim, houve um aumento considerável quanto ao número de denúncias de violência doméstica. Entretanto, a criação dos Juizados Especiais Criminais (Lei n. 9.099/1995), apesar de trazer maior celeridade aos processos em comento diante do rito especial, impôs a realização de audiência para tentativa de conciliação entre vítima e autor, a qual intimidava a mulher.¹⁴⁶

Cabe frisar, aqui, que também houve fortes recomendações formuladas pela ONU sobre o cumprimento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de

¹⁴⁴DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. 8. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2010, p. 459.

¹⁴⁵ Dispositivo original: “Art. 226 – A pena é aumentada de quarta parte: I – se o crime é cometido com o concurso de duas ou mais pessoas; II – se o agente é ascendente, pai adotivo, padrasto, irmão tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela.”

Dispositivo com a redação alterada pela Lei 11.106/2005:

“Art. 226. A pena é aumentada:

I - de quarta parte, se o crime é cometido com o concurso de 2 (duas) ou mais pessoas; II - de metade, se o agente é ascendente, padrasto ou madrastra, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela;”

¹⁴⁶ IZUMINO, Wânia Pasinato. **Delegacia de defesa da mulher e juizados especiais criminais: contribuições para a consolidação de uma cidadania de gênero**. RBCCrim, nº40, 2002, p. 284-290.

Discriminação contra a Mulher, com documento expedido pelo Comitê CEDAW (Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher). Tal convenção foi ratificada pelo Brasil em 1994 e inserida no ordenamento pátrio mediante o Decreto nº 4.377/2002. Também em 1995 foi ratificada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), agregada ao sistema jurídico por meio do Decreto nº 1.973/96, como já referido anteriormente.

Já em 2006 foi promulgada a Lei n.º 11.340, conhecida como “Lei Maria da Penha”, buscando combater a violência doméstica e familiar exercida especificamente contra a mulher, efetivar os meios para tal e promover o reconhecimento dos direitos sociais femininos.

Em seu art. 5º, a aludida lei conceituou como violência doméstica e familiar “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”, perpetradas contra a mulher no âmbito doméstico, da família ou no contexto de relação íntima de afeto, independentemente de coabitação. Ademais, no art. 7º foram especificadas as concepções de cada uma das formas de violência.¹⁴⁷

Assim, apesar de reconhecer as uniões homoafetivas como famílias, expondo que estas independem de orientação sexual, não assegura proteção à violência doméstica que possa ser exercida em uma relação entre duas pessoas do sexo masculino – deixando de se atentar ao processo cultural de construção e reconhecimento de gênero, não necessariamente ligado à determinação biológica. Lembra-se que o conceito de violência de gênero transcende a ideia

¹⁴⁷ “Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”.

de violência doméstica, observando-se também que aqui foram tecidas apenas considerações gerais acerca de uma das facetas de manifestação da violência sexual contra a mulher.

2.2.3 Alterações da Lei 12.015/2009 e o conceito atual de estupro

No mesmo ano da promulgação da Lei Maria da Lenha, foi proposto um projeto de lei por três mulheres integrantes do Congresso Nacional: a Deputada Federal Maria do Rosário e as Senadoras Patrícia Saboya Gomes e Serys Maly Slhessarenko. Tal projeto deu origem à Lei 12.015/2009, que alterou de forma significativa o Código Penal vigente, corroborando para que este estivesse de acordo com as premissas constitucionais.

Com a referida lei, houve a alteração das denominações dos Capítulos II e V (anteriormente chamados originalmente de “Da sedução e da corrupção de menores” e “Do lenocínio e do tráfico de pessoa” e substituídos por “Dos crimes sexuais contra vulnerável” e “Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual”), bem como do Título VI do Código Penal, originalmente chamado de “Dos crimes contra os costumes”, o qual passou a ser nomeado “Dos crimes contra a dignidade sexual.”

A referida substituição do Título VI representou um enorme avanço, ainda que tardio, porquanto demonstrou um afastamento da concepção anterior de que a proteção penal deveria abarcar apenas os comportamentos social e culturalmente formulados como pertinentes, em consonância com uma construção moral coletiva quanto à abertura do exercício da sexualidade.

Passou-se, então, ao novo paradigma de que a tutela penal deveria ter como objeto a liberdade e autodeterminação sexual do indivíduo, criminalizando condutas praticadas sem o consentimento de uma das partes e com danos a esta, e não mediante designação de atos considerados moralmente contra o bem-estar social.

Nas palavras de André Estefam, tal escolha foi pertinente e “se encontra em sintonia com o Texto Maior. Deveras, o Direito Penal não se volta à proteção de regras puramente morais ou éticas, mas notadamente à defesa de bens jurídicos (concepção dominante)”. Por outro lado, o autor cita Silva Franco e Tadeu Silva, os quais acreditam em que tal atualização foi carregada de moralismo, uma vez que não se pode diferenciar atos sexuais dignos e

indignos.¹⁴⁸ Portanto, tais crimes poderiam ter sido dispostos sem ligação a prismas morais, passando a serem incluídos entre os delitos contra a pessoa, diante da mácula à liberdade individual.

Alessandra Orcesi Pedro Greco e João Daniel Rassi asseveram que a referida mudança nominal aumentou a autonomia individual e a tolerância entre os diferentes grupos da sociedade, observando-se também que a dignidade sexual simboliza a autodeterminação de vontade acerca da própria sexualidade.¹⁴⁹ Para Fernando Capez, houve uma diferença quanto ao foco da proteção jurídica: antes, considerava-se a moral média da sociedade, buscando tutelar os “bons costumes”, enquanto com a nova lei se passou a proteger realmente a dignidade sexual do indivíduo.¹⁵⁰

A nova lei também efetuou a inserção do art. 217-A, prevendo a tipificação do estupro de vulnerável e a revogação do dispositivo que determinava as causas de presunção de violência no que se referia à caracterização do estupro e do atentado violento ao pudor. Ademais, revogou o dispositivo que tratava do atentado violento ao pudor (art. 214) - o qual designava a prática de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal - unificando sua significação à concepção de estupro (art. 213). Aquele crime contemplava diversas hipóteses em relação ao homem e à mulher, enquanto este tratava do constrangimento sexual perpetrado mediante conjunção carnal, com o uso de violência ou grave ameaça, e apenas contra a mulher; sendo dois crimes autônomos, tinham suas penas somadas se ocorressem concomitantemente.

Além disso, passou-se, em regra, à aplicação de uma única pena e se permitiu que qualquer pessoa, homem ou mulher, pudesse se enquadrar como sujeito ativo ou passivo do crime de estupro, evidenciando, como supramencionado, que o bem jurídico protegido se tornou a liberdade sexual do indivíduo, sem se tutelar a honra da mulher e da família, tampouco a virgindade e o pudor público. Houve uma ampliação quanto à tipificação de condutas do estupro, abrangendo o sexo oral e anal, além da já inserida conjunção carnal – ou

¹⁴⁸ ESTEFAM, André. **Crimes Sexuais**. Editora: Saraiva, São Paulo, 2009, pág. 19.

¹⁴⁹ GRECO, Alessandra Orcesi Pedro; RASSI, João Daniel. **Crimes contra a dignidade sexual**. 2ª ed.. São Paulo: Editora Atlas, 2011, p. 67-68.

¹⁵⁰ CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte especial. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 20.

seja, o crime de estupro passou a abarcar a realização de qualquer ato libidinoso, incluindo a penetração por meio de objetos.¹⁵¹

Tanto a aglutinação dos crimes quanto a neutralização de gênero concernente aos sujeitos passivo e ativo implicaram discussão doutrinária. Parte da doutrina justificava a necessidade de diferenciação dos crimes e de tipificação autônoma sob o fundamento de que a conjunção carnal poderia acarretar uma gravidez, e, por isso, deveria ser mais severamente punida – mesmo argumento utilizado nos anos 50 por Hungria¹⁵² - afastando o foco da própria violência, bem como sob a ideia de que retirar a especificidade de um crime contra a mulher seria um meio de ocultar que, na maioria dos casos, as vítimas são do sexo feminino.

Quanto a esta última crítica, penso ser infundada, uma vez que, em suma, o direito à liberdade sexual deve ser tutelado a homens e mulheres, e isso não significa olvidar que a violência sexual se manifesta primordialmente como um problema de gênero.

Por outro lado, percebe-se que tal repressão maior à conjunção carnal também se embasava na ofensa à honra e ao pudor público, na “diminuição de valor” que a mulher sofria ao ser sexualmente violada e na infração ao “direito de propriedade” de seu pai/marido/tutor. Ademais, pode-se entender como uma forma de ignorar a existência de condutas que, embora diversas da conjunção carnal, eram tão agressivas à liberdade sexual quanto ela. Nas palavras de Maria Tereza Beleza:

A possível racionalização desta conclusão pelo recurso à ideia de gravidez é, quanto a mim, em parte deslocada. E digo só em parte, porque de facto uma gravidez não querida é um atentado (pode ser sentida como tal) à autonomia e liberdade de uma pessoa. Mas, por outro lado, creio que há aqui uma deslocação do raciocínio, porque este caminho de pensar tende acriticamente ao trilho da naturalização (*proprio sensu*) do debate: antes do problema da gravidez [...] coloca-se o problema da liberdade de movimento, da liberdade sexual, da experiência fenomenologicamente (e não ontologicamente) feminina.¹⁵³

¹⁵¹ “Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (quatorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

§ 2º Se da conduta resulta morte:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.”

¹⁵² HUNGRIA, Nélson. **Comentários ao código penal...** *op. cit.*, p. 117.

¹⁵³ BELEZA, Maria Teresa Couceiro Pizarro. **Mulheres, direito, crime ou a perplexidade de Cassandra**. Lisboa: AAFDL, 1993, p. 538.

A Lei 12.015/09 também alterou o art. 228 do Código Penal, o qual abordava o crime de favorecimento da prostituição, passando a incluir o favorecimento de “outras formas de exploração sexual”, e cujo ato ilícito se encontra no fato de “induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone”. Lembra-se, aqui, que a prostituição em si não é considerada crime pelo código penal brasileiro – apesar de não ser regulamentada como profissão - e que o art. 229 também foi alterado.¹⁵⁴

Rogério Greco afirmou que a liberdade ao próprio corpo se encontra fortemente relacionada à dignidade da pessoa humana¹⁵⁵, a qual deve ser tutelada a ambos os gêneros, bem como tal concepção se coaduna com os ditames estabelecidos pela Carta Magna (art. 1º, inciso III), reforçando a necessidade de uma releitura do direito penal sob o prisma constitucional.

Entretanto, o termo “dignidade sexual” também trouxe uma enorme discussão doutrinária, diante da complexidade e subjetividade de se determinar quais atos poderiam ser considerados dignos ou não e da possível manutenção de sua vinculação a aspectos morais – e, portanto, a designação se caracterizaria como moralista, como aludem Silva Franco e Tadeu Silva.¹⁵⁶ Assim, tais crimes poderiam ter sido incluídos entre os delitos contra a pessoa, diante da mácula a sua liberdade individual.

Por sua vez, o autor Renato Silveira acredita em que a dignidade, como limite, valor e princípio, explicita valores que são interpretados de inúmeras maneiras, e por isso sua difícil percepção e delimitação.¹⁵⁷

Para Nucci, a dignidade simboliza a ideia de respeitabilidade, componente essencial para a formação pessoal, e, quando ligada à questão da sexualidade, ainda que exista a perspectiva de honra, esta não pode ser considerada como o primeiro fator ou bem jurídico primordial. Por isso, alega que a coerção sexual infringe a dignidade sexual, mormente a integridade da liberdade individual quanto ao fato de não realizar nenhum ato libidinoso com

¹⁵⁴ Dispositivo anterior: Art. 229 - Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente.

Dispositivo alterado/atual: Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

¹⁵⁵ GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal volume III**. Editora: Impetus, Rio de Janeiro, 2010, pág.273.

¹⁵⁶ ESTEFAM, André. *op. cit.*, pág. 19.

¹⁵⁷ SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Crimes sexuais: Bases Críticas Para a Reforma do Direito Penal Sexual**. 1ª ed., Quartier Latin, 2008, p. 165.

o qual não consinta. Portanto, a atividade sexual de cada indivíduo, como exercício da intimidade e da vida privada, deve ser respeitada, sem que haja imposição de padrões sociais subjugando-a.¹⁵⁸

Assim, a nova lei não realizou alterações meramente pontuais, e sim reestruturou a questão concernente aos crimes sexuais no código penal, adequando-o à nova tutela e realizando uma releitura dos próprios tipos penais, agora neutros quanto ao gênero das partes.

Sob um prisma mais especificamente dogmático, o crime de estupro¹⁵⁹, como citado anteriormente, é hoje considerado um crime comum (pode ser praticado e sofrido por qualquer pessoa), e cujos elementos objetivos consistem em: constranger (forçar, coagir) alguém, mediante o emprego de violência ou grave ameaça, à conjunção carnal ou à prática de outro ato libidinoso (que implique a satisfação do prazer sexual – podendo ser um beijo), como também permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.¹⁶⁰

A ação penal está prevista no art. 225 do Código Penal, sendo pública condicionada à representação para os crimes contra a dignidade sexual (previstos nos artigos 213 a 218-A) e pública incondicionada para menores de dezoito anos ou vulneráveis - observada a súmula 608 do STF, a qual assevera que, no crime de estupro, “praticado mediante violência real, a ação é pública incondicionada.”¹⁶¹

Cabe frisar, ainda, que a Lei 12.015, em seu artigo 4º, também alterou a redação dos incisos V e VI da Lei 8.072/1990, deixando claro que o estupro, em qualquer das suas formas (não somente quando acarretar lesão corporal grave ou morte), é considerado crime hediondo.

Por fim, quanto aos avanços legislativos acerca da questão em comento, Guilherme de Souza Nucci alega que:

No campo dos crimes contra a dignidade sexual, muito há por fazer, uma vez que aos poucos o preconceito e o machismo vêm desaparecendo dos tipos penais, como

¹⁵⁸ NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes contra a dignidade sexual...** *op. cit.*, 42; 49.

¹⁵⁹ “Art. 213 Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos. § 2º Se da conduta resulta morte:

Pena – reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.”

¹⁶⁰ NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 7ª edição, Editora RT, 2011, p. 829.

¹⁶¹ Para alguns autores, como Nucci, não há razão para a observância dessa Súmula diante das atualizações realizadas pela Lei 12.015/2009. NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes Contra Dignidade...** *op. cit.*, 2010, p. 180. Por outro lado, sustenta-se a aplicação da súmula aos casos em que a vítima veio a falecer em decorrência da violência sexual perpetrada, ou, também em razão desta, não detém condições de manifestar seu consentimento. Quanto à morte da vítima por motivo diverso deste, aplica-se o art. 31 do CPP.

se pode constatar pela unificação dos delitos de estupro e atentado violento ao pudor sob uma única figura: estupro. Entretanto, permanece o legislador temeroso de avançar e retirar do âmbito penal outros delitos tolos em face da *ultima ratio*, passíveis de solução pelas normas administrativas (tal como a lei de proibição ao fumo), a saber, o crime de casa de prostituição (hoje, estabelecimento em que ocorra exploração sexual) ou, ainda, o delito de ato obsceno.¹⁶²

Nessa conjuntura, foi-se moldando a nova concepção de estupro no direito penal brasileiro, influenciado fortemente pelas novas conquistas femininas, reestruturação dos papéis sociais, inserção da mulher no mercado de trabalho e pela própria revolução sexual, ocorrida com a criação e a popularização dos métodos contraceptivos – os quais alteraram as relações sexuais no sentido de efetivamente dissociá-las da função reprodutiva, possibilitando maior liberdade à mulher.

Desse modo, consolidou-se a liberdade sexual como bem jurídico protegido e o direito ao corpo como parte do exercício da privacidade. Denota-se, então, o reconhecimento da sexualidade como um âmbito de compreensão e realização pessoal, a ser respeitado e tutelado juridicamente com equidade em relação ao homem e à mulher, rompendo – ao menos legalmente – diversas amarras culturais da moral sexual coletiva. Entretanto, tal evolução ainda é insuficiente quando se depara com a realidade: apesar de tipos penais neutros quanto ao gênero dos sujeitos e de todas as demais alterações legislativas citadas, a violência sexual, sobretudo o estupro, continua se manifestando como um delito de sujeitos específicos, como um crime contra mulheres, como um ato violento marcado por relações de poder e de gênero.

¹⁶² NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes Contra Dignidade...** *op.cit.*, 2010. p. 26.

3. VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

3.1 CONCEPÇÃO DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Primeiramente, cabe enfatizar aqui que, apesar de as questões acerca das origens do patriarcado e da dominação masculina terem sido abordadas em linhas gerais no primeiro capítulo e constituam um tema que muito me interessa, o principal objetivo deste trabalho é denotar quais são os instrumentos e como ocorreu e ainda ocorre o seu funcionamento no que tange à legitimação, a institucionalização e à naturalização da violência sexual contra a mulher, inserindo-se necessariamente nesse contexto o aprisionamento de seu corpo e de sua sexualidade.

Início, portanto, uma exposição acerca da violência simbólica, conceito fortemente traçado por Pierre de Bourdieu, o qual retoma o processo histórico da dominação masculina sob o viés das formas de manutenção dessa opressão e de como se incorporam determinadas premissas como se fossem naturais e imutáveis, mediante *esquemas inconscientes de percepção e apreciação*. Para o autor, os indivíduos estão incluídos no próprio objeto que tentam apreender, internalizando as estruturas históricas da ordem masculina por meio de concepções que são elas próprias produto dessa ordem de supremacia do homem,¹⁶³ incluindo o fato de que “os teoremas simbólicos se distinguem conforme seu âmbito de produção e de recepção, caracterizando-se como meios distintos de legitimar outras formas de poder.”¹⁶⁴

Assim, para Bourdieu, esses sistemas de pensamento, ação e percepção expõem o homem e a mulher de forma caracterizadora e dicotômica e corroboram a naturalização de diferenças, fazendo com que a ordem de relações sociais dominantes pareça independente de relações de força e opressão. Ou seja, consagra-se a ordem já estabelecida mediante a disseminação de princípios pré-existentes, e a divisão socialmente construída entre os sexos parece consistir em uma ordem natural das coisas, presente nos *habitus* dos indivíduos e adquirindo legitimação. Desse modo, a ordem masculina se revela diante do fato de que

¹⁶³ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**; tradução Maria Helena Kuhner. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 13.

¹⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, p. 14-15.

prescinde de justificação, impondo-se como neutra sem dispor de discursos legitimadores.¹⁶⁵

Nas palavras do autor:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo da vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. [...] A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros* e, principalmente, da divisão social do trabalho. [...] Dado o fato de que é o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica e que é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que a alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas.”¹⁶⁶ (grifos originais)

Assim, a construção social da sexualidade explicita e confirma simbolicamente a conversão de determinadas propriedades naturais, tornando a arbitrariedade das relações sociais em necessidade da natureza – “lógica da consagração simbólica”. Ademais, aduz que os atos de conhecimento dos dominados são atos de reconhecimento e de submissão quando meramente reproduzem os esquemas resultantes das próprias estruturas de dominação.¹⁶⁷

O ato sexual sempre se dá em uma relação de dominação, uma vez que as práticas e representações do masculino e do feminino não são as mesmas e que os homens veem a relação sexual como uma forma de apropriação, de posse, de conquista e virilidade. Por isso:

É igualmente através da divisão sexual dos usos legítimos do corpo que se estabelece o vínculo (enunciado pela psicanálise) entre o falo e o *logos* : os usos públicos e ativos, de parte alta, masculina, do corpo – fazer frente a, enfrentar, frente a frente (*qabel*), olhar no rosto, nos olhos, tomar a palavra publicamente – são

¹⁶⁵ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 16-18.

¹⁶⁶ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, 18-20.

¹⁶⁷ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 22-23.

monopólio dos homens; a mulher, que, na Cabília, mantém-se afastada dos lugares públicos, deve de algum modo renunciar a fazer uso público do próprio rosto e de sua palavra (ela anda em público com os olhos baixos, voltados para os pés, e a única expressão que lhe convém é “eu não sei”, antítese da palavra viril, que é afirmação decisiva, cortante, ao mesmo tempo que refletida e calculada). [...] O próprio ato sexual é pensado em função do princípio do primado da masculinidade.[...] Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo – o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação.¹⁶⁸

Apesar da concepção de que a definição social do corpo e dos órgãos sexuais resulta de uma construção social banalizada, o mecanismo de naturalização da opressão não se encontra exatamente nas diferenças, e sim nas percepções realizadas sobre elas conforme os sistemas práticos da visão androcêntrica. Isso implica uma organização social segundo os gêneros e associações a eles, vinculando ao homem o símbolo da virilidade e à mulher a ideia de passivo e secundário. Existe, então, uma construção arbitrária do biológico e das funções e simbolismos dos corpos, concedendo aparentemente um fundamento natural à dominação masculina, aos preceitos de sexualidade e à divisão do trabalho. Desse modo, a força dessa opressão consiste no fato de ela legitimar uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica, a qual também consistiu em uma construção social naturalizada. Tal processo ocorre de forma velada, uma vez que se apresenta inserido em uma ordem física e social organizada segundo os próprios princípios masculinos, que criam, reproduzem e enraízam suas premissas opressivas em relação à mulher.

Ou seja, essa construção simbólica não se dá apenas mediante um mecanismo que estrutura as representações, e sim como um meio de se determinar o que é “cabível” a cada gênero e o que simboliza, necessariamente de forma dicotômica, uma mulher feminina e um homem viril.¹⁶⁹

Nesse contexto, Bourdieu apresenta o conceito de *habitus* como a inclusão de conhecimentos pelo indivíduo, denotando as manifestações culturais e as representações cotidianas que se formam e tomam significações ao longo da vida. Inserem-se nesse processo

¹⁶⁸BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 26-31.

¹⁶⁹BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 32/34

as relações no seio familiar, profissional, religioso, laboral, etc., as quais determinaram a transformação ou a manutenção de estruturas sociais.¹⁷⁰ Para o autor, a violência simbólica se configura como:

[...] violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária.¹⁷¹

Portanto, a representação da dominação masculina se torna senso comum, uma vez que se constitui no sentido das práticas, bem como implica que os atos de conhecimento consistam, muitas vezes, em atos de reconhecimento, de adesão à própria violência simbólica, “doce e quase sempre invisível”, que produz uma submissão “encantada”. É necessário enfatizar que esclarecer os aspectos desse tipo de violência não busca minimizar os efeitos da violência física, tampouco “desculpar” os homens por exercer qualquer gênero de agressão. Ademais, o autor insiste que as estruturas de dominação que expõem uma visão desvalorizada da mulher são resultantes de uma reprodução histórica, a qual detém a influência de agentes diversos – como a família, a igreja, a escola, o Estado.¹⁷²

A supremacia concedida aos homens se firma, então, com a objetividade de estruturas sociais, sustentadas pela desigualdade inerente à divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, privilegiando aquilo que for vinculado ao masculino em detrimento do feminino, bem como fazendo com que, mesmo de forma inconsciente, as mulheres internalizem essa lógica e a apliquem às relações de poder em que se encontram. Nas palavras de Bourdieu:

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. Se ela pode agir como um *macaco mecânico*, isto é, com um gasto extremamente pequeno de energia, ela só o consegue porque desencadeia

¹⁷⁰ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico...** op. cit., p. 64-67.

¹⁷¹ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** op. cit., p. 7-8.

¹⁷² BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** op. cit., p. 46

disposições que o trabalho de inculcação e de incorporação realizou naqueles ou naquelas que, em virtude desse trabalho, se veem por elas capturados. Em outros termos, ela encontra suas condições de possibilidade e sua contrapartida econômica [...] no imenso trabalho prévio que é necessário para operar uma transformação duradoura dos corpos e produzir as disposições permanentes que ela desencadeia e desperta; ação transformadora ainda mais poderosa por exercer, nos aspectos mais essenciais, de maneira invisível e insidiosa, através da insensível familiarização com um mundo físico simbolicamente estruturado e da experiência precoce e prolongada de interações permeadas pelas estruturas de dominação.

Faz-se necessário um adendo: no artigo “O sexo da dominação”, Mariza Correa critica essa universalização da supremacia masculina concebida por Bourdieu, sob o fundamento de que o autor ignorou diversos trabalhos feministas realizados em contraposição a essa hegemonia.¹⁷³ Tal posicionamento é corroborado por Arlette Farge, citada por Rachel Soihet.¹⁷⁴

Entretanto, apesar de não se olvidar da crítica às excludentes disposições tidas como universais acerca do processo de inferiorização da mulher, bem como de se atentar que as opressões atingem as mulheres de formas distintas (sendo necessário discuti-las de forma interseccional, sob os diversos recortes de classe, cor, poder econômico, escolarização, profissionalização...), o objetivo principal do presente capítulo se encontra em explicitar os elementos da violência simbólica e como eles interagem entre inúmeros artefatos para justificar e legitimar a violência e a opressão contra a mulher.

Por conseguinte, explicitado brevemente o conceito de violência simbólica, passa-se à análise de quais mecanismos a exercem e de que forma isso acontece.

3.2 O EXERCÍCIO DO CONTROLE INFORMAL DO FEMININO – MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Como referido, a violência simbólica se exerce mediante esquemas de percepção, de ação e de avaliação que são constituem os *habitus* e que estruturam relações cognitivas obscuras, fazendo com que a submissão feminina se evidencie numa lógica paradoxal ao ser,

¹⁷³ CORRÊA, Mariza. **O sexo da dominação.** Disponível em: <http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/Corr%C3%AAa__Mariza_-_O_sexo_da_domina%C3%A7%C3%A3o.pdf?1332946760>

¹⁷⁴ SOIHET, Rachel. **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres** / organizado por Neuma Aguiar. Rosa dos Tempos, 1997, p. 100.

concomitantemente, automática e extorquida – denotam-se efeitos prolongados que a ordem social determina sobre homens e mulheres com disposições espontaneamente harmonizadas.¹⁷⁵

Não se tem mais uma fogueira para a qual mandar queimar *bruxas*, como na Idade Média, mas nunca faltou “criatividade” humana para manter a desigualdade – não apenas de gênero – de maneiras mais sutis. Nesse sentido, é de extrema importância reconhecer tais mecanismos para que a apreensão das relações sociais criadas historicamente e para que seja possível desconstruir seus paradigmas hierárquicos.

As instituições, mediante seus rituais e dogmas, corroboram o aludido processo de sedimentação da opressão feminina na medida em que implicam diferenciações para enfatizar as distinções sexuais, proíbem ou estimulam determinadas condutas aos homens e outras às mulheres. A eles, cabe a emancipação, o fim do vínculo com o materno, os prematuros ensinamentos do pai; a elas, como seres desprovidos de virtudes significativas, cabem os limites, inscritos às disposições do próprio corpo, devendo aprender a se vestir e a se portar respeitosa e educadamente. Para o autor, às mulheres é relegada a função de demonstrar naturalidade quanto à identidade minoritária que lhe é socialmente destinada, quanto aos seus atributos negativos e também à sua moral ilibada. Nesse sentido, o autor resgata as posturas repletas de significação moral, mediante um “confinamento simbólico” do próprio corpo feminino, que assegura o seu constante chamamento à ordem e à contenção.¹⁷⁶ Nas palavras de Chauí:

Em muitas sociedades, e particularmente na nossa, o corpo é uma das entidades privilegiadas para o exercício da dominação. A divisão social do trabalho e do processo de trabalho, as pedagogias (nas escolas, nas prisões, nos hospitais), o direito penal, a medicina, o consumo ou a filosofia evidenciam a presença de ideias e prática que procuram confinar o corpo à região das *coisas* observáveis, manipuláveis e controláveis.¹⁷⁷

Quanto à interação do controle formal e o controle informal e de suas implicações na esfera das relações de poder, cabe citar parte introdutória de obra de Michel Foucault:

O Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas. Foi muitas vezes fora dele que se instituíram as relações de poder, essenciais para situar a genealogia dos saberes

¹⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 49-50

¹⁷⁶ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 35-40

¹⁷⁷ CHAUI, Marilena. **Repressão sexual...** *op. cit.*, p. 156

modernos, que, com tecnologias próprias e relativamente autônomas, foram investidas, anexadas, utilizadas, transformadas por formas mais gerais de dominação concentradas no aparelho de Estado. [...] Por um lado, as teorias que têm origem nos filósofos do século XVIII que definem o poder como direito originário que se cede, se alienam para constituir a soberania e que tem como instrumento privilegiado o contrato: teorias que, em nome do sistema jurídico, criticarão o arbítrio real, os excessos, os abusos de poder. Portanto, exigência que o poder se exerça como direito, na forma de legalidade. Por outro lado, as teorias que, radicalizando a crítica ao abuso do poder, caracterizam o poder não somente por transgredir o direito, mas o próprio direito por ser um modo de legalizar o exercício da violência e o Estado o órgão cujo papel é realizar a repressão. Aí também é na ótica do direito que se elabora a teoria, na medida em que o poder é concebido como violência legalizada.¹⁷⁸

Marilena Chauí confirma a ideia de que as proibições e permissões são interiorizadas pela consciência individual devido a diversos procedimentos sociais e também são extirpadas quando significam violações.¹⁷⁹ Nesse sentido:

[...] Punir, castigar, proibir e ameaçar pressupõem a existência de regras ou normas que, se não forem obedecidas e se forem transgredidas, levam ao ato de repressão. No entanto, o sentido de reprimir muda bastante quando passa a significar opressão, violência e tirania. Nesse caso, observa-se que reprimir é exercer ação pela força, submetendo o reprimido. Oprimir é esmagar; violentar é contrariar a natureza de alguma coisa ou de alguém; tyrannizar é manter alguém sob o poder uma vontade alheia à sua, apoderando-se de outrem pela força e dominando-o. A repressão aparece, assim, como ato de domínio e dominação e o reprimido como submissão à vontade e à força alheia – como que uma alienação.¹⁸⁰

Os dualismos, fortemente enraizados nas coisas e nos corpos, não desaparecem rapidamente, bem como os gêneros não são meramente papéis que se trocam com simples alterações – pelo contrário, tais processos estão inscritos nos corpos. Nesse sentido, a própria sexualidade não pode ser desvinculada de um conjunto de premissas ligadas à determinação de práticas e discursos sexuais considerados legítimos, impostos principalmente pelas searas da religião, do direito e da família.¹⁸¹

Para Vera Regina Pereira de Andrade:

[...] o mecanismo de controle dirigido às mulheres, como operadoras de papéis femininos na esfera privada, tem sido, nuclearmente, o controle informal materializado na Família (pais, padrastos, maridos), dele também co-participando a escola, a religião e a moral e, paradoxalmente, a violência contra a mulher (crianças,

¹⁷⁸ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**.... *op. cit.*, p.

¹⁷⁹ CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual**... *op. cit.*, p. 15

¹⁸⁰ CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual**... *op. cit.*, p. 83

¹⁸¹ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**... *op. cit.*, p. 122-124.

jovens e adultas), dos maus-tratos à violação e o homicídio, reveste-se muitas vezes aqui de pena privada equivalente à pena pública.¹⁸²

Por sua vez, Bourdieu alerta que:

Essa aprendizagem é ainda mais eficaz por se manter, no essencial, tácita: a moral feminina se impõe, sobretudo, através de uma disciplina incessante, relativa a todas as partes do corpo, e que se faz lembrar e se exerce continuamente através da coação quanto aos trajes e aos penteados. Os princípios antagônicos da identidade masculina e da identidade feminina se inscrevem, assim, sob forma de maneiras permanentes de se servir do corpo, ou de manter a postura, que são como que a realização, ou melhor, a naturalização de uma ética. Assim como a moral da honra masculina pode ser resumida em uma palavra [...] enfrentar, olhar de frente e com a postura ereta [...], prova da retidão que ela faz ver, do mesmo modo a submissão feminina parece encontrar sua tradução natural no fato de se inclinar, abaixar-se, curvar-se, de se submeter (o contrário de “pôr-se acima de”), nas posturas curvas, flexíveis, e na docilidade correlativa que se julga convir à mulher. A educação elementar tende a inculcar maneiras de postar todo o corpo, ou tal ou qual de suas partes (a mão direita, masculina, ou a mão esquerda, feminina), a maneira de andar de erguer a cabeça ou os olhos, de olhar de frente, nos olhos, ou, pelo contrário, abaixá-los para os pés etc., maneiras que estão prenhes de uma ética, de uma política e de uma cosmologia (toda a nossa ética, sem falar em nossa estética, assenta-se no sistema dos adjetivos cardeais, elevado/baixo, direito/torto, rígido/flexível, aberto/fechado, uma boa parte dos quais designa também posições ou disposições do corpo ou de alguma de suas partes – *e.g.* a “frente alta” ou a “cabeça baixa”). [...] A postura submissa que se impõe às mulheres [...] revela-se em alguns imperativos: sorrir, baixar os olhos, aceitar as interrupções etc. [...] as pernas que não devem ser afastadas etc. e tantas outras posturas que estão carregadas de uma significação moral (sentar de pernas abertas é vulgar, ter barriga é prova de falta de vontade etc.). Como se a feminilidade se medisse pela arte de “se fazer pequena” [...], mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de cerco invisível (do qual o véu não é mais que a manifestação visível), limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo, sobretudo em lugares públicos.¹⁸³

O autor esclarece que os atos de conhecimento e de reconhecimento se manifestam, muitas vezes, acompanhados de emoções como a vergonha, a culpa e a humilhação, porquanto a lei social é convertida em lei incorporada, e esta não pode ser eliminada apenas

¹⁸² ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher.** Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/viewFile/15185/13811>>

¹⁸³ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 38/39.

com um esforço de vontade ou tomada de consciência – os efeitos da violência simbólica se encontram impregnados na intimidade dos corpos e mentes e em lógicas de dever, podendo se manter por muito tempo mesmo quando as determinações externas começam a ser minimizadas.¹⁸⁴

Desse modo, o autor explicita que os *habitus* são indissociáveis das *habitudines* (estruturas) que os produzem e reproduzem, e que a ideia de inferioridade e exclusão da mulher consiste na assimetria entre sujeito e objeto, entre agente e instrumento, calcada entre o homem e a mulher por meio das trocas simbólicas e das relações de (re) produção do capital simbólico (honra) – sendo estas relacionadas primordialmente ao matrimônio, à objetificação do corpo feminino e aos laços de parentesco. Isto porque as mulheres foram definidas conforme o interesse masculino e mediante o peso determinante de bens simbólicos: passando a servir como um objeto de troca, refletem os poderes e direitos duradouros exercidos sobre elas e, também por isso, tem-se a concepção de que devem ser mantidas sob uma integralidade moral, para que seu valor social seja conservado e proporcional à sua castidade e reputação. Ademais, há a subordinação da reprodução biológica consoante às necessidades do próprio capital simbólico, relegando-se à mulher a obrigação de ter filhos e, ao homem, o trabalho.

Há, assim, um processo de socialização referente tanto à diminuição valorativa da mulher quanto à afirmação da virilidade masculina, impondo-se a este, como dever também associado ao conceito de honra, a necessidade de demonstrar sua capacidade sexual, reprodutiva, social - mormente quando contestadas por instituições que confundem a covardia do exercício da violência com coragem característica de um “verdadeiro homem”.¹⁸⁵ Bourdieu assevera que:

As injunções continuadas, silenciosas e invisíveis, que o mundo sexualmente hierarquizado no qual elas são lançadas lhes dirige, preparam as mulheres, ao menos tanto quanto os explícitos apelos à ordem, a aceitar como evidentes, naturais e inquestionáveis prescrições e proscições arbitrárias que, inscritas na ordem das coisas, imprimem-se insensivelmente na ordem dos corpos.¹⁸⁶

As expectativas coletivas estão, assim, inseridas no âmbito familiar como forma de oposição entre o universo público e o privado, este referente ao lar. Como se vê em diversos

¹⁸⁴ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 51/52

¹⁸⁵ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 55-67.

¹⁸⁶ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 71

anúncios publicitários¹⁸⁷ ou até em programas humorísticos, as mulheres são vinculadas ao espaço doméstico e à frivolidade, enquanto as chefias dos cargos públicos costumam ser ocupadas por homens. Essa negação faz com que muitas mulheres busquem determinados meios de imposição que acabam por corroborar seus estereótipos, e os homens constituem uma espécie de nobreza – não se “rebaixam” para realizar atividades socialmente inferiores e tipicamente femininas, bem como quando exercem a mesma função costumam receber salários mais altos e maior reconhecimento profissional. Para Kant, por exemplo, as mulheres não poderiam defender pessoalmente seus assuntos civis e seus direitos, e sim mediante um representante – uma vez que tal independência não seria inerente à natureza feminina.¹⁸⁸

O corpo feminino é disposto como um objeto ao olhar e aos discursos alheios, e características como “provocativa” e “vulgar” resultam de percepções simbólicas e também do sexo e posição do indivíduo no espaço social. Espera-se das mulheres que sejam “femininas”, submissas, discretas e contidas, e isso revela uma forma de aquiescência no que tange aos interesses masculinos, mormente quanto ao ego dos homens, implicando a dependência da mulher em relação aos outros e isso como fator determinante em sua formação – olhando para o outro para se orientar. Nesse sentido, à mulher se impõe o *double bind* no que se refere ao acesso ao poder:¹⁸⁹

[...] se atuam como homens, elas se expõem a perder os atributos obrigatórios da “feminilidade” e põem em questão o direito natural dos homens às posições de poder; se elas agem como mulheres, parecem incapazes e inadaptadas à situação. Estas expectativas contraditórias não fazem mais que substituir aquelas às quais elas são estruturalmente expostas enquanto objetos oferecidos no mercado de bens simbólicos, convidadas, ao mesmo tempo, a fazer tudo para agradar e seduzir, e levadas a rejeitar as manobras de sedução que esta espécie de submissão prejudicial ao veredicto do olhar masculino pode parecer ter suscitado. Essa contraditória combinação de fechamento e abertura, de contenção e sedução, é tanto mais difícil de realizar quanto mais estiver submetida à apreciação dos homens, que podem cometer erros de interpretação, inconscientes ou interessados. É assim que, como observou uma pesquisa, diante das brincadeiras sexuais, as mulheres muitas vezes não têm outra escolha senão a de se excluir, ou de participar, pelo menos

¹⁸⁷ Ver mais em: <<http://www.saoasvozesquemandam.blogspot.com.br/2012/03/propagandas-sexistas-parte-3.html>>

¹⁸⁸ KANT, Emmanuel. *Anthologie du point de vue pragmatique*, 1964. IN: BOURDIEU, Pierre, *A dominação masculina...*, op. cit., p. 97.

¹⁸⁹ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina...* op. cit., p. 80-82.

passivamente, para tentar se integrar, expondo-se, então, a não poder protestar se forem vítimas de sexismo ou de assédio sexual.¹⁹⁰

Desse modo, um dos maiores pilares da submissão feminina se encontra justamente no desconhecimento, e é principalmente mediante quem detém o monopólio da violência simbólica legítima dentro no núcleo familiar que se dá a ação psicossomática que implica a somatização da lei – as premissas paternas criam princípios orientadores do corpo e da ordem, provocando, muitas vezes, uma adesão arbitrária de seus filhos a suas exigências. Ademais:

O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as altas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres.¹⁹¹

Para Vera de Andrade, a violência sexual é, sobretudo, violência doméstica, uma vez que se encontra no âmbito familiar um meio de violência e violação e do início da sustentação dos ideais patriarcais – e não de proteção, como deveria ser – em que a família representa a mediação entre o indivíduo e a classe social, bem como entre o sistema capitalista e a cultura patriarcal. A autora também constatou que a maioria dos casos de violência sexual se dá em uma conjuntura de violência física, e não necessariamente de desejo sexual, o que implica dizer que o estupro, apesar de ser uma conduta sexual, é um meio para se expressar questões de poder e de controle. Portanto, a violência surge como o fator masculino comum, existente tanto no poder punitivo estatal (pena pública) quanto como no poder punitivo da família (pena privada), buscando assegurar o controle social.¹⁹² Corrobora Vigarello:

Tanto quanto as ferramentas mentais, as instituições marcam aqui as diferenças em relação ao nosso tempo: numerosas, decisivas, essas diferenças lembram até que ponto a violência sexual e seu julgamento são indissociáveis de um universo coletivo e de suas mudanças. É necessária uma longa travessia desse universo, um

¹⁹⁰ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 84.

¹⁹¹ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p.103

¹⁹² ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *op. cit.*, p. 25.

lento recenseamento de seus componentes, para melhor definir, no quadro sombrio da violência sexual, a lógica que humilha, a que defende, a que julga. Elementos heterogêneos, múltiplos, muitas vezes implícitos: a familiaridade da violência física em primeiro lugar; depois, a imagem do erro e do pecado, cuja certeza imobiliza a vítima no aviltamento e na indignidade; também a imagem da mulher, cuja opressão pareceu durante tanto tempo legítima; a imagem da consciência, cuja análise sempre hesitante e impenetrável [...] nunca ajudou a esclarecer o não-consentimento da vítima; enfim, o estado dos saberes, de cujos elementos lacunares esperamos hoje as provas corporais e materiais. [...]¹⁹³

Gerda Lerner assevera que os estados arcaicos foram organizados conforme o patriarcado, observando-se o interesse do Estado na manutenção da família sob estes moldes: homens aprenderam a impor a dominação e o poder consoante seu exercício de dominação sobre as mulheres de seus grupos, significando o início da escravidão das mulheres dos grupos conquistados.¹⁹⁴ Já para Engels, o início da instituição da família monogâmica foi marcado pelo fato de que:

[...] como regra, só o homem pode rompê-los [os laços conjugais] e repudiar sua mulher. Ao homem, igualmente, se concede o direito à infidelidade conjugal, sancionado ao menos pelo costume (o Código de Napoleão outorga-o expressamente, desde que ele não traga a concubina ao domicílio conjugal), e esse direito se exerce cada vez mais amplamente, à medida que se processa a evolução da sociedade. Quando a mulher, por acaso, recorda as antigas práticas sexuais e intenta renová-las, é castigada mais rigorosamente do que em qualquer outra época anterior.¹⁹⁵

Para o psicanalista alemão Reich, a família constitui uma “fábrica da estrutura ideológica” das sociedades de classe, legitimada como a base da sociedade e do Estado: sagrada pela religião. Em termos gerais, até o século XVI, a família consistia em uma linhagem, cuja residência se formava por espaços abertos e comuns e as relações se davam conforme uma hierarquia clara e inflexível, de acordo com os preceitos do patriarca. A partir do século XVI e XVII, tomaram corpo o processo de família conjugal e a divisão do espaço físico, que se esclareceram definitivamente no século XIX.

Sob esse viés, a família realiza a repressão sexual, uma vez que calcada em relações hierárquicas, deveres e direitos conforme os papéis sexuais e etários determinados. Consolidam-se as funções de mulher-mãe-frágil-sensível-dependente - atributos até então

¹⁹³ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p.14.

¹⁹⁴ LERNER, Gerda. *op. cit.*, p. 3.

¹⁹⁵ FRIEDRICH, Engels. *op. cit.*, p. 17.

ligados ao mal se tornam a personificação da bondade, alcançada somente mediante a maternidade e sob uma figura assexuada, atrelada ao privado, ao sexo apenas como um caminho para a reprodução, e não para o prazer. Por outro lado, a imagem do homem remete à ideia de política, autoridade, virilidade e espaço público. Ensina-se, mesmo que indiretamente, todo esse processo aos filhos: a filha é chamada à cozinha para ajudar nos afazeres domésticos, enquanto geralmente ao filho se explica sobre seu livre exercício da sexualidade e a necessidade de demonstrar sua masculinidade.

Bourdieu também destaca a função estatal nesse contexto, asseverando que o Estado corrobora as premissas patriarcais mediante um *patriarcado público*, porquanto faz do núcleo familiar a seara orientadora da ordem social como ordem moral, sedimentada primordialmente na autoridade do homem em relação à mulher e do adulto em relação à criança; da representação da moralidade pela força e da coragem mediante o domínio do corpo. Desse modo, o Estado moderno impregna no direito de família, principalmente nas normas definidoras do estado civil dos indivíduos, todas as premissas basilares da visão androcêntrica.¹⁹⁶

Ou seja, tem-se uma concepção de família como uma unidade, ligada à privacidade, intimidade, refúgio, mas não se pode olvidar que ela também é controlada pelo Estado – como por exemplo, quando este dita que homens não podem se casar com homens, tampouco mulheres com mulheres; quando estabelece o aborto como crime; quando estipula os ditames do divórcio, da herança, da pensão, da guarda dos filhos. Assim, denota-se que a família constitui uma instituição social e política, que também controla a sexualidade de seus membros – até porque, para a economia capitalista de mercado, a sociedade é formada por “conjuntos de contratos” – incluindo o contrato de trabalho e o de casamento.¹⁹⁷

Além da família, Bourdieu alega que a Igreja também age de forma indireta sobre as estruturas históricas do inconsciente na medida em que propaga textos e imagens sagradas, chegando a declarar um modelo composto de oposições éticas para legitimar a hierarquia familiar fundamentada na autoridade patriarcal, bem como relegar a mulher à inferioridade mediante divulgações iconográficas.¹⁹⁸

Cabe lembrar que Ilana Novinsky escreveu um ensaio chamado “Heresia, mulher e sexualidade”, em que apresentou suas pesquisas sobre processos de mulheres do Norte e

¹⁹⁶ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 105

¹⁹⁷ CHAUI, Marilena. **Repressão sexual...** *op. cit.*, p. 122/136.

¹⁹⁸ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 103-104

Nordeste no Brasil nos séculos XVI e XVII submetidas à Inquisição, acusadas de feitiçaria, sodomia, bigamia, blasfêmia e incesto. Essas mulheres eram, em geral, comerciantes ou artesãs, chamadas de “vagabundas”, pois profissionalizadas, que geravam sustento à família. Usava-se, ainda, um manual chamado *Malleus maleicarum*, que auxiliava os inquisidores, tanto no Brasil quanto na Europa, a identificar sinais de bruxaria em uma mulher.¹⁹⁹

Uma das versões bíblicas acerca da origem humana consiste na ideia do pecado original, em que Deus criou o homem (Adão) e, retirando dele uma costela, fez a primeira mulher, Eva – uma serviçal ajudadora. (Gênesis 2:18-24) Concedeu-lhes, então, a possibilidade de comer o fruto da árvore da vida, proibindo-lhes a ingestão da árvore do bem e do mal, para que mantivessem a pureza originária. Entretanto, a mulher não respeitou tais preceitos e foi *culpada pelo pecado original* (Gênesis 3:1-5), bem como a própria imagem que se criou de Deus sempre esteve vinculada ao masculino.

No Antigo Testamento, no Livro de Jó, tem-se que “o homem, nascido de mulher, tem vida curta e cheia de tormentos”, uma das demonstrações de que a virgindade se impõe como marco interruptivo da morte e que o sexo deve servir apenas à reprodução – pelo menos em relação às mulheres. Como exemplo, tem-se o culto a Virgem Maria, vista como Imaculada porque inviolável, e também a significação de diversas pinturas medievais em que o amor é simbolizado por vendas nos olhos – representando sua ligação à morte. O corpo é, assim, sagrado, e não deve ceder aos pecados carnavais, observando-se que em *Epístola aos coríntios* tem-se no casamento a solução para se evitar “a impudícia”. Nesse sentido, o cristianismo separa o amor profano (carnal) do amor divino (espiritual) e Santo Agostinho e São Paulo estabeleceram o casamento como um remédio ao pecado.

Nesse contexto, fortalece-se o controle sobre as mulheres, para a manutenção da sacramentação do casamento. A elas é dito que o natural é que sirvam ao homem, bem como que seu corpo deve ser coberto, uma vez que Deus fez o homem à sua imagem e semelhança, e não a mulher, pecadora e carregada de luxúria. O prazer feminino também era, mormente por defensores de concepções aristotélicas, condenado, uma vez que desnecessário para a procriação – enquanto o prazer masculino era visto como imprescindível, pois o consideravam inerente à ejaculação. Passou-se a exigir que as mulheres da nobreza fossem alfabetizadas –

¹⁹⁹ CHAUI, Marilena. **Repressão sexual...** *op. cit.*, p. 99-103.

não por um reconhecimento de direitos, e sim para que a educação pudesse corroborar para a manutenção do *status quo*, ensinando-lhes os saberes conforme a hegemonia masculina.²⁰⁰

A propósito, na Bíblia constam diversas outras passagens que corroboram tudo que foi já dito aqui acerca da inferioridade feminina. Em Gênesis, 3:16, tem-se que: “E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua concepção; com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará.” Já em Eclesiástico, 42:14 (Bíblia católica): “Um homem mau vale mais que uma mulher que (vos) faz bem, mas que se torna causa de vergonha e de confusão”, bem como em Coríntios 11:7-9: “O homem não deve cobrir a cabeça, visto que ele é imagem e glória de Deus; mas a mulher é glória do homem. Pois o homem não se originou da mulher, mas a mulher do homem; além disso, o homem não foi criado por causa da mulher, mas a mulher por causa do homem.”; e em Efésios 5:22-24: “Mulheres, sujeitem-se a seus maridos, como ao Senhor, pois o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, que é o seu corpo, do qual ele é o Salvador. Assim como a igreja está sujeita a Cristo, também as mulheres estejam em tudo sujeitas a seus maridos.”²⁰¹

O casamento civil somente foi criado com o surgimento do Estado moderno, e, a partir do século XX, a Igreja passou a abordar a questão do amor, até então ignorada diante da concepção de sexo e de casamento como dever de meramente procriação e controle do pecado. O amor, materializado com a família formada com o casamento monogâmico e heterossexual, se tornou uma bandeira do catolicismo contra os movimentos socialistas que buscavam o fim das instituições repressivas, e a confissão contribuiu para que o controle sexual continue sendo exercido. Para Bourdieu:

[...] o exercício legítimo da sexualidade, embora possa parecer cada vez mais liberto da obrigação matrimonial, permanece ordenado e subordinado à transmissão do patrimônio, através do casamento, que continua sendo uma das vias legítimas da transferência da riqueza.[...] As famílias burguesas não deixaram de investir nas estratégias de reprodução, sobretudo matrimoniais, visando a conservar ou aumentar seu capital simbólico.²⁰²

²⁰⁰ CHAUI, Marilena. **Repressão sexual...** *op. cit.*, p. 86-97.

²⁰¹ Outros exemplos se encontram em: Pedro, 3:7: “Do mesmo modo vocês, maridos, sejam sábios no convívio com suas mulheres e tratem-nas com honra, como parte mais frágil e co-herdeiras do dom da graça da vida, de forma que não sejam interrompidas as suas orações” e Timóteo, 2:11-13: “A mulher deve aprender em silêncio, com toda a sujeição. Não permito que a mulher ensine, nem que tenha autoridade sobre o homem. Esteja, porém, em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, e depois Eva.”

²⁰² BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 117.

Ademais, para ele, o próprio trabalho doméstico tem como um de seus papéis camuflados o de integração familiar, solidificando relações de parentesco com encontros de família mediante um serviço que é designado como tipicamente feminino.

Finalizando a ideia central no que tange à influência da Igreja e da religião em todo esse processo de naturalização da inferioridade feminina, Gerda Lerner assevera que:

O destronamento da deusa poderosa e a sua substituição por um deus masculino dominante ocorreu na maioria das sociedades do Oriente Médio seguido pelo estabelecimento de um reino forte e imperialista. Aos poucos, a função de controle da fertilidade, anteriormente detida inteiramente pelas deusas, é simbolizada através do acasalamento simbólico ou real do deus masculino ou Deus-Rei com a Deusa ou sua sacerdotisa. Finalmente, a sexualidade (erotismo) e a procriação são divididas no surgimento de deusas separadas para cada função e a Deusa-Mãe é transformada na esposa/consorte do deus masculino chefe. [...] O surgimento do monoteísmo hebraico assume a forma de ataque aos cultos propagados das deusas da fertilidade. Na escrita do Livro de Gênesis, a criatividade e a procriação são atribuídas ao Deus todo-poderoso, cujos epítáfios “Senhor” e “Rei” o determinam como um deus masculino, e a sexualidade feminina que não seja para fins de procriação se torna associado com algo pecaminoso e perverso. [...] Essa desvalorização simbólica da mulher em relação ao divino se torna uma das metáforas encontradas da civilização Ocidental. A outra é fornecida pela filosofia Aristotélica que vê como um dado que as mulheres são humanos incompletos e danificados de uma ordem inteiramente diferente dos homens [...] É com a criação dessas duas construções metafóricas, que foram criadas desde a fundação dos sistemas de símbolos da civilização Ocidental, que a subordinação de mulheres se torna algo visto como “natural”, portanto, tornando-se invisível. Esse é o fator que finalmente firma o patriarcado como uma realidade e como uma ideologia.²⁰³

A Escola, por sua vez, manteve-se sob o comando da Igreja por muito tempo, e, mesmo quando dela dissociada, permaneceu propagando as premissas de representação da autoridade do homem na figura do pai, e também delimitando afinidades e aptidões características de cada gênero, conforme concepções aristotélicas de homem-ativo e mulher-passiva, corroborando para a formação fragmentada da autoimagem de cada indivíduo.

Para Rui Barbosa, a própria ciência demonstra que a educação é antinatural em relação às mulheres: protege-se a saúde feminina quando a escola não é mista, já que a mulher não consegue acompanhar o ritmo do homem e isso pode acarretar prejuízos aos futuros filhos -

²⁰³ LERNER, Gerda. *op. cit.*, p. 5.

assim, a proteção tem como objeto a maternidade. Ademais, ele cita que a co-educação dos sexos instiga a emulação (imitação, rivalidade e competição) e que não se deve misturar o “filho grosseiro de família qualquer” com uma “jovem educada por mãe instruída”.²⁰⁴ Por sua vez, Bourdieu relata que:

De fato, é toda a cultura acadêmica, veiculada pela instituição escolar, que, em suas variáveis tanto literárias ou filosóficas quanto médicas ou jurídicas, nunca deixou de encaminhar, até época recente, modos de pensar e modelos arcaicos [...] e um discurso oficial sobre o segundo sexo, para o qual colaboram teólogos, legistas, médicos e moralistas; em matéria de trabalho, em nome de sua natureza ‘pueril’ e tola, cada época valendo-se para tal dos ‘tesouros’ da época anterior [...]²⁰⁵

Nesse sentido, faz-se mister lembrar que havia livros de boas maneiras, e às meninas era ensinado que não cruzassem as pernas na altura dos joelhos, e sim aos calcanhares - um impedimento à fricção das coxas e de possível masturbação - bem como que não olhassem diretamente aos seus superiores para não os seduzir.²⁰⁶ Os manuais de boas maneiras ensinavam às meninas a etiqueta equivalente ao código moral que organizava a vida e determinava seus limites, complementando-o, criando desde a essência das convicções até a superficialidade dos sinais à mesa as boas mulheres que formariam uma sociedade civilizada: religiosas e boas mães, domésticas e esposas, além de claramente honestas. Como forma de oposição, o “Manual de Boas Maneiras para Meninas”, escrito por Pierre Louys, foi publicado em 1926, visto como um guia libertário e erótico.²⁰⁷

A título exemplificativo, cita-se um livro de Oswaldo Brandão da Silva, de 1938, de “leitura reservada” a meninos para que distinguíssem um “sexo ruim” e um “sexo bom”. Não foi dirigido a meninas porque se supunha que estas casariam virgens e aprenderiam o que lhes coubesse com seus maridos.²⁰⁸ Ademais, não são raros os exemplos de apostilas que diferenciam “brincadeiras para meninos” e “brincadeiras para meninas”, geralmente vinculado-as aos padrões de papéis sociais e de gênero.²⁰⁹

Valéria Fernandes da Silva analisou vários livros didáticos incluídos no Programa Nacional do Livro Didático, o PNLD, o qual atende 24.217.530 estudantes do Ensino

²⁰⁴ CHAUI, Marilena. **Repressão sexual...** *op. cit.*, p. 118-119.

²⁰⁵ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 104.

²⁰⁶ CHAUI, Marilena. **Repressão sexual...** *op. cit.*, p. 111.

²⁰⁷ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/973863-manual-de-boas-maneiras-para-meninas-marcou-literatura-erotica.shtml>>

²⁰⁸ CHAUI, Marilena. **Repressão sexual...** *op. cit.*, p. 20.

²⁰⁹ Ver mais em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/exercicio-sobre-afinidades-de-meninos-e-meninas-causa-polemica,96e2fa9b7ebe1410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>

Fundamental e Médio, verificando um silenciamento acerca das mulheres e de sua importância na história. Embora os últimos guias do PNLD tenham abordado a questão das mulheres, não há significativas representações destas, e sim uma ratificação dos estereótipos dos papéis de gênero e de co-participação feminina nos processos socioculturais.²¹⁰

A autora também cita que no livro do sétimo ano da coleção “Saber e Fazer História”, por exemplo, não há menção às mulheres, bem como um caso ocorrido em sala de aula em que uma aluna ficou surpresa ao saber que havia mulheres desde a pré-história – uma vez que comumente se utiliza apenas a expressão “homens das cavernas”. Para Valéria:

O universal masculino, largamente utilizado, invisibiliza as mulheres, oculta a sua presença em nome de um suposto bom uso da língua, mas pode gerar este tipo de confusão na cabeça dos mais jovens. Dentre as coleções listadas nos PNLD, há pelo menos duas que usam o universal masculino no título: ‘Estudar História: das Origens do Homem à Era Digital’ (Ensino Fundamental) e ‘Caminhos do Homem’ (Ensino Médio), sem atentar para seu caráter excludente e androcêntrico.²¹¹

Lembra-se que diversos livros corroboram também para a representação de família como uma instituição necessariamente mononuclear, branca, de classe média e com a figura paterna simbolizada mediante um homem de negócios, utilizando terno, enquanto a mãe é colocada como a dona de casa, com avental, designada ao trabalho doméstico. A escola deve ser democrática, plural, e não um espaço por meio do qual se impõe o homem como sujeito universal e se apaga a mulher como sujeito histórico. Para Navarro-Swain, a história do Ocidente “naturaliza as relações e funções atribuídas a mulheres e homens, re-criando-as e desenvolvendo uma política do esquecimento, que apaga o plural e o múltiplo do humano.”²¹²

Passando-se à literatura, a brasileira Simone Campos, escritora de personagens femininas, assegura que ainda faltam personagens que representem mulheres fortes e reais, afirmando que “algumas mulheres parecem estar nos livros apenas para ocupar lugar, para fazer tudo por um filho, um marido ou um pretendente”. No seu livro mais recente, *A vez de morrer*, ela aborda temas como estupro e *revenge porn*.²¹³

²¹⁰ SILVA, Valéria Fernandes da. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas** [livro eletrônico] / organizadoras Cristina Stevens, Susane Rodrigues de Oliveira e Valeska Zanillo. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014, p. 263.

²¹¹ SILVA, Valéria Fernandes da. *op. cit.*, p. 265.

²¹² NAVARRO-SWAIN, Tânia. **Você disse Imaginário?** 2000. IN: SILVA, Valéria Fernandes da. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas** [livro eletrônico] / organizadoras Cristina Stevens, Susane Rodrigues de Oliveira e Valeska Zanillo. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014, p. 270.

²¹³ Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/08/cultura/1415458106_217212.html>

Cabe citar que, no romance *Lucíola*²¹⁴, a personagem (menina) se prostitui para salvar a família e, ao encontrar o verdadeiro amor, renuncia a este por se sentir indigna de formar uma nova família, pedindo que ele se case com sua irmã. Em *Amar, verbo intransitivo*²¹⁵, faz-se uma crítica à moral burguesa repressiva e hipócrita.

Para Chauí, apesar de os contos infantis instigarem e libertarem a criatividade da criança, alguns acabam por endossar os parâmetros de representação sexual dominantes e os estereótipos da feminilidade e da masculinidade, indicando o que é permitido, o que deve ser punido, o que é normal ou anormal sexualmente. Por exemplo: em “Chapeuzinho Vermelho”, tem-se a figura do homem representada pelo “lobo mau”, de sexualidade animalesca, que pretende seduzir e “comer” a ingênua menina. Já em “João e Maria”, as crianças caem em uma armadilha da *bruxa*, figura sexualizada e vinculada ao demônio, morta pelo pai das crianças quando as resgata.²¹⁶ Já Engels nota que:

[...] entre os gregos, encontramos, com toda a sua severidade, a nova forma de família [refere-se à família monogâmica]. Enquanto a situação das deusas na mitologia, como assinala Marx, nos fala de um período anterior, em que as mulheres ocupavam uma posição mais livre e de maior consideração, nos tempos heróicos já vemos a mulher humilhada pelo predomínio do homem e pela concorrência das escravas. Leia-se na Odisséia, como Telêmaco interrompe sua mãe e lhe impõe silêncio. Em Homero, os vencedores aplacam seus apetites sexuais nas jovens capturadas, escolhendo os chefes para si, por turno e segundo a sua categoria, as mais formosas; e é sabido que toda a Ilíada gira em torno de uma disputa mantida entre Aquiles e Agamenon por causa de uma escrava. Junto a cada herói, mais ou menos importante, Homero fala da jovem cativa que vive em sua tenda e dorme em seu leito.²¹⁷

A autora Cristina Stevens analisou a representação literária da violência contra a mulher, sendo tal violência considerada sob o viés da dominação masculina na produção do conhecimento, da religião e de marcos éticos e socioculturais – sem criar uma oposição maniqueísta entre homens e mulheres, e sim buscando uma nova leitura do passado histórico e literário destas, com o fim do silêncio feminino.²¹⁸

²¹⁴ ALENCAR, Jose de. **Lucíola**. São Paulo: Moderna, 1998.

²¹⁵ ANDRADE, Mario de. **Amar, verbo intransitivo : idílio**. 19. ed. Belo Horizonte: Villa Rica, 1993

²¹⁶ CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual...** *op. cit.*, p. 33/35.

²¹⁷ FRIEDRICH, Engels. *op. cit.*, p. 17.

²¹⁸ STEVENS, Cristina Maria Teixeira. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas** [livro eletrônico] / organizadoras Cristina Stevens, Susane Rodrigues de Oliveira e Valeska Zanella. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014, p. 185.

Na historiografia tradicional e na literatura não se descobre quase nada acerca da vida de mulheres, uma vez que muito pouco foi registrado. Na obra metateórica “Um teto todo seu”, Virgínia Woolf busca encontrar um passado das mulheres nos registros históricos tradicionais, sobre como elas viviam em outros séculos. Na obra, a autora relata, paradoxalmente, que a mulher foi sim objeto de produção literária – mas sempre por homens e da forma que por eles era escolhida, camuflando, muitas vezes, a sua real situação. Ademais, alega que a poesia depende da liberdade intelectual, a qual, por sua vez, depende de coisas materiais – e a maioria das mulheres sempre foi pobre. Cita-se um trecho do livro em comento que retrata claramente o pensamento da autora:

Seja como for, não pude deixar de pensar, enquanto olhava as obras de Shakespeare na prateleira, que o bispo tinha razão pelo menos nisso: teria sido completa e inteiramente impossível a qualquer mulher ter escrito as peças de Shakespeare na época de Shakespeare. Permitam-me imaginar, já que é tão difícil descobrir fatos, o que teria acontecido se Shakespeare tivesse tido uma irmã maravilhosamente dotada, chamada, digamos, Judith. [...] Sua extraordinariamente bem-dotada irmã, suponhamos, permanecia em casa. Era tão audaciosa, tão imaginativa, tão ansiosa por ver o mundo quanto ele. Mas não foi mandada à escola. Não teve oportunidade de aprender gramática e lógica, quanto menos ler Horácio e Virgílio. Pegava um livro de vez em quando, talvez algum do irmão, e lia algumas páginas. Mas nessas ocasiões, os pais entravam e lhe diziam que fosse remendar as meias ou cuidar do guisado e que não andasse no mundo da lua com livros e papéis.²¹⁹

Denota-se também no cinema uma menor representatividade de mulheres, tanto no que se refere ao protagonismo de atuar quando no que tange à direção dos filmes e construção de narrativas. Revela-se o machismo escancarado, com a erotização do corpo feminino, a constante presença da violência sexual e psicológica, personagens femininas como secundárias no enredo, bem como o reducionismo do maniqueísmo quanto à personalidade das mulheres. A título exemplificativo, o filme “Precious” é um dos poucos que revela a realidade da opressão abordada neste trabalho, explorando o cotidiano de uma jovem negra e sua exposição à violência sexual, física e psicológica.²²⁰

Conforme o estudo “Gender inequality in 500 popular films”, realizado por Stacy L. Smith, da Califórnia, de cem filmes com maior bilheteria nos EUA em 2012, apenas 28,4% dos personagens com fala são mulheres; somente dois filmes contam com um elenco com

²¹⁹ WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

²²⁰ Ver mais em: <http://www.imdb.com/title/tt0929632/>

mais mulheres do que homens; e 31% das mulheres aparecem parcial ou totalmente nuas, enquanto este índice representa 9,4% dos homens. Ademais, dos referidos 100 filmes, apenas 16.7% de 1.228 diretores, roteiristas e produtores são mulheres.²²¹

Os números referentes a 2011 também foram expostos em uma pesquisa realizada por Martha Lauzen, a qual verificou que as personagens femininas foram mais propensas a serem identificadas pelo seu estado civil – 60% dos personagens masculinos não são caracterizados por esse fator, enquanto a porcentagem cai para 40% no que tange às mulheres – enquanto os homens são mais vistos pelo viés profissional. Ademais, personagens femininos foram protagonistas apenas em 11% dos cem filmes de maior bilheteria no mesmo ano.²²²

Consoante informações da revista *Forbes*, que realiza anualmente uma classificação dos intérpretes mais bem pagos de Hollywood, o total dos pagamentos do grupo de dez atores que mais receberam neste ano corresponde a 334 milhões de euros (aproximadamente 1, 1 bilhão de reais), enquanto as dez atrizes mais bem pagas do mesmo setor receberam 180 milhões. O primeiro dos atores, Robert Downey Jr., recebeu 180 milhões de reais de junho de 2013 a junho de 2014, e Sandra Bullock, a mais bem paga das mulheres, 125 milhões.²²³

Outro estudo de 2009 realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – revela que, apesar do recente crescimento econômico e das políticas voltadas à redução dessas assimetrias, as diferenças salariais relacionadas a gênero e etnia se mantêm presentes de forma relevante nos países latino-americanos. Mediante a análise de 18 países da região, verificou-se que as mulheres, os/as negros/as e os/as indígenas auferem salários inferiores aos dos homens brancos na América Latina: os homens ganham mais que as mulheres em todas as faixas etárias, níveis de instrução, tipo de emprego ou de empresa; em média, recebem 10% a mais que as mulheres, ainda que estas detenham maior nível de instrução, observando-se que, quando a idade e o nível de instrução são os mesmos, essa diferença equivale a 17%. No caso

²²¹SMITH, Stacy L. **Gender inequality in 500 popular films: Examining On-Screen Portrayals and Behind-the-scenes Employment Patterns in Motion Pictures Released between 2007-2012**. Annenberg School for Communication & Journalism. 2013. Disponível em: <http://annenberg.usc.edu/pages/~media/MDSCI/Gender_Inequality_in_500_Popular_Films_-_Smith_2013.ashx>

²²²LAUZEN, Martha M. **It's a Man (Celluloid) World: On-Screen Representations of Female Characters in the Top 100 Films in 2011**. Center for the Study of Women in Television and Film. 2012. Disponível em: <http://womenintvfilm.sdsu.edu/files/2011_Its_a_Mans_World_Exec_Summ.pdf>

²²³ Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/20/estilo/1416510766_397246.html; <http://www.theguardian.com/world/2014/mar/11/mans-celluloid-world-study-finds-women-under-represented-film>

do Brasil, os homens ganham aproximadamente 30% a mais que as mulheres de mesma idade e nível de instrução.²²⁴

Os anúncios publicitários também corroboram os estereótipos de papéis sexuais-sociais, proclamando quais são os produtos próprios para as mulheres e os que o são para homens, crianças, jovens, e padronizando os desejos e objetos de satisfação. Há diversos comerciais em que se apela à propagação do erotismo da figura e do corpo feminino - como geralmente acontece em propagandas de cerveja – e também se deve atentar ao quanto a propaganda manipula a dimensão infantil, condicionando a criança.²²⁵ Ademais, os comerciais de produtos de limpeza e afins são comumente formulados de forma direcionada às mulheres, vistas como seu único público-alvo e responsáveis pela limpeza e manutenção da casa. Nas palavras de Maria do Rosário:

As estratégias de comunicação em geral, vinculadas ao mercado e à necessidade de vender produtos, geraram uma relação muito direta entre consumo, prazer e poder. E a mulher aparece aí quase que como o próprio produto de consumo. É assim que se vende cerveja, é assim que se vende carro, é assim que se vendem máquinas de lavar roupa - por motivos óbvios -, se vende qualquer coisa a partir da figura feminina, especialmente a partir do corpo da mulher. Sem falar da fragmentação do próprio corpo feminino que vem ocorrendo já há muito tempo. Desde grupos musicais até programas de televisão, os meios de comunicação de massa em geral construíram uma idéia da mulher a partir de partes do seu corpo.²²⁶

Tais posturas também se revelam mediante a veiculação, mormente no que tange às mulheres negras, de diversas músicas e videoclipes sexistas com suas linguagens específicas – e, por serem “apenas canções” acabam, por diversas vezes, ignoradas e vistas apenas como algo rotineiro e sem qualquer influência. Contudo, o cenário musical contribui para a manutenção do processo em tela, e, como os demais elementos citados, é justamente o que é banalizado que requer mais reflexão, porquanto já incorporado como natural e comum.

²²⁴ ÑOPO, Hugo Bid; ATAL, Juan Pablo; WINDER, Natalia. Old Disparities - Gender and Ethnic Wage Gaps in Latin America. IDB Wordking Paper Series. N. 109, 2014. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=2208929>>

²²⁵ Como exemplos, pode-se citar os seguintes links: <http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/15-anuncios-acusados-de-promover-a-violencia-contr-a-mulher/lista>; www.dzai.com.br/static/conteudos/2013/06/09/80/80782/posts/e20163294802ade7c9b0296ba559b62c.jpg; <http://www.dzai.com.br/static/conteudos/2013/06/09/80/80782/posts/941018e98a586d7627179f0a7e95dbc9.jpg>; <http://edhy.com.br/wp-content/uploads/2013/10/propaganda-politicamente-incorreta-3.jpg> ; <http://edhy.com.br/wp-content/uploads/2013/10/propaganda-politicamente-incorreta-18.jpg>; <http://edhy.com.br/wp-content/uploads/2013/10/propaganda-politicamente-incorreta-101.jpg>

²²⁶ ROSÁRIO, Maria do. **A exploração da mulher na mídia estimula violência sexual**. Agência Carta Maior, 2004. Disponível em: <<http://pedrokemp.com.br/geral/cpi-exploracao-pela-midia-estimula-violencia-sexual/797/22/07/2004/>>

Não faltam exemplos de músicas que contêm os termos “cachorra”, “piriguete” e “piranha”, determinando representações do corpo feminino como mercadoria, produto, objeto de satisfação masculina, bem como sob um viés de julgamento moral e sexual. A música “Caladinha”, interpretada pelo “Bonde do Tigrão”, contêm as seguintes frases: “Mãos para o alto novinha / Porque? Por que hoje tu tá presa tu tá presa o tu tá / Presa / E agora eu vou falar os seus direitos / Tu tem direito de sentar, tem o direito de quicar / Tem o direito de sentar, de quicar, de rebolar / Você também tem o direito de ficar caladinha.”

Por outro lado, embora o machismo não tenha sido extirpado da musicalidade como um fenômeno mundial (e o pop norte-americano nos concede diversos exemplos disso), tampouco do funk, a liberdade sexual feminina é hoje um dos grandes temas deste gênero musical quando interpretado por mulheres – apesar das diversas alusões a outras mulheres como uma guerra contínua e uma disputa pelos homens, a ocupação do palco por uma mulher ao microfone simboliza empoderamento, sobretudo quando esta afirma sua autonomia, escancara seu direito ao prazer, fala abertamente sobre seus desejos e quebra paradigmas de beleza e de estereótipos, observando-se que a autorreferência de termos e a sua ressignificação pode também desmitificar a ideia de mulher-santa-passiva, que não detém desejos sexuais e liberdade para fazer uso de seu corpo como lhe convier (sem amarras, sem opressão, sem padrões androcêntricos).

A título exemplificativo, também como contraponto, cito as músicas de Chico Buarque: a) “Mulheres de Atenas”, a qual denota a imagem inferiorizada que se faz da mulher como sexo frágil, que vivem por seus heroicos maridos e detêm por eles exacerbada tolerância; b) a atemporal “Geni e o Zepelim”, em que se retrata ironicamente a hipocrisia social e a ideologia discriminatória e machista ao endeusar e apredrejar a mesma mulher, bem como a relação de poder e de estupro vinculadas a noções falocêntricas exercidas pelo comandante sobre Geni e naturalizadas pelo olhar social.

Nesse contexto, cabe abordar, em linhas gerais, a influência da mídia em questões de gênero, uma vez que esta se reveste como um instrumento de massa e de propagação ideológica. Os meios de comunicação tornaram-se um dos artefatos mais efetivos para a perpetuação do discurso sexista, considerando-se a abrangência de sua eficácia diante de seus recortes mercadológicos – pelos anúncios publicitários, pelo universo da moda, dos telejornais, das novelas e das redes sociais, entre outros, condicionando uma tendência

comportamental e uma visão conjuntural específicas que vão de encontro à igualdade, não apenas no que tange ao gênero.

Assim, faz-se necessário uma análise de relação midiática com a discriminação e a opressão da mulher, mormente quando as demandas feministas de combate aos anúncios sexistas são vistas como censura à liberdade de criação publicitária.²²⁷

Como resultado, tem-se a extrema exposição da imagem da mulher, a erotização de seu corpo, a exaltação do consumo feminino e o seu papel secundário no protagonismo e na gerência de programas jornalísticos. Em uma pesquisa realizada em 2005 e publicada pela revista *Imprensa*, verificou-se, acerca de cargos de decisão, que 33,05% eram ocupados por mulheres nos jornais, enquanto nas revistas as mulheres representavam 39,86%; na TV, 35,08%, e 40,14% na internet.

Por sua vez, no Reino Unido, o *The Media Briefing* contava, em 2012, com apenas 18,8% percentual de mulheres entre os/as integrantes do conselho de 23 das mais expressivas empresas de mídia. Em uma pesquisa da Associação Britânica de Mulheres, denotou-se que, em 2011, apenas 3% dos/as jornalistas de esportes eram mulheres.²²⁸

Ademais, relatórios do Women's Media Center (WMC), dos EUA²²⁹, demonstraram que as mulheres ocupavam apenas 3% dos cargos de direção das empresas de comunicação daquele país e eram responsáveis por menos de 25% das publicações de opinião dos jornais americanos em 2010.

Nesse sentido, o longa “Miss Representation”, de 2011, escrito, dirigido e produzido por Jennifer Siebel Newsom, denota como a mídia, perpetuando ideais patriarcais, corrobora o processo de pequena participação das mulheres em âmbitos públicos e políticos.²³⁰

Em 1995, Margareth Gallagher orientou a pesquisa “An unfinished story: gender patterns in media employment”²³¹, analisando 239 empresas de mídia de 43 países. A pesquisadora constatou casos de assédio sexual e moral exercidos por executivos das companhias contra mulheres e que, na maior parte das instituições, as mulheres não

²²⁷ VELOSO, Ana. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas** [livro eletrônico] / organizadoras Cristina Stevens, Susane Rodrigues de Oliveira e Valeska Zanello. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014, p.408.

²²⁸ VELOSO, Ana. *op. cit.*, p. 409-413.

²²⁹ Disponível em: <<http://www.womensmediacenter.com/>>

²³⁰ VELOSO, Ana. *op. cit.*, p. 412.

²³¹ GALLAGHER, Margareth. **An unfinished story: gender patterns in media employment**. 1995. Disponível em: <<http://www.themediabriefing.com/article/2012-10-16/board-members>>

compunham mais de 30% dos postos de direção – excetuando-se alguns países nórdicos, em que havia menor desigualdade.

É imprescindível, portanto, que prevaleçam premissas que contrariem a desigualdade de gênero, mormente suas manifestações mediante o assédio e a violência sexuais e as distinções que se revelam quanto ao salário e ao reconhecimento do trabalho e da formação de homens e mulheres – e não a propagação de ideais como os difundidos por Julien Blanc, por exemplo, americano que realiza conferências mundialmente para ensinar os homens a “pegar mulheres”, corroborando a cultura do estupro na medida em que o teor do seu discurso abarca técnicas como forçar o rosto de mulheres em direção à virilha masculina, sufocá-las em bares e ignorá-las quando negarem um contato sexual, bem como realizar ofensas racistas e buscar diminuir a autoestima das mulheres.²³² Tem-se, tragicamente, um Frank Mackey, personagem de Tom Cruise no filme *Magnólia*, o qual proferia palestras sobre sedução e dominação masculina - e cujo principal jargão consistia em: “*Respect the cock.*”²³³

Ademais, não faltam exemplos de como essa cultura do estupro, a difusão de premissas discriminatórias contra a mulher e a violência em si continuam presentes mundialmente e, por diversas vezes, naturalizadas. Um exemplo recente consiste no caso de Roger Abdelmassih, médico e proprietário de uma das clínicas de reprodução assistida mais famosas do país, condenado em 2010 a 278 anos de prisão por 48 ataques sexuais a 37 mulheres entre 1995 e 2008, havendo novas acusações posteriores. Com a reforma da sentença pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, realizada neste ano, sua pena foi reduzida a 181 anos, 11 meses e 12 dias de prisão. Em conversas telefônicas, Abdelmassih afirmou que suas ex-pacientes são “doentes mentais”.²³⁴

Outras situações extremamente recorrentes são os casos de estupros em festas e trotes universitários, em que as mulheres são submetidas desde práticas vexatórias e músicas sexistas à violência física e psicológica. Os casos de violência sexual perpetrados por alunos da Faculdade de Medicina da USP contra suas colegas está sendo debatido pelo poder público do estado São Paulo desde o começo de novembro, quando algumas matérias jornalísticas

²³² Ver mais em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vOAYQNCUxeU>>; <http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/nov/05/julien-blanc-the-female-attraction-expert-glorifies-sexual-violence-the-less-seminars-he-holds-the-better>

²³³ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=bbanWHx5AFQ>>

²³⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/10/elas-sao-doentes-mentais-diz-roger-abdelmassih-sobre-vitimas.html>>; <<http://www.terra.com.br/istoe-temp/edicoes/2045/imprime123221.htm>> ; <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/10/justica-de-sp-reduz-de-278-para-181-anos-pena-de-roger-abdelmassih.html>>

revelaram a cultura do estupro e de silêncio da referida universidade. A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do estado está realizando audiências públicas sobre a questão para ouvir estudantes e autoridades da universidade e investigar as denúncias em comento. Durante o programa Gabinete Aberto de 24/11/2014²³⁵, a secretária municipal de Políticas para Mulheres, Denise Motta Dau, falou sobre um “esquema” utilizado para que os abusos fossem realizados nas festas da FMUSP, mediante a venda de bebidas alteradas e a montagem de tendas com colchões, bem como sobre a culpabilização das vítimas. Ademais, Denise abordou outra questão importante: é nesse contexto que ocorre a formação de profissionais de saúde, que atenderão diversas mulheres em seus consultórios, apoiando a necessidade de se inverter essa lógica opressiva.

Muitas mulheres ainda são silenciadas e até questionadas acerca de sua “culpa”, de sua “participação” no crime do qual foram vítimas, sendo que muitos agressores não se veem nessa posição. Nesse sentido, Vigarello afirma que:

Uma certeza tradicional vem confirmar essa análise da aparência dos gestos realizados: a suposta ausência, na mulher, de um comportamento responsável, uma dúvida sobre suas decisões pessoais e privadas. Devemos dizer que a história do estupro se encontra aqui com a história das representações da consciência, e também com a das representações da feminilidade. Outro conjunto de razões leva, assim, a mascarar a violência sexual: as diversas maneiras de recusar à mulher um status de sujeito.²³⁶

A título exemplificativo, lembra-se que, há poucos meses, uma aluna da UFMG denunciou um caso em rede social sobre músicas sexistas que foram cantadas por integrantes da bateria da Atlética de Engenharia da mesma universidade – observando-se que um dos versos consistia em “não é estupro, é sexo surpresa.”²³⁷

Nesse sentido, uma pesquisa publicada em março deste ano pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre a tolerância social à violência contra as mulheres denota a naturalização desta, bem como a exigência de um padrão moral de sexualidade da mulher conforme o modelo patriarcal – e a consequente culpabilização da vítima nos casos de

²³⁵ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=15gzey8ujYA>>

²³⁶ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 43.

²³⁷ Ver mais em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,alunas-denunciam-estupros-em-festas-da-medicina-da-usp,1591263>; <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2014/09/aluna-da-ufmg-se-revolta-com-colegas-por-musica-sexista-em-bh.html>; <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/09/alunas-lutam-contraviolencia-sexual-com-mulheres-em-universidades.html>; <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/09/alunas-lutam-contraviolencia-sexual-com-mulheres-em-universidades.html>; <http://www.otempo.com.br/cidades/estudantes-da-ufmg-fazem-apologia-ao-estupro-e-geram-revolta-em-bh-1.919877>

violência sexual quando tal padrão não for seguido. Denota-se, assim, a violência como uma resposta de controle do corpo da mulher e de “pena privada” por seu mau comportamento.²³⁸

Apesar de, conforme a pesquisa, 70% dos 3.810 entrevistados alegarem discordar do o fato de que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, quando se falou claramente acerca de estupro – “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”- a concordância representou quase 60%, e 63% concordaram, total ou parcialmente que “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”.²³⁹

Percebe-se, então, a contínua necessidade de se debater acerca da violência de gênero, tornando-a um tema público que não pode e não deve ser silenciado na esfera privada, como também a evidente cultura do estupro, culpando a vítima pelo crime que contra ela foi cometido mediante argumentos como “ela usava roupas curtas”, “estava pedindo”, “deveria ser mais recatada” – como se os homens fossem justificadamente animais incontroláveis e as mulheres que usam burcas e cobrem seu corpo todo com peças de roupa não fossem vítimas de violência sexual. Felizmente, 73% discordaram da afirmação de que “a questão da violência contra as mulheres recebe mais importância do que merece”.

Lembra-se, ainda, que cerca de 42% dos entrevistados concordou, parcial ou totalmente, com a assertiva de que “a mulher casada deve satisfazer o marido na cama, mesmo quando não tem vontade”, enquanto mais da metade concordou que “tem mulher que é pra casar, tem mulher que é pra cama” - relevando o quanto a ideia de estupro marital ainda é ignorada, naturalizada e legitimada pela forma com que o corpo da mulher casada é visto: manter-se a serviço do marido, independentemente de seu consentimento (que é considerado presumido como dever matrimonial), como também que algumas mulheres, sobretudo devido a sua liberdade e vida sexual, não são consideradas adequadas como esposas.²⁴⁰

Ademais, quase 64% dos entrevistados e das entrevistadas afirmaram concordar total ou parcialmente com a ideia de que “os homens devem ser a cabeça do lar”, bem como 79% concordou, total ou parcialmente, que “toda mulher sonha em se casar”. Isso retoma a ideia do

²³⁸ SIPS - Sistema de Indicadores de Percepção Social. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Ipea, 2014. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf>. A pesquisa foi aplicada, entre maio e junho de 2013, em municípios metropolitanos e não-metropolitanos das cinco Grandes Regiões para uma amostra de 3810 indivíduos, de ambos os sexos.

²³⁹ Nesse sentido também: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/11/141126_mulheres_hungria_lab>

²⁴⁰ SIPS - Sistema de Indicadores de Percepção Social. **Tolerância social à violência contra as mulheres**, *op. cit.*, Ipea, 2014, p. 10-11.

homem como chefe familiar, detentor do poder econômico e de decisão e da autoridade sobre os filhos e a esposa, e figura da mulher caracterizada por seu estado civil, pela heteronormatividade, pela necessidade de sua monogamia e a dependência de um parceiro – os quais, aliados principalmente à imposição da maternidade, que vê o corpo da mulher aprisionado à reprodução, constituem o senso comum de plenitude e de submissão feminina, resguardada ao espaço privado e à ausência de autonomia. Configuram, assim, um dos cernes mais solidificados da instituição familiar patriarcal.

Nesse contexto, cabe lembrar também o levantamento realizado pelo site “Think Olga”, por meio da campanha “Chega de Fiu-Fiu”, em que 99,6% das entrevistadas (aproximadamente 7.731 mulheres) afirmaram já terem sido assediadas no espaço público; 83% afirmaram não gostarem de ouvir cantadas na rua; 81% alegaram já terem deixado de ir a algum lugar, ou de terem alterado seu trajeto por medo de assédio e 90% das entrevistadas relataram já terem mudado suas roupas por medo de assédio.²⁴¹ A campanha lançou uma breve cartilha²⁴² sobre assédio sexual em parceria com o estado de São Paulo e divulgou um projeto para a realização de um documentário sobre o tema.²⁴³

Depreende-se dessas premissas, então, que, sob o viés machista, o fato de a mulher sair às ruas, ocupar o espaço público e o fazer com as roupas que desejar implica uma transgressão de regras sociais pré-estabelecidas – como se as mulheres invadissem um território alheio, e, por isso, estariam justificando uma possível agressão sexual contra elas; como se isso justificasse a invasão realizada a seu próprio corpo e a suas escolhas, tornados públicos por uma decisão alheia.

E aqui é necessário enfatizar: as mulheres reivindicam, há muitos anos, o espaço público e a dicotomia que ele representa por ser um âmbito político, institucional, social e cultural, mas ainda fortemente vinculado ao masculino. Entretanto, lutar pelo espaço público não é negar, tampouco desvalorizar o privado.

Nesse sentido, é imprescindível abordar, em linhas gerais, o movimento internacional de mulheres intitulado “Marcha das Vadias”, criado em abril de 2011 na cidade de Toronto, no Canadá, em resposta ao comentário de um policial que afirmou que, para evitar estupros em uma universidade, as mulheres deveriam parar de se vestir como “*sluts*” (vadias, em português). Assim, teve início a *SlutWalk*, em que mais de 3 mil mulheres canadenses foram

²⁴¹ THINK OLGA. **Campanha Chega de Fiu Fiu**. Disponível em: <<http://thinkolga.com/chega-de-fiu-fiu/>>

²⁴² Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/FolderAssedio.pdf>>

²⁴³ Disponível em: <http://catarse.me/pt/videochegadefiufiu>

às ruas para protestar contra o discurso de culpabilização das vítimas de violência sexual e de qualquer outro gênero de violência contra as mulheres. Desde então, outras manifestações semelhantes aconteceram em mais de 30 cidades, em vários países – como Costa Rica, Honduras, México, Nicarágua, Suécia, Nova Zelândia, Inglaterra, Israel, Estados Unidos, Argentina e Brasil. Esse movimento busca a liberdade da mulher e de seu corpo, seu direito de ir e vir, o direito de se relacionar com quem e como quiserem e de se vestirem como acharem pertinente, sem a iminente possibilidade de sofrerem violência sexual, psicológica, simbólica, física, e, ainda, serem responsabilizadas por isso. No que tange ao uso do termo “vadias”, retornamos à intenção de ressignificação suscitada quanto as letras de funk.²⁴⁴

Retorna-se a Bourdieu, para quem a junção desses fatores de ordem simbólica determina às mulheres que:

[...] através da experiência de uma ordem social, ‘sexualmente’ ordenada e das chamadas à ordem explícitas que lhes são dirigidas por seus pais, seus professores e seus colegas, e dotadas de princípios de visão que elas próprias adquiriram em experiências de mundo semelhantes, as meninas incorporam, sob forma de esquemas de percepção e de avaliação dificilmente acessíveis à consciência, os princípios da visão dominante que as levam a achar normal, ou mesmo natural, a ordem social tal como é e a prever, de certo modo, o próprio destino, recusando as posições ou as carreiras de que estão sistematicamente excluídas e encaminhando-se para as que lhes são sistematicamente destinadas. A constância dos *habitus* que daí resulta é, assim, um dos fatores mais importantes da relativa constância da estrutura da divisão sexual de trabalho: pelo fato de serem estes princípios transmitidos, essencialmente, corpo a corpo, aquém da consciência e do discurso, eles escapam, em grande parte, às tomadas de controle consciente e, simultaneamente, às transformações ou às correções (como o comprovam as defasagens, não raro observadas, entre as declarações e as práticas [...]); além disso, sendo objetivamente orquestrados, eles se confirmam e se reforçam mutuamente.

Cabe frisar, então, que não se pode atribuir deliberadamente às mulheres a responsabilidade e a concepção de que elas optam por condutas submissas ou mesmo que elas gostam da opressão que lhes é exercida. Além de isso ser um pretexto para a própria culpabilização da vítima, tal processo é produto de estruturas objetivas e não necessariamente um ato intelectual consciente, isolado e livre – e nesse ponto Bourdieu critica Marx quanto à ideia de que a tomada de consciência implica automaticamente a libertação das mulheres.²⁴⁵

²⁴⁴ Ver mais em: <<http://marchadasvadiasdf.wordpress.com/>>

²⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 52-53.

Enfatiza-se, assim, a necessidade de um trabalho de desconstrução desse processo, mediante um desligamento do conhecimento inconsciente androcêntrico, para que se possa compreender tais manifestações sexistas, buscando a reapropriação de determinados conhecimentos (*anamnese*) em processos coletivo e individual, os quais determinam o sistema de premissas imperativas de cada homem ou mulher. Não se pode reduzir a luta das mulheres a uma conscientização – ainda que seja o primeiro e imprescindível passo:²⁴⁶

[...]Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes. A violência simbólica não se processa senão através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato este que se efetiva aquém da consciência e da vontade e que confere seu ‘poder hipnótico’ a todas as suas manifestações, injunções, sedução, ameaças, censuras, ordens ou chamadas à ordem. Mas uma relação de dominação que só funciona por meio dessa cumplicidade de tendências depende, profundamente, para sua perpetuação ou para sua transformação, da perpetuação ou da transformação das estruturas de que tais disposições são resultantes (particularmente da estrutura de um mercado de bens simbólicos cuja lei fundamental é que as mulheres nele são tratadas como objetos que circulam de baixo pra cima).²⁴⁷

Nessa seara, Bourdieu afirma a necessidade de se reconstruir a história mediante uma história das mulheres, alterando as estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina que se reproduz através dos tempos. A pesquisa histórica não pode se restringir a explicitar as mudanças da condição feminina e a relação entre os gêneros, e sim delimitar o sistema de agentes, de instituições, de estratégias e de mecanismos estruturais que condicionaram, em cada conjuntura, o disfarce das relações de dominação masculina e de desigualdade entre homens e mulheres, garantindo a perpetuação dessa ordem.²⁴⁸

Rachel Soihet afirma que a emergência de uma história das mulheres foi essencial para se desmitificar correntes historiográficas, produtos do Iluminismo, que se achavam orientadas pela verdade e imparcialidade, excluindo as mulheres da participação de seus relatos.²⁴⁹

²⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 70.

²⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 54-55.

²⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina...** *op. cit.*, p. 100-103.

²⁴⁹ SOIHET, Rachel. **Gênero e Ciências Humanas...** *op. cit.*, p. 97.

Já Gerda Lerner afirma que:

Antropólogos, críticos literários, sociólogos, cientistas sociais e poetas têm nos fornecido trabalhos teóricos baseados em ‘história’, mas o trabalho de especialistas em História das Mulheres não se tornou parte do discurso comum [...] Desde o tempo das listas de reis na antiga Suméria, historiadores, que foram padres, serviçais reais, escrivães, clérigos ou uma classe profissional de intelectuais de formação universitária, têm selecionado os eventos a serem registrados e os interpretaram de maneira a dá-lhes sentido e significado. Até um passado recente, estes historiadores foram homens e eles registraram somente o que foi considerado significativo dos feitos e experiências masculinas. Eles chamaram isto de história e reivindicaram sua universalidade. Os feitos e as experiências femininas não foram registrados, mas negligenciados e ignorados nas suas interpretações. Os estudos históricos, até um passado recente, viram as mulheres como marginais na criação da civilização e desnecessárias nas buscas definidas como historicamente importantes.²⁵⁰

Assim, o registro escrito e interpretado do passado da raça humana é apenas um registro parcial, pois omite o passado da metade da humanidade, e é distorcido, porque revela apenas o ponto de vista da parte masculina da humanidade. Para a autora, é um erro tratar das mulheres como meras vítimas quando, na verdade, elas foram vitimizadas por diversos fatores ao serem subordinadas aos homens; sempre foram imprescindíveis como agentes históricos e sociais, mas não puderam contar e interpretar a história sob seus prismas.

Já a tomada de consciência feminina acerca da imposição de sua condição subalterna implicou o início da mudança deste paradigma, ressaltando-se que as diferenças biológicas entre homens e mulheres existem, mas os valores referentes a essas distinções são construções culturais.²⁵¹

Para Andrea Dworkin, as mulheres são treinadas desde que nascem para aceitarem serem punidas quando não se submetem o suficiente, jogadas às barreiras do sistema masculino-positivo. Perpetua-se a realidade, uma vez que:

[...] as instituições culturais e sociais construídas em suas premissas também personificam e reforçam essas premissas. Literatura, religião, psicologia, educação, medicina, a ciência da biologia como compreendida atualmente, as ciências sociais, a família nuclear, o Estado-nação, a polícia, os exércitos, e o direito civil – todos personificam a realidade dada e a reforçam em nós. A realidade dada é, naturalmente, que há dois sexos, macho e fêmea; que estes dois sexos são opostos

²⁵⁰ LERNER, Gerda. *op. cit.*, p. 1.

²⁵¹ LERNER, Gerda. *op. cit.*, p. 5-7.

um ao outro, polares; que o macho é inerentemente positivo e a fêmea é inerentemente negativa; e que os pólos positivo e negativo da existência humana se unem naturalmente em um todo harmonioso. [...] O sistema baseado neste modelo polar da existência é absolutamente real; mas o modelo ele próprio não é verdadeiro. [...] As instituições culturais que personificam e reforçam essas aberrações entrelaçadas – por exemplo, a lei, a arte, a religião, os estados-nações, a família, a tribo, ou comuna baseada no direito do pai – estas instituições são reais e elas devem ser destruídas. Se elas não forem, nós estaremos consignadas como mulheres à inferioridade e subjugação perpétuas.²⁵²

Para Simone de Beauvoir²⁵³, o primeiro passo para a libertação das mulheres é o trabalho, por meio do qual se adquire independência. Entretanto, alerta que é necessária uma emancipação coletiva, como um trabalho em grupo vinculado à luta de classes. Por sua vez, Engels alega que o fim da supremacia masculina e da família monogâmica decorrem do surgimento da grande indústria, da utilização da mão-de-obra feminina e do estabelecimento de novas relações de gênero nas famílias da classe operária.²⁵⁴

Por conseguinte, Andrea alega que, enquanto prevalecer o sistema de ilusão da polaridade sexual, as mulheres jamais serão livres, e nisso reside a possibilidade revolucionária da luta feminista e da transformação cultural e social.²⁵⁵

Não se ensina aos homens que não estuprem, que não violem as mulheres, que não as julguem sob um viés moralista só a elas destinado: ensina-se às mulheres a temer, a se resguardar, a evitar “provocar” uma situação em que o homem, munido de seus instintos animalescos e incontroláveis, acabe exercendo o seu direito de possuir seu corpo e justificar tal ato com a culpabilização da própria vítima e seus trejeitos, vestimentas e um possível “não” que só fazia parte do jogo de sedução. Tal lógica, que agride, que mata e que envergonha milhares de mulheres, precisa ser invertida – e essa luta cabe a todas as mulheres. Nenhuma mulher será efetivamente livre enquanto todas não o forem.

3.3 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER E O SISTEMA DE JUSTIÇA: VIOLÊNCIA SIMBÓLICA INSTITUCIONALIZADA

²⁵² DWORKIN, Andrea. **Our Blood: Prophecies And Discourses On Sexual Politics**, 1975. Disponível em: <<http://antipatriarchy.wordpress.com/2009/09/23/a-causa-raiz>>

²⁵³ BEAUVOIR, Simone de. *op. cit.*, p.147.

²⁵⁴ FRIEDRICH, Engels. *op. cit.*, p. 261.

²⁵⁵ DWORKIN, Andrea. *op.cit.*, p.

Como já explicitado anteriormente, a submissão sexual feminina foi institucionalizada pela lei e imposta pelo poder estatal, garantindo-se a manutenção desta faceta mediante diversos instrumentos. Entre estes, como um dos elementos de violência exercida contra a mulher, encontra-se o sistema de justiça criminal, produtor e reproduzidor da violência de gênero.

Wânia Izumino afirma que só há contribuição ao combate à violência contra a mulher a partir de uma análise que ultrapassa o viés de vitimização feminina (a noção de que a mulher não detém meios para superar tais conflitos) e o prisma da impunidade do agressor quando baseada em fatores como o alcoolismo e a pobreza. Assim, deve-se partir de um estudo da sociedade brasileira contemporânea, atentando-se às conquistas dos movimentos militantes feministas desde a década de 70 e da menor tolerância das mulheres à violência e maior coragem para denúncias. As diferenças de gênero, ao se incorporarem ao discurso jurídico, configuram-se nitidamente em desigualdades.²⁵⁶

A partir dos anos 80, intensificou-se o desenvolvimento da criminologia crítica sob um viés feminista, em que o sistema de justiça passou a incorporar uma interpretação concernente às questões de gênero e do patriarcado, incluindo concepções sobre a forma com que trata a mulher e apresentando uma releitura a respeito de diversos aspectos até então apenas explorados sob um prisma do saber masculino.²⁵⁷

Entretanto, realizando uma análise acerca do funcionamento do sistema de justiça criminal referente à violência sexual contra a mulher, Andrade concluiu que aquele é ineficaz quanto à proteção das mulheres contra a violência, sobretudo porque não cumpre sua função preventiva (não impede novas violências) e não se atenta aos interesses da vítima, tampouco colabora para elucidar as questões de gênero e o entendimento da própria violência sexual sofrida. Ademais, duplica a violência exercida contra a mulher, uma vez que acarreta sua vitimação e se constitui como um subsistema de controle social e de violência institucional, marcado pela seletividade de homens e mulheres. Assim, acaba por denotar e reproduzir a violência e a desigualdade características das relações sociais e de gênero, porquanto recompõe as figuras estereotipadas vinculadas a essas relações. Portanto, tal processo implica uma cultura discriminatória, já que, conforme a autora:

²⁵⁶ IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. 2ª ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2004, p. 14-16.

²⁵⁷ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *op. cit.*, p. 3-4.

[...] não há uma ruptura entre relações familiares (pai, padrasto, marido), trabalhistas ou profissionais (chefe) e relações sociais em geral (vizinhos, amigos, estranhos, processos de comunicação social) que violentam e discriminam a mulher, e o sistema penal que a protegeria contra este domínio e opressão, mas um *continuum* e uma interação entre o controle social informal exercido pelos primeiros (particularmente a família) e o controle formal exercido pelo segundo.²⁵⁸

Andrade acrescenta que a primeira dimensão e imagem do referido sistema consiste na lei e nas instituições formais de controle – como a polícia, o sistema penitenciário e as próprias decisões judiciais – observando-se sua inserção em uma lógica global de controle social e interação com os elementos de controle informal – como a família, a escola, a mídia, a moral, a religião, entre outros fatores já explicitados no capítulo anterior. Assim, cria-se, nas palavras de Alessandro Baratta, o “mito do Direito Penal igualitário”²⁵⁹, existente entre as funções declaradas e as funções reais do sistema. Nesse sentido, o sistema implica uma eficácia invertida mediante uma eficácia simbólica que o estrutura, criando, reproduzindo e legitimando hierarquias com a tipificação e a punição de crimes e o olhar para criminalidade como algo externo:

Referir a dimensão simbólica do sistema implica referir os discursos (as representações e as imagens) das Ciências criminais que, conjuntamente com o discurso da lei, tecem o fio de sua (auto)legitimação oficial, pois é do processo de reprodução ideológica do sistema do que aqui se trata. [...] é precisamente a Lei e o saber (Ciências Criminais), dotados da ideologia capitalista e patriarcal, que dotam o sistema de uma discursividade que justifica e legitima sua existência (ideologias legitimadoras), co-constituindo o senso comum punitivo reproduzido, por sua vez, pelo conjunto dos mecanismos de controle social [...] a função latente e real do sistema não é combater (reduzir e eliminar) a criminalidade protegendo bens jurídicos universais e gerando segurança pública e jurídica, mas, ao contrário, construí-la seletiva e estigmatizantemente e neste processo reproduzir, material e ideologicamente, as desigualdades e assimetrias sociais (de classe, gênero, raça).²⁶⁰

E também:

Se durante largos séculos o sexo esteve intimamente conotado com a moral – com uma certa concepção moral, vigente em determinada comunidade, em dado momento histórico – hodiernamente compreende-se que se trata de uma realidade multifacetada, que enquanto meio de realização da pessoas humanas não pode continuar acorrentado a uma moral castradora e puritana. As crenças e os valores morais evoluem tão rapidamente que não fornecem sustentáculo seguro à criminalização de qualquer conduta, muito menos de cariz sexual. Comportamentos considerados aberrantes no passado – homossexualidade, bissexualidade – tornaram-

²⁵⁸ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *op. cit.*, p. 5-6.

²⁵⁹ BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e política penal alternativa**. Tradução por J. Sérgio Fragoso. Revista de Direito Penal, Rio de Janeiro, n. 23, p. 7-21, jul./dez. 1978. p. 9-10.

²⁶⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *op. cit.*, p. 8-9.

se paulatinamente mais aceites. Valores como a honestidade, o pudor, os bons costumes poderão ter a sua valência noutros horizontes dogmáticos, mas não no jurídico, mormente no criminal.²⁶¹

O discurso jurídico ainda se constitui mediante procedimentos técnicos que selecionam determinados elementos para qualificar o delito, com a utilização de laudos médicos, perícias, antecedentes criminais, bem como se busca determinar a inocência ou a culpa dos agentes, valorizando ou desprezando alguns depoimentos prestados.²⁶²

Nesse diapasão, a palavra da vítima é desvalorizada, tratada com desconfiança e, quando considerada, passa por um determinado direcionamento – mediante perguntas que induzem respostas específicas. A violência psicológica que lhe é exercida juntamente com a agressão física é relativizada, menosprezada, tornando seus traumas e seu sofrimento invisíveis aos olhos da justiça criminal e desencorajando a vítima a realizar uma denúncia contra seu agressor.

Dessa forma, não há uma incriminação igualitária de condutas, distribuindo-se seletiva e desigualmente tanto a estigmatização de criminoso quanto a de vítima com um controle social classista e também identificado pelo simbolismo de gênero. Como já referido anteriormente, as relações de propriedade e de trabalho são, na maioria das vezes, designadas ao homem, caracterizado como sujeito produtivo, viril e público. Por outro lado, o âmbito privado é reservado à mulher, mediante o aprisionamento de sua sexualidade, justificado pela função reprodutora, pela necessidade de dedicação aos filhos, ao trabalho doméstico e ao casamento, constituindo-se o cerne da dominação patriarcal e a imagem de fragilidade e passividade feminina como uma configuração natural e biologicamente determinada. Para Engels:

O que se passa fora dos bastidores do tribunal, na vida real, e como se expressa este consentimento, não são questões que cheguem a inquietar a lei ou o legislador. [...]A desigualdade legal, que herdamos de condições sociais anteriores, não é causa e sim efeito da opressão econômica da mulher. [...]As coisas mudaram com a família patriarcal e, ainda mais, com a família individual monogâmica. O governo do lar perdeu seu caráter social. A sociedade já nada mais tinha a ver com ele. O governo do lar se transformou em serviço privado; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social. [...]A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais.²⁶³

²⁶¹ RAPOSO, Vera Lúcia. *op. cit.*, p. 960.

²⁶² IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher...** *op. cit.*, p. 223-226.

²⁶³ FRIEDRICH, Engels.*op. cit.*, p. 21/22.

Assim, o padrão de homem ativo e improdutivo (no que tange ao trabalho e ao exercício de representatividade no âmbito público) corresponde à ideia de criminoso e à concepção de periculosidade no sistema criminal – no caso de agente de conduta sexual, corresponde a um estranho à vítima, portador de lascívia desenfreada (os casos reais já demonstraram ser, em geral, alguém próximo da mulher, mas é mais fácil culpar *o outro*, supor que essa violência não é empregada pelo marido/namorado/vizinho/amigo/pai etc.). Por sua vez, a personificação de mulher passiva moldada pela construção de gênero equivale à imagem de vítima nesse mesmo sistema:²⁶⁴

É precisamente porque o núcleo do controle feminino no patriarcado é o controle da sexualidade (implica preservação da virgindade e zelo pela reputação sexual), a violência contra a mulher será recortada pelo SJC como violência sexual e a mulher aparece explicitamente como vítima da violência sexual (no capítulo dos crimes contra os costumes), nuclearmente do estupro [...] O SJC é ineficaz para proteger o livre exercício da sexualidade feminina e o domínio do próprio corpo. Se assim o fosse, todas as vítimas seriam consideradas iguais perante a lei e o assento seria antes no fato crime e na violência do que na conjunção carnal. E teriam do sistema o reconhecimento e a solidariedade para com a sua dor. Não é casual que ocorra o inverso.²⁶⁵

Nas palavras de Vigarello:

A distância social modula a escala de gravidade dos crimes em uma sociedade de classes, distribuindo o peso das violências segundo a condição das vítimas. A posição social é decisiva. A dignidade do ‘ofendido’ orienta o cálculo e indica a extensão do mal. O direito apenas determina a força. Legitima uma relação de poder; não se funda sobre a equivalência entre indivíduos, mas sobre uma hierarquia entre sujeitos. [...] A pobreza do autor do estupro, ao contrário, aumenta a gravidade de seu gesto, consequência igualmente mecânica da distância social.[...] O privilégio social uniformiza e especifica o tratamento das violências antigas.²⁶⁶

Dessa forma, atenta-se mais às figuras estereotipadas de agressor e de vítima do que ao fato ocorrido, prevalecendo o que a autora chama de “lógica da honestidade”, vista tanto na criminalização primária (como na tipificação dos crimes e discursos legais) quanto na criminalização secundária (processo penal e decisões judiciais, por exemplo).

Frisa-se, então, que existe uma mentalidade coletiva propagada pela cultura do estupro e pelo próprio sistema de justiça de que sempre há uma vítima em potencial e que o

²⁶⁴ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *op. cit.*, p. 14-17.

²⁶⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *op. cit.*, p. 17;28.

²⁶⁶ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 22.

perfil do estupro é o mesmo. Na vítima se encontra a figura da mulher promíscua, de moral duvidosa, enquanto a imagem do estupro representa um homem “anormal”, que não tem aptidão para conter seus instintos animalescos. A meu ver, a violência sexual ainda é considerado como um tabu, algo a não ser discutido, pois se traveste de um ato naturalizado, correspondendo ao que Milan Kundera aborda como *kitsch*: tal conceituação expressa um ideal estético que exclui de seu campo visual tudo o que a existência humana tem de essencialmente inaceitável.²⁶⁷

Tal concepção se dispõe como uma sublógica da seletividade que implica a distinção entre mulheres vistas como honestas (sob um viés da moral sexual dominante) e vítimas e aquelas consideradas desonestas (como a prostituta, por exemplo), que não se enquadram necessariamente como sujeito passivo de crimes sexuais na medida em que não se adequam aos arquétipos da moralidade sexual imposta à mulher.²⁶⁸ Conforme Danielle Ardaillon, “os julgamentos de estupro, na prática, operam [...] uma separação entre mulheres ‘honestas’ e mulheres ‘não honestas’. Somente as primeiras podem ser consideradas vítimas de estupro, apesar do texto legal.”²⁶⁹ Nesse sentido:

[...] o julgamento de um crime sexual – inclusive e especialmente o estupro – não é uma arena onde se procede ao reconhecimento de uma violência e violação contra a liberdade sexual feminina nem tampouco onde se julga um homem pelo seu ato. Trata-se de uma arena onde se julgam simultaneamente, confrontados numa fortíssima correlação de forças, a pessoa do autor e da vítima: o seu comportamento, a sua vida pregressa. E onde está em jogo, para a mulher, a sua inteira “reputação sexual” que é – ao lado do status familiar – uma variável tão decisiva para o reconhecimento da vitimação sexual feminina quanto a variável status social o é para a criminalização masculina.²⁷⁰

Georges Vigarello acrescenta:

A história dos julgamentos e processos mostra mais profundamente como a história do estupro não poderia ficar limitada à história da violência. É um emaranhado complexo entre o corpo, o olhar, a moral, que essa história vem lembrar. A vergonha, por exemplo, inevitavelmente sentida pela vítima, liga-se à intimidade imposta, à imagem que se oferece dela, à sua publicidade possível. Ela mobiliza o tema insondável da sordidez, o aviltamento pelo contato: o mal

²⁶⁷ KUNDERA, Milan. **A insustentável leveza do ser**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

²⁶⁸ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *op. cit.*, p. 19-22.

²⁶⁹ ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin. **Quando a vítima é mulher. Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/ Ministério da Justiça, 1987. p. 35. IN: ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *op. cit.*, p. 21.

²⁷⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *op. cit.*, p. 20-21.

transpassa a vítima para transformá-la aos olhos dos outros. Essa vergonha varia inevitavelmente também com a história. É tanto mais dolorosa quanto mais o universo do pecado condenar conjuntamente os dois atores; é tanto mais pesada quanto mais o raciocínio ficar insidiosamente prisioneiro dessa certeza espontânea do contato aviltante. [...] Esses envolvimento arcaicos dos atores em um mesmo universo de pecado expõem à plena luz aquilo que em nossas sociedades deslizou para a sombra, sem com isso apagar-se totalmente: o escândalo que atinge a vítima ao atingir o estuprador. É preciso que se altere a suposta ligação com o universo do pecado para que se altere a visão das gravidades.²⁷¹

Quanto ao processo judicial, lembra-se que não são meros reflexos das leis, porquanto contemplam a possibilidade de serem até o contrário delas, conforme a decisão proferida pelo júri. O processo abarca uma complexidade por se constituir mediante a tentativa de se encaixar hipóteses reais a códigos literais e observando a estrutura social e jurídica a que ambos pertencem, estruturam e refletem.

Os procedimentos de reformulação de um caso acarretam uma concepção de verdade, mas esta também se dá conforme determinados padrões pré-estipulados e independentes do fato em si. Há um ajuste de elementos e situações processuais para que se crie uma figura desejada e pré-determinada, observando-se que seria conturbado um julgamento que contasse com diversos réus, porquanto se denotaria como, apesar de as regras serem as mesmas, elas são aplicadas de forma específica a cada parte.²⁷²

A violência sexual é geralmente perpetrada em locais ermos ou em âmbito privado, longe de testemunhas, o que implica que, em muitos casos, as partes envolvidas são as únicas presentes no ato. Assim, o depoimento da vítima e o laudo de conjunção carnal são extremamente significantes ao processo penal dos crimes sexuais, observando-se que geralmente se requer que sejam corroborados por outros elementos – quais sejam: questões da vida pregressa e da sexualidade da vítima, atentando-se ao seu pudor e moral sexual e implicando uma espécie de inversão do ônus da prova.

Os termos selecionados para apresentar os casos surgem das próprias circunstâncias e são vinculados a características das partes que dele participaram, sobretudo as condições de vida, olvidando-se, em geral, da conjuntura em que as relações aconteceram. Embora aparentemente funcionar conforme pressupostos de racionalidade e neutralidade, revela-se a

²⁷¹ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 8.

²⁷² CORREA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 300-302.

propagação de diferenciações entre indivíduos pela avaliação de suas condutas sociais como vítima e como acusado.

Apesar da coexistência de diversas interpretações, estas se reduzem a uma única decisão, que geralmente reflete um modelo social que os julgadores julgam como ideal, bem como o fazem com os critérios para balizá-lo - denotando-se a ilusão de igualdade jurídica no que concerne à aplicação da lei. Nas palavras de Mariza Correa:

A igualdade com que homens e mulheres parecem ser tratados numa instância ideológica que se expressa como se ignorasse os constrangimentos da realidade – os primeiros porque ignora sua reiterada contribuição à renda familiar, - é assim rapidamente transformada outra vez em desigualdade, tanto ao nível da argumentação utilizada para uns e outros como ao nível de possibilidades de legitimação de seus atos de violação do código penal.²⁷³

Dessa forma, o sistema de justiça criminal faz com que as relações humanas se tornem relações legais, mediante a sistematização da lei e a imposição de elementos mediadores entre o ato e a norma. Os requisitos que norteiam as decisões são equivalentes àqueles que moldam as fábulas concernentes às partes do processo, e o julgamento se configura em uma decisão social. Tais premissas são alteradas pela linguagem forense, transformadas em “verdade real” e legitimadas pela moral, exposta como natural e eterna, enquanto as desigualdades se manifestam no tratamento simbólico do julgamento. Nesse contexto:

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder. [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer como funciona como verdadeiro.²⁷⁴

Elucida-se, então, que a referida construção de verdade processual se vincula a sistemas de poder, os quais, no que se refere à violência sexual contra a mulher, funcionam de forma a legitimá-la e naturalizá-la sob o viés do formalismo jurídico e os mecanismos processuais a ele inerentes, corroborando para a manutenção das relações hierarquizadas.

²⁷³ CORREA, Mariza. *op. cit.*, p. 303.

²⁷⁴ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 19. ed. Tradução de: Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2004, p. 12.

Quanto aos julgadores, estes esclarecem seus aspectos de referência, podendo utilizar as normas conforme seus interesses e para implicar uma justificação social, em que a maior parte das condenações ocorrem quando o acusado não se encontra consoante o padrão de comportamento ditado pelos próprios códigos, bem como muitos casos de violência nem atingem o sistema de justiça – não denunciados, são mantidos silenciados no âmbito privado. Nesse sentido:

A justiça dispõe de um ‘arsenal de amedrontamento’. Ela sabe se fazer temer pelo terror, como Foucault mostrou claramente. Encena penas de sangue para inculcar a lei. Gela de horror um povo chamado aos seus rituais de suplício, réplicas diretas da mão do soberano sobre o corpo do condenado, vingança brutal e ostensiva contra o ‘pecado’. Pode esmagar o culpado multiplicando seus sofrimentos. Gradua as penas aflitivas e aviltantes. [...] O gládio da justiça, seu recurso ao sangue, são feitos principalmente para amedrontar. Mas, além de esses rituais confirmarem o relativo desprezo pelo corpo, mutilando-o, legitimando essa violência que aflora incessantemente, construída como ‘modalidade da civilidade, como a guerra é uma modalidade de política’, além de sublinharem em seu requinte de tormentos uma estranha aceitação da ofensa física, eles não refletem – longe disso – o cotidiano da justiça [...]. Eles refletem, antes, o seu lado emergente, solene, que mascara um imenso lado insondável, feito de investigações não-concluídas e processos não-realizados.”²⁷⁵

²⁷⁵ VIGARELLO, Georges. *op. cit.*, p. 20.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho, buscou-se elucidar as razões e os instrumentos pelos quais se estrutura a justificação e a legitimação da violência sexual contra a mulher, explicitando e discorrendo sobre os meios que, engendrados, possibilitam e mantêm sua naturalização sob a forma da cultura do estupro.

As origens do patriarcado e da submissão feminina são objeto de análise de diversas pesquisas e implicaram a formulação de algumas teorias. Para Engels, as primeiras sociedades humanas eram nômades e matriarcais, constituídas a partir da figura feminina e cujos papéis sexuais e sociais eram flexíveis e até igualitários em algumas tribos – desconhecia-se a participação masculina no processo de reprodução. Quando as sociedades passaram a se organizar conforme a agricultura e a fixarem em locais determinados, os homens começaram o trabalho de caça e as mulheres geralmente cuidavam dos filhos e do cultivo da terra.

Com a progressiva fixação das tribos em determinados locais, a agricultura e a criação de animais começaram a se desenvolver, implicando uma maior demanda de mão-de-obra e a consequente divisão do trabalho entre os membros da família. A mulher, como central de reprodução, passou a ser vista como objeto e mercadoria, sendo trocada e até roubada, enquanto o homem ocupou o espaço de chefe da família.

Tais fatos, aliados à valorização do capital, à ciência da participação do homem na procriação e à instituição da propriedade privada, passaram a exigir limites à liberdade feminina como garantia de filhos legítimos e se fortaleceu a monogamia, bem como a sexualidade e o corpo da mulher começaram a ser controlados, eixos centrais da formação do patriarcado.

Delineou-se, então, um processo de objetificação e inferiorização da mulher, tornando-a um meio de satisfação para as vontades masculinas, restando sob o seu controle como esposa, filha ou mãe de seus filhos. Os contornos desse desenvolvimento histórico implicaram efetivamente que a mulher se tornasse o *segundo sexo*. Com o controle da fecundidade e a divisão sexual do trabalho, formou-se uma divisão polarizada em que a mulher passou a representar o passivo/negativo, e o homem ativo/positivo, bem como se estruturou a sociedade patriarcal – a qual comporta distintas formas históricas de organização social, desde que a autoridade esteja centrada no patriarca de uma comunidade doméstica, consistindo em uma referência a-histórica no sentido de que não se restringe a apenas um momento histórico.

Nesse sentido, é necessário refletir acerca das concepções de gênero como organização social, como “categoria social imposta sobre um corpo sexuado”, moldada conforme a noção de diferenças sexuais inerentes às relações assimétricas de poder, como também vinculada aos papéis considerados pertinentes aos homens e mulheres. Tal conceito deve ser entendido como uma primordial forma de significar as relações de poder, e que, se não analisado sob o viés de que o masculino e o feminino não são características inerentes, e construções subjetivas, legitima o sistema sexista como instrumento para limitar o indivíduo e considerar suas diferenças sexuais de forma alheia à esfera social, endossando a padronização dos corpos femininos e masculinos de maneira estereotipada.

Portanto, insta salientar a necessidade de se questionar metodologicamente as formas simbólicas e culturais do engendramento social das relações sociais sexuais de todas as maneiras em que a classificação do que se considera masculino e feminino é adequada e acarreta efeitos sobre múltiplos âmbitos de sociedades e culturas diversas. Esse processo promove uma ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero, atentando-se às condições históricas e sociais de produção dos saberes sobre os sexos e de justificação das divisões sociais conforme o sexo sem se deixar de revelar o privilegiamento metodológico das relações de gênero e sua desigualdade caracterizadora. Busca-se, portanto, a desnaturalização das categorias sociais de homem e mulher e da radicalização da construção simbólica (de âmbitos social e cultural) das concepções de feminino e masculino.

Nesse contexto, a violência contra a mulher se revela diante da incorporação da desigualdade por meio de uma relação hierárquica, inerentemente baseada em dois polos antagônicos e determinantes: de dominação e de submissão. A violência de gênero se caracteriza como um conceito amplo, abarcando vítimas como mulheres, crianças e jovens de ambos os sexos, porquanto a utilização do termo “violência contra a mulher”, apesar de transcender a violência doméstica, não abarca a violência de gênero caracterizada nas relações com crianças e jovens, tampouco os atos exercidos por mulheres agressoras. Ou seja, é um ato que afeta os distintos gêneros pelo próprio pertencimento a eles e pela função que cada um desempenha tradicionalmente. Ainda assim, é prioritariamente perpetrada contra o gênero feminino, uma forma de violência a que a mulher é submetida por sua própria condição de mulher e pelo papel social que tradicionalmente lhe foi determinado, e que não se limita ao contexto familiar.

Percebeu-se, então, que a violência de gênero perpassa a violência intrafamiliar, doméstica, física, psicológica, moral, sexual, econômica, patrimonial e institucional. Como objeto de estudo do presente trabalho, a violência sexual se caracteriza por uma ação que obriga o indivíduo a manter contato sexual (seja físico ou verbal), ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidações, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro meio que invalide ou limite a vontade pessoal, incluindo o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar um/alguns desses atos com terceiros. Revela-se, então, um ato de abuso de poder e desejo de dominação, e não simplesmente um ato sexual.

Observou-se, também, que a violência sexual sempre foi acompanhada de uma dúvida quanto ao consentimento da vítima, e essa se constituiu, ao longo dos anos, como uma das maiores influências no julgamento do agressor: uma eterna concepção acerca da moralidade sexual da mulher como um dos fatores determinantes da inocência ou não do acusado.

Analisando-se ordenamentos jurídicos (europeus e brasileiro), buscou-se verificar como o Direito influenciou na solidificação do processo de inferiorização feminina e naturalização da violência sexual contra a mulher. Percebeu-se, então, que por muito tempo (e tal paradigma ainda não resta superado) foi nítido o vínculo entre a responsabilidade do agressor e a mácula ao pudor, à castidade, à defloração, uma vez que a virgindade era considerada o ornamento dos costumes, consistindo em condição para o casamento como símbolo da honra da mulher.

Denotou-se, assim, a necessidade de testemunhas, de visibilidade do crime e a demonstração de que a vítima exerceu, durante todo o ato, a resistência física contra o agressor. Nos crimes cometidos às escuras, as condições suficientes para culpar o agente se concentram, em geral, na reputação e na honestidade da vítima – e não nos aspectos do fato em si. Configura-se, então, uma violência silenciosa, ocultada, tida como aceita pela vítima e direito natural do homem, em que a mulher se caracteriza pela ausência de posse de si mesma, recusando-se a ela um estado de sujeito.

Quanto ao ordenamento jurídico brasileiro, considera-se, como marco inicial sobre o tema, a legislação portuguesa que aqui foi imposta. Assim, lembra-se que as Ordenações Filipinas, parte das Ordenações Reais e cujas normas referentes ao direito civil apenas foram efetivamente revogadas com o surgimento do Código Civil de 1916. Inexistia o termo “estupro”, “violência sexual” ou qualquer outro vocábulo que lhe fizesse as vezes, e, sobretudo até o Código de 1940, o bem jurídico protegido pelo Estado consistia na honra e na

virgindade – sobretudo da mulher “honesta”. A proteção à moral era mais enfática do que a tutela aos próprios direitos individuais, destacando-se que o papel reservado à mulher se mantinha no âmbito privado e seu acesso livre ao voto só se consagrou em 1934.

Apesar de as legislações absorverem as mudanças socioculturais de suas épocas, promovendo uma gradual alteração no texto normativo, diversificando o conteúdo da violência sexual e estabelecendo punições severas ao autor do crime em comento, o julgamento e a determinação punitiva deste estiveram sempre vinculados a características subjetivas da mulher como vítima, analisando seu comportamento sexual pregresso. Nesse norte, a lei punia o agente do crime, mas não se poderia considerar eficaz no que tange ao reconhecimento do direito da mulher a seu próprio corpo e ao livre exercício de sua sexualidade.

A promulgação do código penal de 1940 se deu em uma conjuntura que revelou a extrema e urgente necessidade de a legislação penal pátria se adequar aos direitos das mulheres e extirpar as explicitações patriarcais e padrões de comportamento, desvinculando o Direito Penal de anseios moralizantes. Entretanto, preocupou-se mais com a alteração e a retirada de termos vexatórios do que com uma efetiva reformulação do ordenamento jurídico quanto à liberdade sexual, e apenas a partir da Lei 12.015/2009 foram realizadas alterações efetivamente relevantes no aludido código.

Passou-se, então, a um novo paradigma de que a tutela penal deve ter como objeto a liberdade e autodeterminação sexual do indivíduo, criminalizando condutas praticadas sem o consentimento de uma das partes e com danos a esta, e não mediante designação de atos considerados moralmente contra o bem-estar social. Nessa conjuntura, foi-se moldando a nova concepção de estupro no direito penal brasileiro, influenciado fortemente pelas novas conquistas femininas, reestruturação dos papéis sociais, inserção da mulher no mercado de trabalho e pela própria revolução sexual, ocorrida com a criação e a popularização dos métodos contraceptivos – os quais alteraram as relações sexuais no sentido de efetivamente dissociá-las da função reprodutiva, possibilitando maior liberdade à mulher.

Desse modo, consolidou-se a liberdade sexual como bem jurídico protegido e o direito ao corpo como parte do exercício da privacidade. O reconhecimento da sexualidade identificou-se como um âmbito de compreensão e realização pessoal, a ser respeitado e tutelado juridicamente de forma igual ao homem e à mulher, rompendo – ao menos legalmente – diversas amarras culturais da moral sexual coletiva. Entretanto, tal evolução

ainda é insuficiente quando se depara com a realidade: apesar de tipos penais neutros quanto ao gênero dos sujeitos e de todas as demais alterações legislativas citadas, a violência sexual continua se manifestando como um delito de sujeitos específicos, como um crime contra mulheres, como um ato violento marcado por relações de poder e de gênero.

Além do Direito e de seu discurso legitimador, outras instâncias corroboram a institucionalização e a naturalização da violência sexual contra a mulher, constituindo artefatos da violência simbólica. Esta retoma o processo histórico da dominação masculina sob o viés das formas de manutenção dessa opressão e de como se incorporam determinadas premissas como se fossem naturais e imutáveis, mediante esquemas inconscientes de percepção e apreciação.

Nesse sentido, os indivíduos estão incluídos no próprio objeto que tentam apreender, internalizando as estruturas históricas da ordem masculina por meio de concepções que são produto dessa ordem de supremacia. Os referidos sistemas expõem o homem e a mulher de forma caracterizadora e dicotômica e endossam a naturalização de diferenças, fazendo com que a ordem de relações sociais dominantes pareça independente de relações de força e opressão. Tal processo ocorre de forma velada, uma vez que se apresenta inserido em uma ordem física e social organizada segundo os próprios princípios masculinos, que criam, reproduzem e enraízam suas premissas opressivas em relação à mulher.

Nessa conjuntura, as estruturas de dominação que expõem uma visão desvalorizada da mulher são resultantes de uma reprodução histórica, a qual detém a influência de agentes diversos – como a família, a igreja, a escola, o Estado. Por conseguinte, é de extrema importância reconhecer tais mecanismos para que a apreensão das relações sociais criadas historicamente e para que seja possível desconstruir seus paradigmas hierárquicos.

As instituições, mediante seus rituais e dogmas, corroboram o aludido processo de sedimentação da opressão feminina na medida em que implicam diferenciações para enfatizar as distinções sexuais, proíbem ou estimulam determinadas condutas aos homens e outras às mulheres. A eles, cabe a emancipação, o fim do vínculo com o materno, os prematuros ensinamentos do pai; a elas, como seres desprovidos de virtudes significativas, cabem os limites, inscritos às disposições do próprio corpo, devendo aprender a se vestir e a se portar respeitosa e educadamente.

As mulheres foram definidas conforme o interesse masculino e mediante o peso determinante de bens simbólicos: passando a servir como um objeto de troca, refletem os

poderes e direitos duradouros exercidos sobre elas e, também por isso, criou-se a concepção de que devem ser mantidas sob uma integralidade moral, para que seu valor social seja conservado e proporcional à sua castidade e reputação. Ademais, há a subordinação da reprodução biológica consoante às necessidades do próprio capital simbólico, relegando-se à mulher a obrigação de ter filhos e, ao homem, o trabalho.

Sob esse viés, a família realiza a repressão sexual, uma vez que calcada em relações hierárquicas e deveres e direitos conforme os papéis sexuais e etários determinados. Consolidam-se as funções de mulher-mãe-frágil-sensível-dependente - atributos até então ligados ao mal se tornam a personificação da bondade, alcançada somente mediante a maternidade e sob uma figura assexuada, atrelada à casa, ao privado, ao sexo apenas como um caminho para a reprodução, e não para o prazer. Por outro lado, a imagem do homem remete à ideia de política, autoridade, virilidade e espaço público. Ensina-se, mesmo que indiretamente, todo esse processo aos filhos: a filha é chamada à cozinha para ajudar nos afazeres domésticos, enquanto geralmente ao filho se explica sobre seu livre exercício da sexualidade e a necessidade de demonstrar sua masculinidade.

Destaca-se a função estatal nesse contexto, porquanto o Estado corrobora as premissas patriarcais mediante um patriarcado público, fazendo do núcleo familiar a seara orientadora da ordem social como ordem moral, sedimentada primordialmente na autoridade do homem em relação à mulher e do adulto em relação à criança; da representação da moralidade pela força e da coragem mediante o domínio do corpo. Desse modo, o Estado moderno impregna no direito de família, principalmente nas normas definidoras do estado civil dos indivíduos, todas as premissas basilares da visão androcêntrica.

A Igreja também age de forma indireta sobre as estruturas históricas do inconsciente na medida em que propaga textos e imagens sagradas, chegando a declarar um modelo composto de oposições éticas para legitimar a hierarquia familiar fundamentada na autoridade patriarcal, bem como relegar a mulher à inferioridade mediante divulgações iconográficas.

A Escola, por sua vez, manteve-se sob o comando da Igreja por muito tempo, e, mesmo quando dela dissociada, permaneceu propagando as premissas de representação da autoridade do homem na figura do pai, e também delimitando afinidades e aptidões características de cada gênero, conforme concepções aristotélicas de homem-ativo e mulher-passiva, corroborando para a formação fragmentada da autoimagem de cada indivíduo.

Denotou-se também a influência da mídia em questões de gênero, como um dos artefatos mais efetivos para a perpetuação do discurso sexista, considerando-se a abrangência de sua eficácia diante de seus recortes mercadológicos.

É imprescindível, portanto, que prevaleçam premissas que contrariem a desigualdade de gênero, mormente suas manifestações mediante o assédio e a violência sexuais e as distinções que se revelam quanto ao salário e ao reconhecimento do trabalho e da formação de homens e mulheres.

Concluiu-se também que, sob o viés machista, o fato de a mulher sair às ruas, ocupar o espaço público e o fazer com as roupas que desejar implica uma transgressão de regras sociais pré-estabelecidas – como se as mulheres invadissem um território alheio, e, por isso, estariam justificando uma possível agressão sexual contra elas; como se isso justificasse a invasão realizada ao seu próprio corpo e escolhas, tornados públicos por uma decisão alheia. E aqui é necessário enfatizar: as mulheres reivindicam, há muitos anos, o espaço público e a dicotomia que ele representa por ser um âmbito político, institucional, social e cultural, mas ainda fortemente vinculado ao masculino. Entretanto, lutar pelo espaço público não é negar, tampouco desvalorizar o privado. Não se pode atribuir deliberadamente às mulheres a responsabilidade e a concepção de que elas optam por condutas submissas ou mesmo que elas gostam da opressão que lhes é exercida. Além de isso ser um pretexto para a própria culpabilização da vítima, tal processo é produto de estruturas objetivas e não necessariamente um ato intelectual consciente, isolado e livre.

Por fim, concluiu-se que o sistema de justiça criminal duplica a violência exercida contra a mulher, uma vez que acarreta sua vitimação e se constitui como um subsistema de controle social e de violência institucional, marcado pela seletividade de homens e mulheres. Assim, acaba por denotar e reproduzir a violência e a desigualdade características das relações sociais e de gênero, porquanto recompõe as figuras estereotipadas e discriminatórias vinculadas a essas relações. A construção da verdade processual se vincula a sistemas de poder, os quais, no que se refere à violência sexual contra a mulher, funcionam de forma a legitimá-la e naturalizá-la sob o viés do formalismo jurídico e os mecanismos processuais a ele inerentes, corroborando para a manutenção das hierarquias de gênero.

Enfatiza-se, portanto, a necessidade da desconstrução desse processo, mediante um desligamento do conhecimento inconsciente androcêntrico, para que se possa compreender tais manifestações. Apesar das normatizações impostas, os indivíduos são capazes de

resistência e de subversão: que as conquistas das mulheres invadam e desestruem, cada vez mais, esse cotidiano ainda opressivo e sexista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Jose de. **Luciola**. São Paulo: Moderna, 1998.

AMÂNCIO, Lígia. **O gênero no discurso das ciências sociais**. *Análise Social*, vol. XXXVIII (168), 2003. Disponível em:
<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218791078B9rDE5id4Po89MU8.pdf>>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

ANDRADE, Mario de. **Amar, verbo intransitivo : idílio**. 19. ed. Belo Horizonte: Villa Rica, 1993.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher**. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/viewFile/15185/13811>>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Violência e Abuso Sexual na Família**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.7, n.2, jul./dez.2002. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722002000200002&script=sci_arttext>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin. **Quando a vítima é mulher. Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/ Ministério da Justiça, 1987. IN: ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher**. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/viewFile/15185/13811>>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane Nogueira Azevedo. **Vitimação e vitimização: questões conceituais**. IN: SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Cad. Pagu [online]. 2001, n.16.. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007&lang=PT>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e política penal alternativa**. Tradução por J. Sérgio Fragoso. *Revista de Direito Penal*, Rio de Janeiro, n. 23, jul./dez. 1978.

BARATTA, Alessandro. **O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana**. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Criminologia e Feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Fatos e Mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BELEZA, Maria Teresa Couceiro Pizarro. **Mulheres, direito, crime ou a perplexidade de Cassandra**. Lisboa: AAFDL, 1993.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código penal comentado**. 6. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**; tradução Maria Helena Kuhner. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. **Relatório de Dados Consolidados – 2012**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM_RELATORIO Ligue180 Nacional Anual 2012.pdf>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

BROUARDEL, Paul. **Causas dos atentados aos costumes**, 1907. IN: VIGARELLO, Georges. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. Tradução de: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Criminologia e Feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CASTRO, Mary. & LAVINAS, Lena. **Do feminino ao gênero: a construção de um objeto**. 1992. IN: NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Sílvia H. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa**. Psicol. Soc., vol. 18, n. 1. Porto Alegre, jan./abril., 2006, p.3 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100007>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, Ed. UNICAMP, 2000.

CEORQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo dados da Saúde**. IPEA, 2014. Disponível em:

<http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/03/IPEA_estupronobrasil_dadosdasaude_marco2014.pdf>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida**. 12a ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre mulher e violência**. Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CORRÊA, Mariza. **O sexo da dominação**. Disponível em: <http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/Corr%C3%Aa_Mariza_-_O_sexo_da_domina%C3%A7%C3%A3o.pdf?1332946760>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. 8. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

DWORKIN, Andrea. **Our Blood: Prophecies And Discourses On Sexual Politics**, 1975. Disponível em: <<http://antipatriarchy.wordpress.com/2009/09/23/a-causa-raiz>>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

ELIAS, Norbert. **La civilisation des mœurs**. Paris, Calmann-Lévy, 1973. IN: VIGARELLO, Georges. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. Tradução de: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ESTEFAM, André. **Crimes Sexuais**. Editora: Saraiva, São Paulo, 2009.

FERREIRA BRASIL, Rebeca. **Violência contra a mulher cearense: desafio da vitimologia**. Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/12916-12917-1-PB.pdf>>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

FIGUEIREDO, Marco Aurélio Mellucci. **A habitualidade no crime de violência doméstica habitual no Direito Penal espanhol**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13565>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 19. ed. Tradução de: Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões**. Tradução por Ligia M. Pondé Vassalo. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FRIEDRICH, Engels. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GALLAGHER, Margareth. **An unfinished story: gender patterns in media employment**. 1995. Disponível em: <<http://www.themediabriefing.com/article/2012-10-16/board-members>>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

GAYLE, Rubin. **O tráfico de mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do Sexo**. 1975. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

GONTHIER, Nicole. **Les victimes de viol devant les tribunaux à la fin du Moyen Age d’après les sources dijonnaises et lyonnaises**. Criminologie, n.2, 1994. IN: VIGARELLO, Georges. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. Tradução de: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GRECO, Alessandra Orcesi Pedro; RASSI, João Daniel. **Crimes contra a dignidade sexual**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal volume III**. Editora: Impetus, Rio de Janeiro, 2010.

HARRIS, Pedro. **Leys integrales contra violencia de género**. Disponível em: <<http://www.gobernabilidad.cl/modules.php?name=News&file=print&sid=2513>>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

HUNGRIA, Nelson e Romão Côrtes de Lacerda. **Comentários ao Código Penal. Parte Especial. Vol. VIII**. Rio de Janeiro. Editora Revista Forense, 1947.

HUNGRIA, Nélson. **Comentários ao código penal**. Vol. VIII. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1956.

HUNGRIA, Nelson. IN: MIRABETE, Julio Fabbrini e Renato N. Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. 27ª ed. Parte Especial. Vol. II. São Paulo. Editora Atlas, 2010.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. 2ª ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2004.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Delegacia de defesa da mulher e juizados especiais criminais: contribuições para a consolidação de uma cidadania de gênero**. RBCCrim, nº40, 2002.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito Penal**. 19ª ed. Parte Especial. Vol. III. Editora Saraiva, 2010.

KANT, Emmanuel. **Anthologie du point de vue pragmatique**, 1964. IN: BOURDIEU, Pierre, **A dominação masculina**; tradução Maria Helena Kuhner. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

KOLODNY, Robert. C.; MASTERS, William H.; JOHNSON, Virginia E. **Manual de medicina sexual**. Tradução por Nelson Gomes de Oliveira. 1982. IN: ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/viewFile/15185/13811>>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

KUNDERA, Milan. **A insustentável leveza do ser**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LAUZEN, Martha M. **It`s a Man (Celluloid) World: On-Screen Representations of Female Characters in the Top 100 Filmes in 2011**. Center for the Study of Women in Television and Film. 2012. Disponível em: <http://womenintvfilm.sdsu.edu/files/2011_Its_a_Mans_World_Exec_Summ.pdf>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. Disponível em: <<http://catsfordestroypatriarchy.wordpress.com/2014/10/24/traducao-introducao-do-livro-a-criacao-do-patriarcado-gerda-lerner/>>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

LINS, Regina Navarro. **A Cama na Varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo: novas tendências**. 6 ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2007. Disponível em: <https://www.academia.edu/7507742/Regina_Navarro_Lins_-_A_Cama_na_Varanda_pdf_rev_>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

LOBO, Elisabeth Souza. **O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho**, 1992. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=420&Itemid=435>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

LOPES, José Mouraz. **Os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual no código penal**. De acordo com a alteração do código pena operada pela Lei nº 99/2001, de 25 de agosto. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.

LOUIS, Jürgen. **Sistemas penales comparados - delitos contra la libertad sexual**. Traducción del prof. Dr. Héctor Hernández Basualto. Revista Penal nº 12, 2002. Disponível em: <<http://www.uhu.es/revistapenal/index.php/penal/article/viewFile/183/177>>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Série Antropologia, Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MACHADO_GeneroPatriarcado2000.pdf>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

MILLET, Kate. **Sexual politic**, 1970. SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**, 1995. IN: NARVAZ, Marcha G.; KOLLER, Silvia H. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa**. Psicol. Soc., vol. 18, n. 1. Porto Alegre, jan./abril., 2006.

MIRABETE, Julio Fabbrini e Renato N. Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. 27ª ed. Parte Especial. Vol. II. São Paulo. Editora Atlas, 2010.

Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado. Fundação Perseu Abramo/Sesc. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa_.org_.br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Sílvia H. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa**. Psicol. Soc., vol. 18, n. 1. Porto Alegre, jan./abril., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100007>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **Você disse Imaginário?** 2000. IN: SILVA, Valéria Fernandes da. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas [livro eletrônico]** / organizadoras Cristina Stevens, Susane Rodrigues de Oliveira e Valeska Zanello. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/2ee9da_e10f81157da84b8f881635643ba9400d.pdf>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

ÑOPO, Hugo Bid; ATAL, Juan Pablo; WINDER, Natalia. **Old Disparities - Gender and Ethnic Wage Gaps in Latin America**. IDB Wordking Paper Series. N. 109, 2014. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=2208929>>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

NORONHA, E. Magalhães (Edgard Magalhães). **Direito Penal**. 22.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1995.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes Contra Dignidade Sexual: de acordo com a Lei 12.015/2009**. 2ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 7ª edição, Editora RT, 2011.

OEA. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – “Convenção de Belém do Pará”**. 1994. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm>>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

ONU, **Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)**. 1979. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/cedaw.htm>>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

ONU. **Declaração e plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. 1995. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

PRADO, Luis Regis. **Curso de direito penal brasileiro. 7. ed.** Parte especial. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2010.

RAPOSO, Vera Lúcia. **Da moralidade à liberdade: o bem jurídico tutelado na criminalidade sexual**. IN: **Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias**, Coimbra, Coimbra Editora, 2003.

ROSÁRIO, Maria do. **A exploração da mulher na mídia estimula violência sexual**. Agência Carta Maior, 2004. Disponível em: <<http://pedrokemp.com.br/geral/cpi-exploracao-pela-midia-estimula-violencia-sexual/797/22/07/2004/>>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

ROWBOTHAM, Sheila. **Lo malo del patriarcado**, 1984. IN: LOBO, Elisabeth Souza. **O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho**, 1992.

RUBIN, Gayle S. **O tráfico de mulheres: Notas sobre a ‘Economia Política’ do Sexo.** 1975. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Cad. Pagu [online]. 2001, n.16.. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007&lang=PT>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **Força de Trabalho Feminina: no interior das cifras**, 1985. IN: MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Série Antropologia, Brasília, 2000. <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MACHADO_GeneroPatriarcado2000.pdf>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. I.B. & ALMEIDA, S. **Violência de gênero: poder e impotência.** Rio de Janeiro, Revinter, 1995. IN: ARAÚJO, Maria de Fátima. **Violência e Abuso Sexual na Família.** Psicologia em Estudo, Maringá, v.7, n.2, jul./dez.2002.

SÁNCHEZ, Maria Acale. **De La asexualidad de la ley penal a la sexualización Del problema de los malos tratos em el âmbito familiar.** Disponível em: <http://perso.unifr.ch/derechopenal/assets/files/anuario/an_1999_08.pdf>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

SCHOPENHAUER, Arthur. VOLPI, Franco. **A arte de insultar.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995. Disponível em: <http://archive.org/details/scott_gender>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

SENKEVICS, Adriano. **O conceito de gênero por Judith Butler: a questão da performatividade.** 2012. Disponível em: <<http://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/04/16/o-conceito-de-genero-por-gayle-rubin-o-sistema-sexogenero/>> Último acesso em: 20 nov. 2014.

SILVA, Valéria Fernandes da. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas** [livro eletrônico] / organizadoras Cristina Stevens, Susane Rodrigues de Oliveira e Valeska Zanello. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/2ee9da_e10f81157da84b8f881635643ba9400d.pdf>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Crimes sexuais: Bases Críticas Para a Reforma do Direito Penal Sexual.** 1ª ed., Quartier Latin, 2008.

SIPS - Sistema de Indicadores de Percepção Social. **Tolerância social à violência contra as mulheres.** Ipea, 2014. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

SMITH, Stacy L. **Gender inequality in 500 popular films: Examining On-Screen Portrayals and Behind-the-scenes Employment Patterns in Motion Pictures Released between 2007-2012**. Annenberg School for Communication & Journalism. 2013. Disponível em:

<http://annenberg.usc.edu/pages/~media/MDSCI/Gender_Inequality_in_500_Popular_Films_-_Smith_2013.ashx>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria, 1989.

SOIHET, Rachel. **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres** / organizado por Neuma Aguiar. Rosa dos Tempos, 1997. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2007/08//390676.pdf>>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

STEVENS, Cristina Maria Teixeira. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas** [livro eletrônico] / organizadoras Cristina Stevens, Susane Rodrigues de Oliveira e Valeska Zanello. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/2ee9da_e10f81157da84b8f881635643ba9400d.pdf>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

TARDIEU, Ambroise. **Étude médico-légale sur les attentats aux mœurs**. 1857. IN VIGARELLO, Georges. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. Tradução de: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

TELES, M. A. A.; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

THINK OLGA. **Campanha Chega de Fiu Fiu**. Disponível em: <<http://thinkolga.com/chega-de-fiu-fiu/>>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

VELOSO, Ana. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas** [livro eletrônico] / organizadoras Cristina Stevens, Susane Rodrigues de Oliveira e Valeska Zanello. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/2ee9da_e10f81157da84b8f881635643ba9400d.pdf>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

VIGARELLO, Georges. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. Tradução de: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: Homicídios de Mulheres. CEBELA. FLASCO/Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. Crianças e adolescentes do Brasil. CEBELA. FLASCO/Brasil. 2012. Disponível em:

<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. 1964. IN: MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Série Antropologia, Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MACHADO_GeneroPatriarcado2000.pdf>. Último acesso em: 20 nov. 2014.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.